

**LUTAS E CONQUISTAS DE CAMPONESES
SEM TERRA:**

a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro – MG.

MARIA GLÓRIA CARVALHO

2000

03737/00
4122525

MARIA GLÓRIA CARVALHO

**LUTAS E CONQUISTAS DE CAMPONESES SEM TERRA:
a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2000

**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Carvalho, Maria Glória

Lutas e conquistas de camponeses sem terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro – MG / Maria Glória Carvalho. – Lavras : UFLA, 2000.

135p. : il.

Orientador : Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) - UFLA.

Bibliografia.

1. Reforma agrária. 2. Desenvolvimento rural. 3. Camponês. 4. Região Nordeste. 5. Minas Gerais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-333.31

-630.68

MARIA GLÓRIA CARVALHO

**LUTAS E CONQUISTAS DE CAMPONESES SEM TERRA:
a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro – MG**

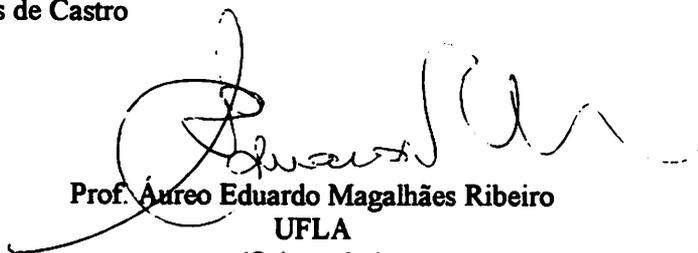
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 21 de setembro de 2000

Prof. Juvêncio Braga de Lima

UFLA

Dr. José Alves de Castro



Prof. Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL**

Aos meus pais, José e Maria Celina, que com amor e humildade me encorajaram a seguir a carreira acadêmica.

Aos meus irmãos, pelo carinho e compreensão; em especial ao João, Antônio e Helena pelo incentivo e apoio durante minha jornada estudantil.

DEDICO

Aos camponeses assentados no Assentamento Fazenda Aruega, pelo exemplo de luta e resistência na construção de uma sociedade mais justa.

OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo Dom da Vida.

Ao Professor Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro pelo apoio, atenção, compreensão e incentivo nos momentos difíceis; por instigar-me o gosto pela pesquisa e orientar-me com paciência e eficácia.

À Professora Rosana Vieira Ramos pela valiosa contribuição como co-orientadora, pelo incentivo, atenção e repasse de conhecimentos.

Aos professores Juvêncio Braga de Lima e José Alves de Castro, pelas contribuições como participantes da banca examinadora.

À Coordenadoria de Apoio à Pesquisa e Ensino Superior (CAPES) e à Coordenadoria Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

À CPT de Belo Horizonte, por disponibilizar sua Biblioteca e de Teófilo Otoni - MG por possibilitar a visita ao Assentamento Fazenda Saudade. Aos assentados da Fazenda Saudade, pela acolhida e aos agricultores de Turmalina - MG, pela contribuição no teste dos instrumentos de pesquisa.

Aos assentados da Fazenda Aruega, por permitirem a realização dessa pesquisa, pela calorosa acolhida, paciência e expressiva participação na construção desse trabalho.

Aos integrantes do Projeto Padre Justino do DAE-UFLA, por participarem do conhecimento da realidade do Assentamento e contribuírem com reflexões sobre a pesquisa, em especial, à Flávia, pela partilha de informações sobre os camponeses do nordeste de Minas Gerais.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), em especial ao Servidor José Afonso, pelo empenho em conduzir-nos até o assentamento, e aos servidores do Departamento de Administração e Economia.

Aos amigos Andréia, Delisete, Desirée, Eduardo, Luciana e Marcinha, pelo apoio, incentivo e partilha de momentos agradáveis e difíceis, em especial, à Odete e Suzana pelo apoio incondicional, estímulo nas horas difíceis e calorosa acolhida em seus corações. Aos demais colegas do mestrado, pelo agradável convívio.

Ao PET-Agronomia da UFC, Pastoral Universitária de Fortaleza -CE e aos amigos Magno e Marcelo por acreditarem em meu "potencial" e incentivarem a realização do Curso de Mestrado.

A todas as pessoas que contribuíram anonimamente para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1 O PROJETO DE PESQUISA	01
1.1 Camponês e exclusão: um convite ao debate	01
1.2 Escolhas do tema e local da pesquisa: justificativa	03
1.3 Objetivos	05
1.4 Procedimentos metodológicos	05
1.4.1 <i>Natureza, categoria da pesquisa e objeto de estudo</i>	05
1.4.2 <i>Coleta e análise dos dados</i>	06
1.5 Organização dos próximos capítulos	08
2 A QUESTÃO AGRÁRIA	09
2.1 Camponês: um sujeito histórico	09
2.2 O camponês no Brasil	13
2.2.1 <i>As origens</i>	13
2.2.2 <i>Das sesmarias às fazendas: as bases de um campesinato no Brasil?</i>	16
2.2.3 <i>Mandonismo e poder político do campesinato</i>	19
2.3 A questão agrária brasileira	21
2.4 A questão agrária no nordeste de Minas Gerais	28
2.4.1 <i>Antecedentes: povoamento, fazendas e sítios</i>	28
2.4.2 <i>Emergência dos conflitos pela terra</i>	30
2.4.3 <i>Sindicatos, CPT e MST</i>	32
3 OCUPAÇÃO E ACAMPAMENTO NA FAZENDA ARUEGA	35
3.1 Um retrato das famílias – I	35
3.1.1 <i>Origens</i>	35
3.1.2 <i>A relação com a terra e o trabalho</i>	37
3.1.3 <i>Os frutos do trabalho na terra</i>	42
3.2 Da organização à ocupação	46
3.2.1 <i>Sementes do movimento pela terra</i>	46
3.2.2 <i>Chegada à “terra prometida”</i>	50
3.2.3 <i>A fazenda : fartura inexplorada</i>	52
3.3 Experiência de acampamento e primeiros anos de assentamento	54
3.3.1 <i>Barracos de lona: a experiência da resistência unida</i>	54
3.3.2 <i>Grupos de trabalho coletivo</i> ..	58

3.3.3	<i>O início da relação acampados – ambiente</i>	60
4	UMA CAMINHADA DE ONZE ANOS	65
4.1	Lembranças da luta, violência e vitória	65
4.2	Assentamento Fazenda Aruega	70
4.2.1	<i>Córregos, morros, moradias ...: a paisagem</i>	70
4.2.2	<i>Um retrato das famílias – II</i>	72
4.3	O trabalho na terra	75
4.3.1	<i>Trabalhador, enxada e calendário agrícola</i>	75
4.3.2	<i>Sistema de cultivo x ambiente: “a fazenda é grande, mas é mata”</i>	80
4.4	Estratégias de reprodução social	83
4.4.1	<i>Migração</i>	83
4.4.2	<i>Ocupações não-agrícolas</i>	87
4.5	Sobre conquistas econômicas e sociais	90
4.5.1	<i>Produção agrícola e renda: “a gente não precisa ir à feira pra comprar as coisas”</i>	91
4.5.2	<i>Associativismo: da aquisição de recursos à mediação com o Estado</i>	96
4.5.3	<i>Patrimônio familiar e infra-estrutura coletiva</i>	99
4.5.4	<i>O direito à educação e saúde</i>	102
4.5.5	<i>Mulher: construção de um sujeito participante</i>	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
	ANEXOS	119

RESUMO

CARVALHO, Maria Glória. Lutas e conquistas de camponeses sem terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro - MG. Lavras: UFLA, 2000. 135p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento)*.

Este estudo se propôs a observar se houve melhoria nas condições de vida das famílias assentadas na Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro –MG, após o acesso à terra, supondo-se que tal melhoria seja indicativa de inclusão social desses camponeses, através da reforma agrária. Para tanto, estudou-se a trajetória de vida dos mesmos. As famílias assentadas faziam parte do campesinato brasileiro excluído do direito à cidadania, historicamente subjugado ao poder de uma elite agrária e colocado em segundo plano nos projetos dos governos brasileiros. Passaram por um processo de organização que culminou com a conquista da terra; trabalharam coletivamente, e, onze anos depois, têm uma dinâmica de vida superior à dinâmica de outras famílias camponesas da região que não foram beneficiárias do programa de reforma agrária. O Assentamento Fazenda Aruega mostrou-se um bom exemplo da importância social da reforma agrária em nosso país. As conquistas coletivas nas áreas de educação, saúde, crédito, associativismo, organização, comunicação e participação da mulher, além de gratificação subjetiva na luta pela terra, são importantes indicativos de inclusão social para aquelas famílias. Do ponto de vista econômico, pôde-se observar melhoria na renda familiar. Após assentadas, essas pessoas passaram a produzir mais para si próprias, sem precisarem entregar parte da produção para patrões ou parceiros. Muito do que é consumido no assentamento é produto das lavouras, hortas e pomares cultivados em suas terras. A pecuária leiteira assume menor importância em termos de renda, mas sua prática no assentamento é indicativa de acesso a uma atividade econômica antes inexplorada por eles, exclusiva dos patrões ou outros fazendeiros da região.

* Comitê Orientador: - Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA (Orientador).
Juvêncio Braga de Lima – UFLA e José Alves de Castro.

ABSTRACT

CARVALHO, Maria Glória. *Struggle and conquests of landless peasants: the trajectory of Aruega Farm settle men, Novo Cruzeiro - MG.* Lavras: UFLA, 2000. 135p. (Dissertation – Master Program in Rural Administration and Development)*.

The aim of this study was to observe eventual benefits to state of life of settle men families of Aruega Farm, Novo Cruzeiro-MG, after land tenure. The hypothesis is that probable benefits should indicate social inclusion of the peasants, by way of agrarian reform. For such, their life trajectory was studied. The settle men families belonged to Brazilian peasants excluded of citizenship wrights, historically submitted to a rural elite powerful and missed in Brazilian government projects. They experienced an organizational process which culminated with land conquest, worked collectively and, after eleven years, they have an way of life close to other peasant families in the region, which were not beneficiaries of the agrarian reform program. The Fazenda Aruega settlement showed oneself to be a good example of social importance of agrarian reform in our country. The collective conquests in educational, health, financing, association, communication and woman participation areas, beyond subjective gratification from the land struggle, are important indicators of social insertion to those families. From the economic point of view, family income improvement could be observed. After settled, that people began to produce more to themselves, without need to deliver a part of the production to employers or partners. Most of the settlement consumption comes from their own tillage. The dairy production is of less importance concerning income, but that practice in the settlement indicates access to an activity never exploited before and exclusive to employers and farmers of the region.

* Guidance Committee: - Áurco Eduardo Magalhães Ribeiro – UFLA (Adviser). Juvêncio Braga de Lima – UFLA e José Alves de Castro.

1 O PROJETO DE PESQUISA

1.1 Camponês e exclusão: um convite ao debate

Nas duas últimas décadas do século XX, fez parte do cotidiano da sociedade brasileira a convivência direta ou indireta com conflitos envolvendo classes sociais excluídas do direito à cidadania. Os conflitos por terra, existentes há muitos anos no Brasil, receberam uma atenção maior, tanto pela ação organizada da luta pela terra quanto pela gravidade dos confrontos entre forças repressoras e famílias envolvidas. Desde que atribuíram à terra um valor mercantil, camponeses têm sido expulsos do campo, impelidos para fronteiras agrícolas ou para os grandes pólos industriais.

O Brasil herdou uma série de características das sociedades agrárias, dentre as quais se destacam a dependência entre agricultura e indústria e uma grande massa excluída do processo de industrialização, que moldaram o nosso tecido social (Müller, 1993). Alguns estudiosos do assunto apontam como saída da crise agrária a extensão da cidadania a todos os brasileiros, balizada por um processo democrático.

O Estado tem amplos poderes para atuar na política fundiária, beneficiando a quem o interessa. Até a primeira metade da década de 1980 não era difícil perceber a existência de uma relação de intimidade entre Estado e grande capital no campo, excluindo a massa de pequenos agricultores (Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1989; Müller, 1993). O baixo nível de condições de sobrevivência no campo gerou um processo de migração massivo da população rural para as cidades, como forma de fugir de sua realidade miserável e, ao mesmo tempo, encontrar meios de concretizar seu sonho de uma vida digna.

A reforma agrária é o sonho dos camponeses sem terra, a maneira de devolver-lhes seu meio de produção mais precioso, a terra. Tendo no governo a instância capaz de realizar tal reforma, vários movimentos têm se empenhado em fazer reivindicações em prol da cidadania no campo. No entanto, historicamente, os anseios da grande massa camponesa excluída não são prioridades para os governos brasileiros, gerando uma demanda cada vez maior por políticas de acesso à terra. Os governos democráticos têm lançado Planos e Programas com metas otimistas, as quais nem sempre têm sido efetivadas.

Do ponto de vista político, os assentamentos de reforma agrária surgem como tentativa de inclusão econômica e social das famílias beneficiárias. Enquanto isso, a luta pela terra ganha maiores dimensões com apoio da Igreja, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST - e Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR. Essas organizações têm acompanhado os assentados na construção de seu “espaço” na sociedade, a partir do acesso à terra.

As diversas pesquisas feitas no Brasil tendo como objeto de estudo os assentamentos de reforma agrária mostram que seus resultados sociais e econômicos variam entre regiões, enquanto os conflitos pela terra continuam em todas elas. MST e governo brasileiro têm uma grande preocupação com o desempenho desses assentamentos. Livros e folhetos organizados pelo Movimento mostram resultados animadores em algumas regiões do Brasil e críticos em outras. O Estado busca nos pontos fracos dos mesmos implementar outras saídas, de cunho neoliberal, para o desenvolvimento agrário¹.

A Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra – CPT -, também tem relatado a situação dos assentamentos de reforma agrária, preocupando-se principalmente com os conflitos sociais envolvendo os camponeses e

latifundiários. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em alguns estados são muito atuantes, no sentido de contribuírem para a divulgação dos resultados positivos das desapropriações de terras por interesse social.

Tendo em vista a existência de uma corrente de pensadores que procuram mostrar a ineficiência dos assentamentos de reforma agrária e as reais dificuldades a que estão sujeitas as famílias no momento em que são assentadas e durante uma certa trajetória nos assentamentos, pode ser um equívoco considerá-las famílias incluídas a partir do acesso à terra. Neste sentido, colocam-se os seguintes questionamentos: até que ponto os assentamentos brasileiros conseguem incluir, social e economicamente, os camponeses? Como tem sido a relação dos assentados com a terra, com a sociedade local e entre eles? Tais relações lhes têm permitido exercerem a cidadania?

1.2 Escolhas do tema e local da pesquisa: justificativa

São muitas as inquietações que podem levar um estudante de Mestrado a realizar suas pesquisas. O desejo de contribuir com uma mudança nos padrões econômicos, políticos e sociais vigentes nos movem nesta árdua e gratificante missão. Como atuante na área das Ciências Agrárias, me inquietavam muito os problemas enfrentados pela população rural brasileira, na busca da construção de seu “espaço” de trabalho e sobrevivência num país com práticas sociais e políticas extremamente excludentes.

Nos anos 1990, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - e os debates em torno dos assentamentos de Reforma Agrária do

¹ O recente programa Cédula da Terra é um exemplo. A partir de resultados satisfatórios constatados em campo por uma equipe de pesquisadores, o programa, que inicialmente foi implantado no Ceará, foi ampliado para outras regiões do país.

Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA – pareciam apontar para uma nova maneira de combate à exclusão no meio rural.

Sabia-se, através de resultados de pesquisas, que na região nordeste do Brasil, principalmente, era considerado baixo o desempenho dos assentamentos de reforma agrária. Já na região sul, os assentados vinham conseguindo manter bom nível de vida nos assentamentos.

A região nordeste de Minas Gerais, cenário que abriga o universo da presente pesquisa, possuía um grande número de assentamentos e a luta pela terra na região ocorria desde a década de 1940². Levando-se em conta esses fatores e principalmente o conhecimento de várias fontes para pesquisa, optou-se por realizar o presente trabalho nessa região.

Inicialmente, pensou-se em pesquisar três assentamentos: Saudade, localizado no município de Teófilo Otoni; Santa Rosa, município de Itaipé e Aruega, em Novo Cruzeiro. A pouca disponibilidade de recursos para realizar as viagens a campo levou-nos a optar por uma única área: Aruega, que possuía uma trajetória de onze anos, tendo sido “o primeiro assentamento do MST” em Minas Gerais.

Considerando-se o exposto, dois fatos principais evidenciam a relevância de um estudo sobre assentamentos, no nordeste de Minas Gerais: 1) a necessidade de estudos que mostrem a importância social que pode assumir uma reforma agrária mais ampla em nosso país; 2) a importância que assume a luta pela terra na região nordeste de Minas Gerais.

² Incluindo Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha, havia em 1993 dez assentamentos em fase de implantação, duas áreas desapropriadas sem imissão de posse e 35 conflitos de terra (CPT, 1993a).

1.3 Objetivos

A presente pesquisa teve por objetivo principal observar se houve melhoria nas condições de vida das famílias após o acesso à terra, indicando a inclusão social dessas famílias. Especificamente, busca-se analisar: a) reflexos da organização da luta nas ações coletivas dos acampados e assentados; b) dinâmica de vida adotada pela comunidade assentada (migração, pluriatividade, relação com o ambiente, relações de parentesco e troca, religiosidade); c) mudanças na renda e no patrimônio das famílias após serem assentadas; d) conquista de infra-estrutura produtiva; e) acesso à educação, saúde e lazer; e) acesso ao crédito agrícola e à assistência técnica; f) relação com o Estado e órgãos que apoiaram a luta pela terra.

1.4 Procedimentos metodológicos

1.4.1 Natureza, categoria da pesquisa e objeto de estudo

Na presente pesquisa, a metodologia é encarada como a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência, concepção adotada por Minayo (1995). Tendo em vista o problema de pesquisa e o objeto de estudo definidos, compreende-se ser conveniente utilizar na presente pesquisa procedimentos de natureza qualitativa, principalmente.

Como o universo pesquisado era relativamente pequeno - 25 famílias assentadas - , teve-se a intenção de que o estudo assumisse maior profundidade no que diz respeito ao histórico da luta pela terra e trajetória de vida no assentamento, embora não deixe de abarcar peculiaridades da cultura local e aspectos sociais da luta e da organização na terra conquistada. Assim, o estudo pode assumir a categoria de estudo de caso, definida por Triviños (1987: p.133):

“é uma categoria de pesquisa cujo objeto de estudo é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. O objeto de pesquisa é a reforma agrária brasileira, possível determinante de inclusão social dos camponeses sem ou com pouca terra.

O assentamento Fazenda Aruega pertence ao município de Novo Cruzeiro, o qual fica localizado no Vale do Jequitinhonha, estado de Minas Gerais (Anexo A). As 25 famílias que receberam a posse da terra pelo INCRA constituíram o universo da pesquisa. A posse da terra aconteceu no ano de 1989, um ano após a ocupação da fazenda de 940 ha.

A região possui relevo acidentado, abrigando nascentes de córregos que servem aos assentados. Estes cultivam feijão, milho, café, cana, além dos pomares e hortas caseiras. As residências dos assentados estão dispostas ao longo da estrada principal que liga Aruega à cidade, formando uma vila. Com isso, a coleta de dados é facilitada. Da infra-estrutura do assentamento fazem parte: escola, posto de saúde, posto telefônico, casa de farinha, galpão de armazenamento da produção, rede elétrica e água encanada.

1.4.2 Coleta e análise das informações

Para identificar e analisar as melhorias de vida alcançadas pelos assentados da Fazenda Aruega, procedeu-se à descrição de suas trajetórias, desde o momento de organização da ocupação até os onze anos do assentamento. A coleta de informações para descrição da trajetória foi realizada mediante três técnicas principais: aplicação de questionários estruturados e semi-estruturados, entrevistas, análise de documentos e observação livre.

Os questionários (Anexo B), testados anteriormente com um grupo de agricultores do Vale do Jequitinhonha, serviram para conhecer a composição das famílias assentadas e para o aprofundamento de dados sobre suas rendas e

patrimônios antes e depois de assentadas³. Nas entrevistas foram abordados assuntos relacionados à história do assentamento e às condições de vida dos assentados após o acesso a terra. A análise de documentos e observação livre serviram como dados complementares.

Foram previstas e realizadas três visitas ao assentamento⁴. A primeira visita, em junho de 1999, teve como objetivos principais conhecer pessoalmente a comunidade, conversar sobre a possibilidade de realização da pesquisa e, dependendo da aceitação dos assentados, aplicar os questionários. Após tabulação e avaliação dos dados colhidos nos questionários, foram elaborados quatro roteiros de entrevistas (Anexo B), as quais foram aplicadas na visita posterior, realizada no final do mês de agosto do ano de 1999.

A terceira visita ocorreu em dezembro daquele ano. Durante a mesma, foram tiradas dúvidas e feitas novas observações livres. Além disso, foi realizada uma reunião com a comunidade, onde os resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos com a comunidade.

Quanto à análise das informações, procurou-se levar em consideração a interpretação dos próprios assentados sobre suas condições de vida antes e depois do assentamento, o que justifica a opção por “abusar” do uso de suas falas⁵. A cada volta do trabalho de campo, tais análises eram feitas, para que novos questionamentos fossem levados na próxima etapa.

³ Relações de pessoas que responderam questionário e entrevistas encontram-se em anexo: anexos 1C e 2C, respectivamente.

⁴ Segundo Triviños (1987), pesquisa qualitativa é dinâmica e exige constantes reformulações. Daí a importância de mais de uma visita ao local. Além disso, coleta e análise de dados são etapas que estão interagindo durante o desenvolvimento da pesquisa.

⁵ Usando palavras de Martins (1981: p.17), “é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa”.

1.5 Organização dos próximos capítulos

O próximo capítulo é uma revisão teórica sobre a trajetória do campesinato e da questão agrária no Brasil e na Europa, que foi seu berço e centro de diversas pesquisas sobre o assunto. Esta revisão tem como objetivo subsidiar a trajetória dos assentados, pois os mesmos se constituíram e organizaram a luta como camponeses. Pode-se afirmar que a questão agrária no Brasil serviu de cenário histórico, enquanto os assentados lutavam e conquistavam a terra.

A trajetória dos assentados foi analisada a partir da abordagem de dois momentos: antes de assentados, durante ocupação e acampamento; e onze anos após o assentamento das famílias. O capítulo terceiro trata deste primeiro momento. No quarto capítulo, descreve-se a situação, no ano de 1999, das famílias acampadas na Fazenda Aruega em fevereiro de 1988.

O quinto capítulo mostra as conclusões da pesquisa, tecendo considerações e apontando sugestão para pesquisas posteriores.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA

2.1 Camponês: um sujeito histórico

A palavra camponês deriva de campo, que é o "espaço" rural onde vivem os sujeitos abarcados pelo conceito de camponês, campesinato, campesino. No entanto, nem todo habitante do meio rural, ou mesmo todo agricultor familiar, é um camponês, pois este possui caracterização cultural e política próprias.

O camponês se faz presente na história das civilizações, apresentando suas peculiaridades continentais, nacionais e regionais. Alguns aspectos parecem comuns ao campesinato de diversas origens, no entanto, um conceito unificado no tempo e no espaço não retrata a realidade das diversas comunidades camponesas existentes no mundo⁶.

Wolf (1976) identifica pontos chave para se caracterizar campesinato: família, sistema de produção, religião, herança e sucessão, migração, organização, etc. Para Wolf (1976), camponês é um cultivador rural que não realiza um empreendimento num sentido econômico, pois sustenta uma família e não uma empresa; vive numa sociedade vasta e complexa na qual desenvolve laços de solidariedade, possui cultura e costumes herdados de seus ancestrais e transfere excedentes produzidos para um grupo dominante que os utiliza e distribui.

⁶ Shanin (1980) fez um apanhado de algumas tentativas de conceituar camponês e concluiu, dentre outras coisas, que a definição de camponês pode ser apreendida apesar de não poder ser generalizada, pois é seletiva. Afirma que o conceito de camponês cumpriu muitas vezes o papel de "compreensão das relações reais", embora faça a ressalva de que uma certa mistificação do conceito e sua utilização ideológica são aspectos negativos das tentativas de definir o camponês.

Outro importante traço do campesinato é sua atitude frente às classes dominantes. O desenrolar dos acontecimentos históricos e a organização dos movimentos populares no meio rural levam os camponeses a questionarem e se posicionarem contra seus opressores num determinado momento histórico. Muitas vezes, a atitude pacífica e conseqüentemente a dominação se arrastam durante décadas, como o poder dos coronéis no nordeste brasileiro.

Os campesinatos russo e alemão do início do século XX, conhecidos por meio de clássicos da literatura sócio-econômica, tinham como características marcantes a exclusão do poder político e econômico, a propriedade de pequenas extensões de terra, dedicação às atividades agrícolas de subsistência e artesanais, prática da agricultura em família, herança dos costumes e crenças de seus antecessores, dentre outras.

Segundo Shanin (1980), a abordagem para caracterização do camponês na Europa Central e Oriental durante o século XVIII, embora não unificada entre os teóricos da época, perpassou os campos ideológicos e as escolas de pensamento. Ao tratarem da questão agrária como um todo e especificamente do avanço do sistema capitalista, o campesinato teria necessariamente que ser estudado. É no bojo dessas discussões que Karl Kaustsky (1854-1938), Lênin (1870-1923) e Chayanov (1888-1939) pesquisam e obtêm conclusões no mínimo interessantes sobre o campesinato da época.

A discussão sobre questão agrária ganhou destaque na história contemporânea a partir da Europa, mais precisamente da Alemanha, por

influência do Partido Social Democrata, no fim do século XVIII⁷. Na época, havia dúvidas sobre formas de implementação de uma política agrária condizente com a realidade sócioeconômica do país. Alguns socialistas acreditavam que os camponeses não seriam incorporados ao processo de desenvolvimento capitalista. Neste contexto, surge a clássica obra do alemão Karl Kautsky, “A Questão Agrária”, um ensaio versando sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, de acordo com o marxismo.

Para esse autor, a extensão do capitalismo ao campo traria sérias dificuldades ao campesinato, dadas as vantagens trazidas por este sistema para as grandes propriedades rurais⁸. A grande exploração, de acordo com Kautsky, possui, sobre a pequena, vantagens técnicas na esfera da produção, de crédito e comercialização, graças às economias de escala, emprego de máquinas, assessoria técnica, divisão de trabalho, maior facilidade de aquisição de créditos, entre outras.

Com relação ao continente americano, através da análise de dados sobre distribuição fundiária, Kautsky afirma que “... onde a agricultura moderna progride, as superfícies aumentam, formando grandes explorações. A pequena exploração só triunfa onde a agricultura deixa de ser lucrativa...” (Kautsky, 1969: p.154).

⁷ A preocupação com a propriedade de terras não é um fato recente. No período que precede o nascimento de Cristo foram elaboradas importantes Leis e Códigos referentes ao direito à terra e a seus frutos. O Código de Hamurabi (século XVII a.C.), na Babilônia, é uma das mais antigas legislações agrárias de que se tem notícia. Além de Hamurabi, dois códigos anteriores foram descobertos: o de Lipit-Istar, da Suméria, 150 anos antes de Hamurabi, e o de Ur-Namu, muito anterior ao de Lipit-Istar (Varella, 1998). Apesar das inúmeras revoltas e guerras pela distribuição da terra ocorridas na Europa e no Oriente desde início do milênio, a questão agrária foi despertada em fins do milênio, em meados do século XVIII. O crescimento populacional e a penetração do capitalismo no campo foram importantes fatores que suscitaram o debate.

⁸ A pequena produção era vista como espaço de reprodução camponesa, enquanto a grande tinha condições de atuar com vistas à obtenção de lucro capitalista.

Assim, cabia aos camponeses uma “existência difícil”, sendo a proletarização a alternativa que restaria a eles. A grande exploração necessitava de mão-de-obra fornecida pelas pequenas propriedades e estas não desapareceriam por completo enquanto o camponês tenderia a proletarizar-se.

A idéia de Kautsky foi partilhada por Lênin, que analisou a sociedade russa na mesma época. Na Rússia pós-revolução, esteve presente o debate entre marxistas e populistas sobre o futuro da agricultura russa. Tendo como espelho a sociedade inglesa do século XIX, que se estruturava no tripé renda, lucro e salário, Lênin travou uma interessante polêmica com os populistas:

“... apenas os economistas populistas se obstinam em falar no campesinato em geral, como algo anticapitalista, recusando-se a ver que a massa do ‘campesinato’ ocupa hoje um lugar perfeitamente determinado no conjunto do sistema de produção capitalista - o lugar de operários assalariados, agrícolas e industriais” (Lênin, 1982: p.117).

Sua visão era de uma diferenciação de classes dentro do campesinato que teve acesso à terra dos senhores feudais, graças às ações de distribuição de terras pelo Estado.

Conhecedor de dados empíricos sobre as condições de vida da população camponesa da Rússia, Alexander Chayanov colocou em debate a lógica daquela unidade econômica familiar, confrontando-a com a concepção capitalista do trabalhador e empresário. Na realidade camponesa russa, as leis produtivas eram, principalmente, tamanho e composição da família e necessidades de consumo, sendo as atividades lucrativas de importância secundária. Assim, embora fosse indicativo de mudanças nas leis produtivas do campo, o capitalismo não inibiria diretamente a pequena produção camponesa.

Segundo Chayanov (1974), tamanho e composição da família camponesa, além de implicações qualitativas, estão intimamente relacionados com os limites máximos e mínimos da atividade econômica⁹ da unidade de produção familiar. A mão-de-obra empregada é a familiar, que deve ser suficiente para atender às demandas de sobrevivência da família como um todo. Dessa forma, encontram-se casos em que “*o campesinato se provê de uma família de acordo com sua segurança material*” (Chayanov, 1974: p.61).

A partir dos estudos destes e de outros autores contemporâneos, a questão agrária desponta para outros domínios. Apesar das idéias de Kautsky e Lênin terem revelado uma situação circunstancial, serviram para iniciar os estudos sobre a penetração do capital no meio rural e alimentar o debate em torno do futuro dos camponeses em outros países, incluindo o Brasil.

2.2 O camponês no Brasil

2.2.1 As origens

No Brasil, os termos campesinato e camponês passaram a ser utilizados por volta dos anos 1960, como forma de designar aqueles que até então eram conhecidos regionalmente por matutos, caboclos, tabaréus, caipiras etc (Palmeira 1985)¹⁰. O termo serviu ainda como referência aos trabalhadores rurais engajados na luta pela terra. Segundo Ribeiro (1997a: p.5), “*camponês*

⁹ Na visão do autor, atividade econômica incluía todas as formas de atividade: agrícolas, artesanais e comerciais.

¹⁰ Existia a preocupação de que as figuras jurídicas do parceiro, arrendatário, assalariado etc, abrissem a possibilidade de dispersão de identidade de quem participava da luta pela terra. O termo camponês ajudou a manter a unidade desses “elementos” (Palmeira, 1985).

define um produtor e uma cultura; expressa uma sociedade que influi na sua própria dinâmica a partir de pressupostos nem sempre associados à produção” .

As origens sociais do campesinato no Brasil, segundo Martins (1981), remontam ao período colonial. Quem não tivesse sangue limpo, naquela época, estava excluído do processo de herança. Com o fim da escravidão, negro e índio tinham a possibilidade de tomarem-se agregados, excluídos do direito de propriedade e tendo várias obrigações para com o fazendeiro. A estes juntaram-se os excluídos e empobrecidos pelo morgadio¹¹. Estes três grupos formaram o campesinato brasileiro.

Com a Lei de Terras de 1850, aquele que não pudesse comprar o título de terra estava fora do direito de tornar-se fazendeiro¹². Este parece ser um dos motivos que obrigaram os camponeses a se subjugarem ao poder dos senhores rurais para tomarem-se pequenos produtores. Quando não, eles procuravam se deslocar para áreas ainda não ocupadas por fazendeiros ou para os centros urbanos.

A relação estabelecida entre fazendeiro e camponês era essencialmente de troca - de serviços e produtos por favores, por exemplo (Martins, 1981). Diferia da relação entre escravo e senhor, onde existia a dominação de uma pessoa sobre uma coisa. A natureza das trocas era variada, mas garantia ao fazendeiro a obediência e, em muitos casos, a pronta disponibilidade do camponês agregado para defender a propriedade, pois, dessa forma, defendia o seu direito de estar na terra. Assim, a luta do camponês era luta de outro - do fazendeiro.

¹¹ Regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro. No Brasil só foi extinto no Império (Martins, 1981).

¹² Segundo Varella (1998), a Lei de Terras proibiu a aquisição de terras devolutas que não por compra e venda, criou o processo discriminatório, previu a criação de reservas indígenas, concedeu terras para a criação de povoados e abertura de estradas e servidões, além de outras medidas importantes.

Segundo Martins (1981), as funções realizadas pelos escravos da fazenda e pelos camponeses também eram diferentes. Cabia aos agregados realizarem funções complementares e essenciais numa economia escravista. Como o fazendeiro era um negociante proprietário, empregava a mão-de-obra dos agregados em trabalhos que não tinham retorno econômico rápido. Em troca, os agregados recebiam o direito de plantar gêneros alimentícios entre o cafezal novo, por exemplo¹³.

Na segunda metade do século XIX, as lutas camponesas que precederam a luta pela terra já eram presentes nos campos brasileiros, de norte a sul. Para citar dois exemplos de grande importância, tem-se a Guerra de Canudos (1893-1897) e, no início do século XX, a Guerra do Contestado (1912-1916), ambas consideradas movimentos messiânicos. Na visão de Martins (1981), muito pouco é divulgado sobre as grandes lutas do campesinato brasileiro, que teve uma vasta experiência de confrontos com o Exército¹⁴.

O banditismo, importante movimento social no campo, parecia ser a única forma de se libertar do patrão num mundo fechado e controlado por coronéis e pelas oligarquias rurais (Martins, 1981). O cangaço, sempre presente nas lembranças dos nordestinos, representava uma espécie de questionamento ao poder dos coronéis.

Esses movimentos foram precedentes da organização das reivindicações dos excluídos da terra pelo movimento sindical, a qual foi intensificada a partir da década de 1950. As lutas pela terra ocorridas em Teófilo Otoni e Governador Valadares, municípios do nordeste de Minas Gerais, iniciadas em meados da década de 1940 e envolvendo posseiros e fazendeiros que para lá se dirigiram, são exemplos do início de uma espécie de atuação sindical no Brasil.

¹³ Vem daí a denominação de culturas de gêneros alimentícios como culturas de pobre (Martins, 1981).

¹⁴ É importante destacar a presença do Exército brasileiro em tais guerras, pois demonstra a severidade com que eram reprimidas as manifestações dos camponeses.

Segundo Martins (1981), nos anos 1950 os camponeses começaram a manifestar uma vontade política própria, organizando-se em ligas e sindicatos, exigindo reforma agrária, resistindo aos despejos, etc. O que marcou e definiu as lutas camponesas nessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais.

A constituição do espaço agrário de nosso país, fruto das relações de produção que se estabeleciam, parece fornecer as bases para o "lugar do camponês" e determinar seus conflitos principais. A análise seguinte procura servir de subsídio a esse entendimento.

2.2.2 Das sesmarias às fazendas: as bases de um campesinato no Brasil?

O período de colonização do Brasil deixou heranças marcantes na constituição do espaço agrário brasileiro. Inicialmente, implantou-se no Brasil o sistema de sesmarias¹⁵. As terras da colônia portuguesa foram entregues a portugueses interessados em tentarem a vida no Brasil para que ocupassem e explorassem seu território. Não era intenção da Coroa Portuguesa investir no desenvolvimento do Brasil Colônia e sim mantê-lo ocupado, a fim de não despertar ainda mais o interesse das nações européias por suas terras.

Segundo Moreira (1980), o espaço agrário do final do século XVIII era constituído por: espaço urbano (inicialmente representado pelas cidades formadas na época da mineração); espaço plantacionista (anel formado pelas *plantations* canaveiras); espaço mineiro (*hinterlands* - a população sai do litoral); espaço pecuário (centro-mineiro - gado vindo do sertão nordestino e do pampa gaúcho); espaço da policultura (encontra-se pulverizado em todos os

¹⁵ Originalmente sesmarias significava conceder terras a quem antes não as tinham, para que as melhorassem e cultivassem. Não era, neste sentido, um modelo de colonização, mas no Brasil foi usado de outra forma (Ribeiro, 1997b; Varella, 1998).

“poros”; as plantações eram cultivadas por escravos ou posseiros para a subsistência deles e do meio urbano); espaço extrativo amazônico (aldeamentos jesuíticos para exploração de drogas do sertão; não é um espaço fixo).

A economia açucareira foi o modo que a Coroa encontrou para ocupar a Colônia, até que ouro e prata foram descobertos e passaram a dominar o setor econômico do Brasil. Na época, a fazenda era composta basicamente pela casa grande, a senzala e uma capela, além dos campos para plantação da cana, de policultura e para uma pequena criação de gado (Moreira, 1980). Os donos de fazenda bem sucedidos possuíam muitos escravos. Essa era a fazenda do senhor de escravo ou de quem possuía agregados. Além de seu aspecto econômico, a fazenda era instituída principalmente do aspecto sócio-cultural, que compreendia as hierarquias de poder e o misticismo, por exemplo. Passado o período escravocrata, as fazendas foram obrigadas a se reestruturarem.

A Lei de Terras foi promulgada em 1850, num momento estratégico, quando a abolição da escravatura estava encaminhada. Na visão de Moreira (1980), embora fosse um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combinou com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que excluiu automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, a qual teve que oferecer-se como mão-de-obra para os proprietários fundiários.

O conceito de fazenda associado à terra surgiu no Brasil no final do século XIX (Ribeiro, 1997b). Daí em diante, era a forma dominante de organização da vida, da produção e dos espaços rurais. Nas fazendas conviviam fazendeiro, agregados e suas famílias, conforme relata Ribeiro:

“Agrego veio de migração, de exclusão ao domínio da terra, veio do domínio de pessoas; mas do ponto de vista que aqui importa,

agregado existiu porque havia um regime de uso compartilhado da terra, porque a fazenda e o lavrador puderam construir historicamente uma relação estável de convívio entre apropriação e desfrute para pessoas diferentes” (Ribeiro, 1997a: p.28).

A natureza provia uma fartura de alimentos, água e terras que garantia o sustento de todos. A fazenda das primeiras décadas do século XX era praticamente auto-suficiente, produzindo gêneros alimentícios para consumo interno e mantendo agregados especializados em serviços de seleiro, carpinteiro etc¹⁶.

A partir de meados de 1960 passou a ser definitivamente implantado no campo brasileiro o modelo de “fazenda-empresa”, com propostas de grandes mudanças na base técnica da agricultura, culminando com a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAI's) nos anos 1970 (Delgado, 1985). A fazenda, que antes produzia de tudo, passou a especializar-se. Aliada a isso ocorreu uma crescente valorização do mercado de terras, expulsando milhares de pessoas do meio rural.

Da fazenda os ex-agregados levaram lembranças da fartura de alimentos e do “sossego”. Os ex-fazendeiros guardaram consigo as memórias de um período de poder e controle sobre os camponeses, que nunca seriam beneficiados com a acumulação capitalista intensificada na década de 1970.

¹⁶ Em “Fogo morto” José Lins do Rego descreve a saga do Mestre José Amaro, agregado e seleiro de Seu Lula, senhor de engenho falido do estado de Pernambuco. Mestre José continuava realizando suas atividades para outros fregueses, quando o engenho deixou de procurar seus serviços. Divergências políticas entre ele e o fazendeiro fizeram com que este o expulsasse de suas terras. O seleiro buscou ajuda na Justiça, nos compadres e políticos locais, mas a ausência de solução para seu caso e a mágoa de ter que deixar a terra, onde seu pai viveu e morreu, o levaram ao suicídio.

2.2.3 Mandonismo e poder político do campesinato

A trajetória do campesinato brasileiro, se considerada desde suas raízes originais, é decisivamente influenciada pelo mandonismo local, uma forma de poder dos senhores rurais e, mais tarde, dos coronéis. Segundo Queiroz (1957), tal forma de poder, advinda da posse da terra, dos senhores de engenho, tenderia a se perpetuar durante séculos.

O clientelismo estabelecido entre donos de engenho e sesmeiros plantadores de cana criou laços de compadrio no período colonial. A troca de favores e o protecionismo passaram a fazer parte do cotidiano do meio rural e a colocarem os sesmeiros sob mando dos senhores de engenho. Assim, começou a germinar o poder dos proprietários rurais; eram eles a única autoridade e únicos defensores de seus domínios. Naquela época, a própria legislação beneficiava este tipo de poder, pois as Câmaras exerciam as funções econômica e administrativa, apenas.

Proclamada a independência, a Constituição de 1824 centralizava o poder, tirando a possibilidade de atuação do poder local via governo municipal. Mais uma vez, o senhor rural soube usar de artimanhas para se manter no poder e, desta vez, no âmbito nacional. Segundo Queiroz (1957), por trás dos movimentos liberais estavam os interesses dos senhores rurais, como uma forma de lutarem por sua perpetuação no poder, em detrimento da participação da sociedade como um todo. Eles a representavam. Assim, durante o Império, em lugar da centralização do poder nas mãos do Imperador, havia a fragmentação do mando nas mãos dos proprietários agrícolas.

No período republicano, o sistema de mandonismo, agora conhecido como coronelismo, persistiu (Queiroz, 1985). Na Primeira República o poder dos senhores rurais, principalmente dos fazendeiros do Vale do Paraíba e do Nordeste, foi ameaçado pelos produtores de café de São Paulo e militares. No

entanto, no decorrer do processo político, perceberam que dependiam dos votos de um eleitorado¹⁷ que historicamente era fiel à oligarquia agrária. Mais uma vez as oligarquias encontraram seu espaço no poder local, ao menos até o final da década de 1920. Tal poder pode ser entendido não só pelo viés político, mas principalmente pela camada social da qual faziam parte os coronéis. Dessa forma, o controle sobre as demais camadas sociais poderia determinar o âmbito do poder de um coronel.

“Os grandes coronéis se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda a sua parentela, quanto das parentelas aliadas, podendo transbordar perfeitamente sua autoridade do âmbito local ou regional, ultrapassar o estadual e se apresentar ao nível nacional” (Queiroz, 1985: p.156).

O crescimento demográfico, urbanização e industrialização crescentes a partir dos anos 1940-1950, determinam em grande parte a decadência da sociedade coronelística (Queiroz, 1985). E o desaparecimento do coronelismo vem acontecendo de forma irregular, pois até finais do século XX o poder dos coronéis vem se perpetuando nas regiões mais ao norte e nordeste do país¹⁸. Nessas regiões, o fenômeno da industrialização da agricultura encontrou resistência e, apesar do menor número de agregados nas fazendas, o controle político das massas camponesas ainda se faz presente. Tal fato indica que a tradição coronelística está enraizada na vida destes “últimos” coronéis.

¹⁷ Vale salientar que, além da troca de favores e benefícios, opressão, violência, crueldade foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos (Queiroz, 1985).

¹⁸ A Revista Veja de 22 de maio de 1996 traz uma reportagem sobre os coronéis do Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. Fazendas com 18.000 hectares e 7.000, 3.200 cabeças de gado são administradas por fazendeiros milionários que controlam terra e voto na região (Junqueira, 1996).

O espaço político do campesinato brasileiro¹⁹, segundo Martins (1986a) ainda não foi consolidado, assim como de outros movimentos sociais. A mudança causada pela vontade própria do povo é um processo ainda não permitido pelo poder centralizado ou descentralizado no Brasil, pois ainda se pensa de acordo com a tradição coronelística, ou seja, que os direitos do povo devem ser concedidos e não conquistados por ele. A repressão às manifestações dos movimentos de luta dos trabalhadores rurais pela terra ilustra muito bem tal fato.

Essa luta passa pelo mandonismo local (do latifúndio) e pelo empresariado moderno instalado no campo. O poder centralizador, a ditadura militar, de certa forma afastou o poder dos oligarcas mas era conservador e não permitiu a participação das massas. Já a abertura política caracterizou-se pela presença de governos liberais com resquícios de comportamentos comuns às oligarquias agrárias (Martins, 1986b; 1993). Desse modo, os movimentos sociais não adquiriam força política num cenário onde ditadura e liberalismo tinham em comum o caráter excludente.

2.3 A questão agrária brasileira

O termo questão agrária é abrangente. Segundo Graziano da Silva (1989: p.11), "*questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz*". Na década de 1930 girava

¹⁹ Hobsbawm (1978) chama a atenção ao suposto poder político do camponês. Seu ensaio mostra a fragilidade do poder político dos camponeses e sua subalternidade social e cultural. Como constatou Martins (1981), o Estado brasileiro na época da ditadura militar foi um dos principais interessados em "representar" politicamente os interesses do camponês e, ao deixar em segundo plano as reivindicações diretamente vindas dos movimentos sociais no campo, conseguiu anular as conquistas dos mesmos nos anos 1940-50.

em torno da crise do café e da "grande depressão"; no final dos anos 1950, a principal discussão era sobre os rumos da industrialização brasileira.

Nos anos 1960, o Presidente João Goulart²⁰ ensaiava o processo de desencadeamento da reforma agrária no Brasil, se empenhando, inclusive, em atender às reivindicações das famílias do nordeste de Minas Gerais. A entrega da terra, estranhamente, coincidiu com sua queda do poder, em março de 1964. A partir de então, os militares passaram a controlar a nação, implementando reformas, dentre elas a colonização dirigida, que visavam o desenvolvimento com segurança para a sociedade brasileira.

A partir de 1964, principalmente, as lutas ganharam novo caráter. A questão da reforma agrária antes dessa época tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros. Com as mudanças ocorridas nas políticas agrícolas, camponeses ligados à terra por várias gerações viram-se ameaçados ou expulsos, submetidos a toda a sorte de violências (Martins, 1981).

Nesse contexto, o governo militar criou o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964)²¹. Aprovado por um Congresso Nacional composto por pessoas comprometidas com a tradição coronelística e com a grande propriedade, o Estatuto serviu principalmente para que os militares reduzissem a questão agrária a uma questão politicamente aceitável (Martins, 1986b).

As políticas de incentivos fiscais para o povoamento da Amazônia e de reflorestamento e florestamento nas várias regiões do país acentuaram o

²⁰ Os governos pioneiros na reforma agrária no Brasil foram: Cid Sampaio (Pernambuco), Leonel Brizola (RS), Mauro Borges (Goiás), Carvalho Pinto (SP), Jânio Quadros e João Goulart (Brasil), todos atuantes a partir da década de 1940, quando os conflitos sociais cresceram no campo.

²¹ Do ponto de vista jurídico, o Estatuto trouxe diversos conceitos novos, como Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo, definição de contratos de trabalhos rurais, além de apontar elementos concretos para averiguação do grau de cumprimento da função social da terra (Varella, 1998). Ao nível de execução de projetos, o Estatuto previa a desapropriação de terras com fins de cumprimento de sua função social e a implantação da colonização de áreas pouco habitadas, como a Amazônia.

interesse das empresas capitalistas pela terra. Segundo Delgado (1985), o capital financeiro passava a aparecer na agricultura nessa época, sob a forma de recursos que financiavam e propiciavam a integração técnica agricultura - indústria²².

Além da implantação do sistema de crédito agrícola, a consolidação dos CAI's, o surgimento de formas específicas de conglomerações de capitais na agricultura e a transformação do mercado de terras num ramo de mercado passaram a ser regulados pelo Estado, fazendo "*... com que se perceba a emergência do capital financeiro, como uma nova forma de organização dos mercados rurais e do comando da acumulação de capitais na agricultura*" (Delgado, 1985: p.112).

Não se pode esquecer que pequeno produtor rural e camponês expropriado da terra não tinha acesso aos incentivos governamentais, pois a política de modernização favorecia majoritariamente às grandes propriedades. Até o final da década de 1970, o Estatuto da Terra não se mostrou eficaz em gerar benefícios semelhantes aos excluídos dos créditos com taxas de juros negativas²³.

A década de 1980 seria o início de uma nova fase para os movimentos sociais. Embalado pelo descontentamento das massas com o governo militar, foi um período fértil para o aquecimento de ânimo dos movimentos populares, Igreja, por meio da CPT (Comissão Pastoral da Terra), sindicatos de

²² Essa integração entre agricultura e indústria tinha como objetivo principal gerar produtos exportáveis. Para tanto, era preciso investimento em novas tecnologias para o meio rural, tais como fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes melhoradas e novas práticas agrícolas (Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1989).

²³ Após quinze anos de vigência do Estatuto, em 1979, uma avaliação da eficácia do mesmo revelou o seguinte: a) apenas 9.237 famílias tinham sido assentadas em projetos de reforma agrária e 39.948 em projetos de colonização; b) o índice de Gini que mede a concentração fundiária (quanto mais próximo de 1,00, maior a concentração) crescera, passando de 0,731, em 1960, para 0,858, em 1970; c) o Imposto Territorial Rural cobrado sobre os minifúndios foi, em média, Cr\$ 2,36/ha, enquanto para os imóveis com mais de 10.000 ha foi Cr\$ 0,51/ha (Varela, 1998).

trabalhadores rurais, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e para organização do MST em nível nacional²⁴.

A CPT, como Comissão, era atuante desde 1975. Nasceu a partir da iniciativa de alguns membros da Igreja Católica que se reuniram e, em pleno período de ditadura militar, buscaram alguns bispos para juntos darem apoio à pastoral popular e aos oprimidos. Esse trabalho de articulação já havia mobilizado vários estados e, em junho de 1975, decidiu organizar os trabalhos em grupos específicos: meio urbano, meio rural, povos indígenas, etc, gerando a Comissão Pastoral da Terra, que tinha o objetivo de servir à causa dos camponeses (Polleto, 1985).

O sindicalismo no campo se fazia presente desde início dos anos 1960, quando efetivamente passou a ter representatividade²⁵. Surgiu no bojo das inquietações camponesas, antecedidas pelas ações das Ligas Camponesas no Nordeste e os conflitos em Trombas e Formoso, em Goiás, dentre outras. A CONTAG foi fundada em 1963. Na região sul iniciou sua atuação tratando dos problemas advindos da modernização agrícola e, em anos mais recentes se voltou para outros contextos, dentre os quais estão Mercosul e Agricultura Familiar. No Nordeste suas primeiras ações se voltavam para aprovação de projetos governamentais específicos para aquela região (Navarro, 1998).

Quanto ao MST, segundo Navarro (1998), o Movimento organizou-se nacionalmente a partir dos anos 1980, embora até 1986 estivesse melhor articulado em seus "estados-berço", Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesse ano transferiu sua sede para São Paulo e ampliou sua luta para outros campos e domínios.

²⁴ Segundo Martins (1993), um encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1982, em Goiânia reuniu representantes de dezessete dos 23 estados brasileiros.

²⁵ O Estado Novo regulamentou formalmente a sindicalização rural, em 1944, mas, até o ano de 1960, apenas oito sindicatos eram reconhecidos no Brasil (Coletti, 1998).

A crescente mobilização da população e o esgotamento do plano político dos governos militares culminaram com a abertura política. O primeiro governo após a ditadura, José Sarney, parecia sensível às reivindicações das massas populares e propôs novas e importantes medidas, dentre as quais um plano nacional de reforma agrária. No entanto, a bancada ruralista, que soube perpetuar-se no poder, representou um sério entrave ao encaminhamento da proposta do governo.

Segundo Graziano da Silva (1996), quando o governo Sarney, em 1985, propôs o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o patronato rural, representado no Congresso pela referida bancada, se encontrava num momento delicado e se posicionou a favor de uma política agrícola ampla que incluísse a política agrária. O resultado de tal pregação foi a assinatura, simultaneamente, ao PNRA, da exposição de motivos que criou o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural - PNDR, elaborado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e Ministério da Agricultura. Este plano tinha o objetivo de reduzir a reforma agrária a um capítulo da política agrícola, visando “um desenvolvimento rural harmônico”.

As metas alcançadas foram praticamente insignificantes: apenas 6,5% das famílias, correspondentes a 10,5% das metas previstas do PNRA, foram atendidas. A maior percentagem da área se explica pela maior frequência de famílias assentadas na região norte, quando o objetivo inicial do programa era justamente atingir as áreas improdutivas do Centro-Sul, já dotadas de infraestrutura econômica necessária à produção agrícola (Graziano da Silva, 1996).

Mesmo aqueles que vislumbraram ser possível um programa moderado de reforma agrária, condizente com os planos do governo Sarney, reconhecem que esse sonho acabou. Graziano da Silva (1996) aponta vários elementos que explicaram o fracasso no início dos anos 1990. Dentre eles pode-se destacar:

- a) a própria legislação vigente (Estatuto da Terra) impunha a desapropriação “caso a caso”, abrindo espaço para o emperramento dos processos;
- b) a luta pela terra é diferente da luta contra o latifúndio, que é uma bandeira muito mais ampla;
- c) desde a sua formulação, o PNRA esteve sempre desarticulado das políticas agrícolas implementadas. Os mesmos motivos que excluíam pequenos produtores, com muito mais razão excluíam os assentados do seu rol de beneficiários.

O pouco avanço conseguido com o Plano do Governo de José Sarney parece ter servido de estímulo às lutas por desapropriações das terras que não cumpriam função social. Nas duas últimas décadas do milênio, MST, STR, Igreja e sociedade passam a lutar por direitos que, contraditoriamente ao que está escrito na Constituição Federal, são negados à grande massa de excluídos do poder.

A política fundiária do Governo Collor, apesar de sua curta duração, foi marcante pois, dentre outras coisas, configurou-se como uma continuidade à política fundiária do regime militar. Segundo Varella (1998), as áreas destinadas à reforma foram, prioritariamente, aquelas do norte do país e nenhuma desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária foi realizada. No Governo Itamar Franco, 23 mil famílias foram assentadas em 229 mil hectares.

Enquanto crescia em organização, atuação e resultados, o MST²⁶ parecia instigar os governos a implementarem a reforma agrária. O lema “Ocupar, Resistir e Produzir” mostrava um pouco da “radicalidade” do Movimento, para quem a reforma agrária é medida imprescindível ao desenvolvimento sócio-

econômico do país. Talvez seja esta uma das fortes razões que fizeram da política fundiária do Governo Fernando Henrique Cardoso uma das mais otimistas, levando a crer que o Estado cumpriria seu papel de solucionador dos problemas sociais. Para o mandato de 1995-1998, foi previsto o assentamento de 280 mil famílias. Para cuidar de meta tão ousada, o governo criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

Em seu segundo mandato, com duração até o ano 2002, a reforma agrária continua na pauta das ações prioritárias, agora com novo modelo. O Programa Banco da Terra, inicialmente colocado em prática no estado do Ceará, com a denominação de Cédula da Terra²⁷, é um dos programas de reforma agrária propostos. Contando com financiamento do Banco Mundial (BIRD) e sendo gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), consiste basicamente na venda financiada de terras para um grupo de agricultores sem terra interessados. Cabe aos estados a tarefa de assessorarem o processo (Presidência da República, 1997; Governo Federal, 1999).

Com a implantação do Banco da Terra, mais uma vez a reforma agrária parece fugir ao sonho de quem luta pelo direito ao trabalho, à terra. Mais uma vez, governo e movimentos reivindicatórios não chegam a um consenso. As metas alcançadas pelos governos com relação à reforma agrária (ver Tabela 1D, em anexo) são mínimas se considerados sonho e sofrimento dos trabalhadores rurais sem terra. Muitos planos e programas do governo foram e vão sendo

²⁶ No âmbito regional, outros movimentos assumem importância como mediadores de pressão à implementação da reforma agrária. As ocupações, de que se tem notícia através da mídia, são formas de apressar o processo.

²⁷ Para a experiência-piloto, o aporte de recursos foi dividido da seguinte forma: R\$ 45 milhões do Brasil, destinados à compra da terra, R\$ 90 milhões do Banco Mundial, para financiamento da infra-estrutura coletiva, produtiva e social, e R\$ 15 milhões de contrapartida dos grupos de trabalhadores interessados (Presidência da República, 1997).

colocados em prática²⁸, mas a massa da população continua excluída dos frutos do crescimento industrial e agropecuário do país.

2.4 A questão agrária no nordeste de Minas

2.4.1 Antecedentes: povoamento, fazendas e sítios

A dinâmica de ocupação de um território tem grande possibilidade de determinar a consolidação da estrutura fundiária do mesmo. Segundo Ribeiro (1996a), a história de ocupação das terras do norte e nordeste de Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, revela a origem das lutas pela terra na região.

Até metade do século XIX, a região do Mucuri²⁹, inclusive o próprio rio, eram desconhecidos. Poucas pessoas se aventuravam a explorar ou habitar a região (Ribeiro, 1996). Quando foram despertados para a riqueza que poderiam oferecer aquelas matas - lavoura, lavra e índios para o trabalho - os moradores do Alto Jequitinhonha iniciaram um movimento migratório e de povoamento do Baixo Jequitinhonha e do Mucuri.

A grande quantidade de terras inexploradas permitiu que estes primeiros colonos, filhos não incluídos no processo de herança, tivessem terras férteis e

²⁸ Além dos programas propostos pelo atual governo, como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Projeto Lumiar etc., vale a pena mencionar o Programa de Integração Regional (PIN), em 1970 e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), de 1971, ambos com resultados desastrosos do ponto de vista da distribuição dos recursos.

²⁹ A região nordeste de Minas Gerais é dividida em duas bacias hidrográficas principais, conhecidas por Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

fatura durante muito tempo³⁰. Enquanto dispôs de muita terra, o colono pôde fazer uso de diferentes faixas de terra para cultivos em anos sucessivos, ou manter o gado solto no pasto sem preocupação³¹.

Enquanto no Alto Jequinhonha os sítios foram formados, no Mucuri e Baixo Jequitinhonha a fazenda se consolidou e com ela o sistema de agrego. Os agregados eram pessoas que, desprovidas de terra própria, se colocavam sob a guarda de um fazendeiro. Moravam nas terras dele, recebiam proteção, plantavam para o sustento da família e faziam trabalhos para o fazendeiro.

“As fazendas eram cheias de moradores, os agregados, que plantavam e criavam com muita liberdade nas terras da fazenda, pois o dono não se importava que fossem usadas por outros as suas terras. O uso não feria o domínio” (Ribeiro, 1996, p. 21).

De acordo esse autor, o agrego estava ligado às possibilidades de utilização da terra. Quando esta passou a ficar escassa e a fertilidade dos solos diminuiu os agregados passaram a ter uma existência difícil, sem a fatura anterior. Segundo Boserup (1987), quando ocorre um expressivo crescimento populacional, o padrão de uso da terra muda, em função das condições naturais do local, até o limite em que ela torna-se insuficiente para atender às necessidades de todo o contingente populacional presente. Foi o que ocorreu por volta dos anos 1970 nas fazendas da região.

³⁰ Serafim Silva Cardoso viveu algum tempo em fazenda como agregado e conta que: *“Até esse tempo as terras eram bastante, tinha muita terra para trabalhar, não usava pagar meia para ninguém. A gente podia ter animais no pasto, as pessoas tinham roça...”* (Ribeiro, 1996).

³¹ Segundo Moreira (1980), o uso de terras para lavoura modifica de imediato a paisagem natural, pois é feita a derrubada maciça da mata. Já o espaço pecuário acomoda-se de imediato ao pasto natural da vegetação campestre.

A história da fazenda e dos sítios, se vista à luz das lembranças de antigos agregados ou habitantes, passa pelo poder dos coronéis, pelo mandonismo local. Este poder imprimiu uma dinâmica própria àquele meio, dinâmica esta que ainda hoje explica o “atraso” do meio rural e do país como um todo. Segundo Ribeiro (1997a), o antigo sistema de relações não mais existe, se transformou, mas deixou saudades para aqueles que nele conviveram pacificamente.

As narrativas de atores que viveram nas antigas fazendas, substituídas pelas propriedades capitalistas, falam muito de uma época de laços estreitos entre senhores e trabalhadores rurais. Estes, embora destituídos de direitos, tinham uma certa segurança: local para morar e terra para plantar. Desfeitos estes laços, esses antigos agregados se vêem sem nada e ninguém a quem apelar.

Nas últimas décadas do milênio predomina no nordeste de Minas a fazenda especializada na produção de gado, que emprega pouca mão-de-obra. No Baixo Jequitinhonha e Mucuri o fim da agregação causou uma certa polêmica entre a população regional. Os fazendeiros responsabilizaram legislação trabalhista, STR, Partido dos Trabalhadores (PT) e padres progressistas pelos conflitos emergentes quando os agregados passaram a questionar seus direitos, contribuindo para o fim dos laços existentes entre estes e os fazendeiros (Ribeiro, 1997a).

2.4.2 Emergência dos conflitos pela terra

Quando as fazendas passaram a expulsar seus agregados³², as áreas desocupadas eram reduzidas. Assim, ao tentarem adquirir terras para plantar,

³² A saída dos agregados do nordeste de Minas pode ter ocorrido tanto em função da pressão demográfica, quanto pela reivindicação dos agregados por seus direitos e processo migratório rumo ao sudeste.

muitos destes ex-agregados passaram a envolver-se em conflitos com grileiros, empresas madeireiras e aventureiros de todos os tipos.

O sul da Bahia e norte do Espírito Santo eram duas áreas onde ainda havia terras a serem ocupadas. A SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - na Bahia e os planos de crédito rural do governo do Espírito Santo financiaram empresas rurais, estimulando a concentração de terras, reflorestamento e agroindustrialização, gerando uma série de conflitos pela posse de terra (Ribeiro, 1996). Muitos jovens da região migraram para São Paulo e muitos agregados tiveram que deixar as fazendas e se dirigirem para as cidades próximas.

A luta pela terra em Minas Gerais também pode ser vista sob o prisma do assalariamento dos pequenos proprietários nas últimas décadas. A transformação destes em assalariados se deu através da expropriação dos meios de produção (pequeno produtor) e do impedimento de acesso à terra para produzir alimentos (moradores, colonos, parceiros, arrendatários). A exploração da grande lavoura supõe concentração da propriedade fundiária, que por sua vez, leva os empresários a pressionarem os pequenos proprietários a lhes venderem a terra. Estes convertem-se em assalariados. Por outro lado, a expansão da pecuária põe em xeque a existência de parceiros, colonos e moradores, pois toda a terra passa a ser destinada às grandes pastagens (CPT, 1993b).

Segundo dados da CPT (1983), em Minas Gerais foram registrados pelo movimento sindical, no ano de 1983³³, 36 conflitos de terra, envolvendo 3.198 famílias. Os principais focos de tensão estavam localizados nas regiões norte, Paracatu, Alto e Baixo Jequitinhonha, áreas onde era mais recente o processo de capitalização. Além disso, no Vale do Rio Doce, Triângulo Mineiro e Vale do

³³ Apesar da não atualização dos dados, este deve ser utilizado como referência pois diz respeito ao período de crescimento das tensões no campo no início dos anos 1980. Em 1998, o número de conflitos envolvendo os trabalhadores rurais de Minas Gerais era de 45, envolvendo 4.163 famílias (CPT, 1999).

Mucuri, vinham ocorrendo sérios problemas relacionados à permanência dos trabalhadores no campo, como concentração da terra, expulsão das fazendas, desemprego e alto grau de exploração do trabalho. Com isso, a terra tornou-se *“elemento de disputa e de conflito entre aqueles que a monopolizam, e os trabalhadores que nela vêem a única solução para seus problemas”* (CPT, 1983: p.1).

2.4.3 Sindicatos, CPT e MST

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, vinculados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG, têm atuação marcante na luta pela terra em Minas Gerais. Suas ações se fazem presentes desde os primeiros conflitos, nos anos 1950 e 1960. O surgimento do sindicato na localidade de Poté ilustra muito bem a formação dos sindicatos na região. Segundo Cardoso (1996), no final da década de 1950 e início de 1960, o padre do município conversava com eles, trabalhadores rurais, sobre os problemas da terra. Naquela época ouviam falar sobre as Ligas Camponesas do Nordeste, mas como estas tinham uma denotação “pesada”, eles resolveram criar “uma coisa mais suave”, o sindicato.

No período da ditadura militar, discussões e movimentos reivindicatórios foram suprimidos, até que o sindicato passou a ter uma atuação social. Foi a época em que os serviços de atendimento médico e odontológico, por exemplo, passaram a figurar como uma das principais atividades dos sindicatos, os quais eram subordinados ao Estado. Apesar das dificuldades, as discussões não morreram e, enquanto se reuniam para rezar, aproveitavam momentos de intervalos para trocarem idéias sobre a situação das lutas no campo. Passado o período de repressão, os STR's ressurgiram no nordeste de

Minas, trazendo consigo toda bagagem de um período difícil, de experiência de silêncio quando era preciso reivindicar.

Atualmente, os sindicatos têm organizado várias ocupações de terras no estado, sendo grandes responsáveis pela mobilização dos trabalhadores rurais excluídos da terra na região. Além dos sindicatos, Igreja representada pela CPT, e MST são atores da luta pela terra no nordeste de Minas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgiu no nordeste de Minas ligada às ações de pessoas vinculadas à Igreja e ao movimento sindical, dentre eles, Serafim Silva Cardoso, Padre Jerônimo e Zilah de Mattos. Conta Serafim que Padre Jerônimo veio de Portugal no início dos anos 1970 com a idéia de fazer trabalhos de base, ou seja, levar às comunidades a palavra de Deus e, ao mesmo tempo, a discussão sobre os problemas da terra. A CPT nasceu em Minas em 1979. Mas antes já eram feitos trabalhos base nas comunidades.

“...dava curso de base, de Bíblia para trabalhadores rurais, para discutir a relação dos direitos, da previdência social. Ai, em 71, nasceu o Funrural. Por exemplo, em Teófilo Otoni nasceu nessa época: 74, 75, e nesse período a gente acompanhava um conflito que não era em Novo Cruzeiro, era Teófilo Otoni, a fazenda Saudade. Então, nesse período, a gente acompanhou o conflito, e ai a gente fazia discussão com os trabalhadores, o direito da terra, da permanência, a importância de ficar ali, conversa com fazendeiro. Uma das coisas que a gente discutia muito na época, que era uma palavra comum, o explorado e o explorador, o oprimido e o opressor. Mas, na época, a gente pertencia à Pastoral Rural. Então, tinha Pastoral Rural e a gente era vinculado ao movimento do Nordeste, à ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural” (Mattos, entrevista pessoal em 1999).

Nos últimos anos, a CPT tem assumido o importante papel de acompanhar a luta pela terra no nordeste de Minas Gerais, denunciando atos de violência e injustiças de fazendeiros e grileiros contra os camponeses sem terra ou posseiros.

Quanto ao Movimento dos Sem Terra, pode-se dizer que, a exemplo do que vem acontecendo no restante do país, sua atuação tem sido expressiva na região. O MST tem acompanhado de perto os assentamentos conquistados no nordeste de Minas Gerais, o que é facilitado pela existência da coordenação regional do movimento em Governador Valadares. Em abril de 1999 foram realizadas manifestações no âmbito estadual e nacional, além de negociações com o governo de Minas em prol da reforma agrária no estado. Segundo informações do CEDEFES (1999), documento entregue ao governador Itamar Franco deixa explícita a oposição do movimento ao programa Banco da Terra e à atuação da Polícia Militar contra os sem terra.

3 OCUPAÇÃO E ACAMPAMENTO NA FAZENDA ARUEGA

3.1 Um retrato das famílias - I

3.1.1 As origens

As famílias que vieram a ser assentadas residiam em municípios do nordeste de Minas: Catugí, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas e Pavão. Conforme mostra a Figura 1, a maioria já residia no próprio município onde localizou-se o assentamento, Novo Cruzeiro e no município vizinho, Itaipé.

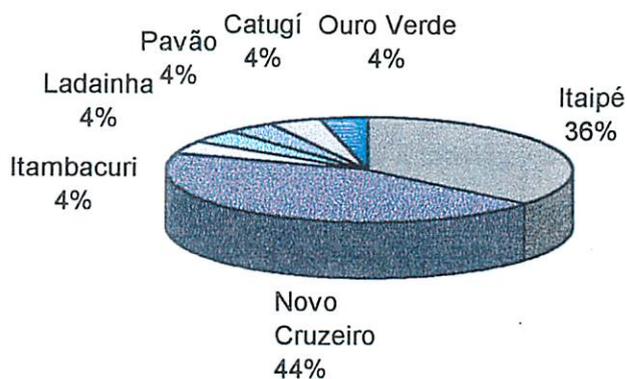


FIGURA 1: Municípios de origem das famílias assentadas em Aruega/MG, 1999.

Fonte: Dados da pesquisa, 1999.

Lá, para eles, as condições de moradia não eram das melhores, o que não fugia à regra das demais famílias camponesas da região. Casas simples, algumas

de pau-a-pique ou de madeira. Algumas dessas famílias só vieram a conhecer os benefícios da luz elétrica e da água encanada alguns anos depois de assentadas.

O exemplo de Dona L.R. (75 anos) é ilustrativo da situação em que viviam muitas daquelas famílias. Ela morava em terras do município de Novo Cruzeiro, juntamente com os filhos casados, em terreno pequeno, com pouca área de cultivo, terreno já muito usado e "cansado". O esgotamento da fertilidade está ligado a uma grande pressão populacional sobre as terras de culturas ou roças, tendo em vista seu uso para sustento de mais de uma família. Aplicava-se o sistema de 'coivara' ou 'roça de toco', os quais são utilizados na região (Galizoni, 1999a; Ribeiro, 1997a). O abastecimento de água era feito por carros pipas em determinadas épocas do ano. Apesar de ter sido uma região de muitas nascentes e córregos no passado, o esgotamento ambiental fez com que, nos anos 1970 e 1980, água se tornasse um recurso escasso³⁴.

A situação de quem plantava em terras de herança, conforme colocado anteriormente, era dificultada pelo tamanho reduzido da gleba e fertilidade esgotada. À medida que a população camponesa vai aumentando, maior pressão é exercida sobre a terra. A migração de alguns membros da família não é suficiente para garantir a sobrevivência de quem fica. A tendência é o aumento do uso da terra com plantios de lavouras e criação de animais.

Segundo Ribeiro (1997a), o sistema de "roça de toco", que consiste no uso da terra e posterior pousio por alguns anos, passa a ter períodos de pousio cada vez menores, quando aumentam tamanho e necessidades da unidade familiar camponesa. Maior uso do solo implica em maior requerimento dos nutrientes, não deixando tempo para recuperação da fertilidade natural.

³⁴ Galizoni (1999a) realizou estudo em comunidades rurais do alto Jequitinhonha e constatou que a escassez de água é um indicativo da pressão demográfica sobre a terra.

A relação dessas famílias com a natureza, caracterizada pelo esgotamento da fertilidade da terra e da falta de água³⁵, implicou numa menor produção agrícola com o passar dos anos.

Quem tinha terra, possuía casa própria, contrastando com aqueles que viviam como agregados em fazendas ou na cidade. No último caso, normalmente morava-se de aluguel. Tal fato não ocorria com quem vendeu a terra para comprar casa e morar na rua³⁶. Neste caso, as condições de moradia eram boas, mas o coração reclamava a ausência do pedaço de chão para plantar e colher.

A escola para os filhos nem sempre ficava próxima às suas residências, assim como o posto de saúde e telefone eram coisas da cidade. A escolaridade daquelas pessoas terminava nas séries iniciais do ensino fundamental, talvez em função das limitações das políticas educacionais para o meio rural, refletindo o difícil acesso a uma educação satisfatória³⁷ para estes excluídos dos direitos sociais.

3.1.2 A relação com a terra e o trabalho

A maioria das famílias hoje assentadas em Aruega têm origem rural; morava na roça no momento da organização da ocupação ou havia se mudado

³⁵ O fenômeno da seca na região é causado pela degradação ambiental nas nascentes dos rios, principalmente.

³⁶ A palavra “rua” é empregada pela população rural da região para designar as cidades. Esta se distingue do estilo de moradia do meio rural, dentre outras coisas, por ser local de comércio, dotado de melhor infra-estrutura. Assim, serve como “refúgio” para famílias expulsas do campo, das fazendas e dos sítios (Ribeiro, 1997a).

³⁷ Apesar do incentivo à educação para adultos e crianças no meio rural na época em questão, nos últimos anos do século XX pôde-se perceber um maior número de escolas construídas e em funcionamento, inclusive nos assentamentos.

para a rua por falta de oportunidade para permanecer na terra³⁸. Todas elas moravam no nordeste de Minas, região onde predominou o sistema de agrego, onde existiram fazendas e sítios.

A relação com a terra dependia, via de regra, da forma de acesso à mesma. Dentre as famílias assentadas existiam aquelas que antes de mudarem-se para Aruega possuíam terra recebida de herança³⁹ e aquelas que não possuíam terra. Destas, algumas moravam na cidade e trabalhavam em parceria ou como assalariados rurais, outras viviam de agrego. Para todas elas o sonho de acesso à terra era tão presente quanto o sofrimento por não ter lugar fixo para morar e trabalho que rendesse os frutos semeados. Como escreveu Ramos (1993: p.48), *“não ter terra significa, também, não ter raízes, não poder criar vínculos, ter a sobrevivência permeada por mudanças do local de residência e trabalho”*.

Por herança⁴⁰, oito das 25 famílias assentadas possuíam 4, 6 ou 15 hectares de terra antes de irem para a ocupação. A terra era herança, algumas vezes pertencente ao homem, outras à mulher. No entanto, como fazem questão de declarar, eram terras de fertilidade esgotada ou de tamanho insuficiente para o sustento da família. Tal fato está ligado ao reduzido tamanho da gleba recebida

³⁸ Nos anos 1970 e início de 1980, muitas famílias ficaram impossibilitadas ou encontraram sérias dificuldades para permanecerem no campo, o que é comprovado por indicadores qualitativos e quantitativos que mostram existir um certo despovoamento do meio rural no Brasil (Lopes, 1996). Este fenômeno, conhecido por êxodo rural ou migração, aconteceu pelo fortalecimento do mercado de trabalho na região sudeste do país. Atraiu principalmente camponeses do nordeste do Brasil, onde pesquisadores como Garcia Júnior (1989) e Woortmann (1990a) constataram o peso das migrações no processo de reprodução de famílias rurais nordestinas.

³⁹ A designação de 'sem terra' na presente dissertação abrange essas famílias, que tinham terras recebidas por herança porque elas não tinham terras suficientes para sustentar suas famílias no meio rural. A própria condição de participante da luta pela terra mostra que estas famílias não eram diferenciadas das demais sem terra.

⁴⁰ Sistema de herança faz parte da dinâmica camponesa e é um dos pontos chave para entender campesinato (Wolf, 1976). O estudo de Moura (1978) mostra que herança vai além das normas jurídicas e passa a ser definida pelas famílias camponesas.

de herança e à pressão demográfica exercida sobre a área agricultável⁴¹. Assim, no caso das famílias que recebiam herança antes de serem assentadas, a relação com a terra era limitada, principalmente, por fatores ligados ao ambiente e à pressão demográfica.

Dois jovens solteiros, hoje assentados, não possuíam terra e moravam na cidade com pais ou parentes à época da organização da ocupação. Mas, como geralmente acontece na região, tinham experiência de trabalho na roça.

“Olha, nessa ocasião eu tinha mudado pra rua, porque na roça o patrão já num tava mais querendo que nós ficasse lá. (...) Porque o patrão falava assim: ‘ - É, se a gente tiver um agregado e passar de três anos, aquele agregado vai em cima do direito da gente. A gente não pode tá com ele mais, ele tem todo direito. Se a gente não pagar um dinheiro muito grande, tem que indenizar ele, né?’ .” (M.R.).

Como o caso de M.R., outros assentados experimentaram no passado a experiência de viver como agregado em fazendas do nordeste de Minas. A relação com o patrão muitas vezes era difícil, principalmente no início dos anos 1980. A saída das terras da fazenda era, algumas vezes, tumultuada e tensa, pois benfeitorias ou patrimônio construídos pelo agregado eram cobrados pelo patrão no momento de “prestação de contas”. Era uma forma de reprimir quem saía e de inibir quem ficava.

A partir do momento em que as fazendas começaram a responder aos primeiros impulsos do mercado e a terra passou a ser valorizada⁴², ao mesmo

⁴¹ Segundo Galizoni (1999b), desmatamento e degradação ambiental, tamanho das glebas familiares e escassez de água são reflexos da pressão demográfica sobre a terra.

⁴² A terra passou a ter um preço valorizado e muitas fazendas “sentiram” a necessidade de se transformar em empresas rurais (Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1989; Ribeiro 1997b).

tempo em que cessaram as concessões de direitos e favores aos agregados, estes passaram a lutar por seus direitos. Para evitarem maiores aborrecimentos, os fazendeiros tomaram atitudes semelhantes à narrada anteriormente. Outro fato importante, presente na declaração de M.R., é a expulsão de moradores pelos fazendeiros que temiam ações da Justiça, geralmente acionadas via STR.

Havia também aqueles que, não tendo terra suficiente para sustento da família, ou mesmo nenhuma terra, trabalhavam em regime de parceria⁴³:

“De meeiro eu trabalhei depois que eu morava em Genipapinho. O dono da roça deu pra nós a terra. Nós quebrou uma roça de milho pra ele e ele pagou. É... ele tombou a terra, plantou com semente dele e deu pra nós limpar e colher na meia” (J.R.).

Outros pais de famílias, principalmente aqueles que em 1999 se encontram com mais idade, experimentaram as aventuras dos trabalhos de assalariados rurais, nas fazendas de São Paulo e Minas. São aqueles que nas décadas de 1960 e 1970 deixaram a família e migraram para o sudeste em busca de trabalho e melhores salários. Na época, as atrações eram as fazendas de café, cana e banana⁴⁴, entre outras. A carteira era assinada ou, no caso do cortador de cana, o contrato era semanal.

⁴³ Os inconvenientes de tal relação de trabalho, mais tarde sofrido por J.R. e seus companheiros, foram analisados por Prado Jr. (1987). Apesar de considerá-la uma relação intermediária entre a grande exploração rural e a parcelária e individual, constituindo-se num ponto de apoio para uma certa desconcentração fundiária, o autor deixa claro que a mesma provoca a submissão dos trabalhadores rurais ao proprietário da terra.

⁴⁴ Por volta dos anos 1970, a produção nas fazendas do sul-sudeste se especializaram. Segundo Graziano da Silva (1989), as fazendas deixaram de produzir tudo de que necessitavam, do arroz ao café, e passaram a ser fazendas de leite, fazendas de café, fazendas de arroz etc. Tal período corresponde ao crescimento da produção agrícola destinada ao mercado, também conhecido como período da industrialização da agricultura.

“Em fazenda eu passei doze anos. Trabalhava em sítio de bananal, sítio de uva, trabalhava em várias fazendas e em muitos municípios. Município de Igató, Miracatu, Juquiá, Registro, Sete Barra, São Roque, lá na Quinta da Uva. Esses trechos tudo eu trabalhei” (A.R.).

Muitas vezes as migrações aconteciam em determinadas épocas do ano. Era assim com C.A.

“Depois eu continuei, até 84, indo e voltando todo ano, né?”
(C.A.).

Mas, nem só de ocupações agrícolas viviam estes migrantes. A.R. relata os ofícios de metarlúgico e carpinteiro, ambos aprendidos pela oportunidade e necessidade. Outros foram ajudantes de caminhoneiro, serventes de pedreiro, pedreiro, enfim, foram parte de uma mão-de-obra abundante e barata que se dirigiu ao sudeste do país.

Em suma, as ocupações daqueles que permaneciam na terra durante todo o ano agrícola ou dos que passavam apenas o período de plantio, eram: agricultor, carpinteiro, assalariado rural diarista, garimpeiro, pedreiro, serrador e vaqueiro, no caso dos homens; agricultora, costureira, doméstica, professora e servente, para as mulheres. Além da venda da força de trabalho, atividades não diretamente ligadas à agricultura eram realizadas em determinadas épocas do ano. Sabe-se que atividades não agrícolas fazem parte da dinâmica de reprodução dos camponeses⁴⁵.

⁴⁵ Os primeiros estudos sobre campesinato e pesquisas atuais sobre “pluriatividade” relatam a presença e o peso de tais atividades (Chayanov, 1974; Wolf, 1976; Graziano da Silva, 1997).

A agricultura, apesar de ocupar um lugar de destaque, não era atividade que garantisse o sustento daquelas famílias. Além da privação de maiores espaços agrícolas para realizarem plantios e criações, nem sempre a atividade era realizada com vistas a atender apenas ao consumo da família. Aqui, o acesso à terra para trabalho era temporário e “vigiado”.

Aqueles que moravam na rua ocupavam-se no comércio e na roça como meeiro, diarista ou bóia-fria. Como bem lembra M.R., na época das reuniões preparatórias para ocupação da Fazenda Aruega, os homens, esposos e filhos dela e da irmã estavam trabalhando na roça em Setubinha, município próximo a Novo Cruzeiro. Elas é quem participavam de tais reuniões.

A participação feminina nas atividades agrícolas era de grande importância para aquelas famílias. Apesar de certa divisão de trabalho nas comunidades camponesas, a mulher sempre participa das atividades de plantio e colheita e, principalmente, da criação de animais domésticos como galinha e porco (Cândido, 1975). Homens e mulheres sofriam e lutavam juntos pela terra. Quando passavam a residir na cidade, as mulheres aparentemente perdiam um pouco a relação de trabalho na terra⁴⁶, o que não implica no esquecimento do sonho de acesso à terra.

3.1.3 Os frutos do trabalho na terra

Dois tipos de relação podem explicar a obtenção da renda⁴⁷ - os “frutos do trabalho” - das famílias sem terra: a) relação com patrão e mercado; b)

⁴⁶ O estudo de Brandão (1981) revela que em famílias de antigos posseiros e parceiros, obrigados a migrar para as cidades, as mulheres passaram a se dedicar mais aos trabalhos domésticos e os filhos aos estudos.

⁴⁷ Aqui renda assume um caráter diferenciado daquele adotado pela empresa agrícola. Compreende a renda obtida com venda da produção e, principalmente, a renda consumo. Esta última é condição para sobrevivência dos camponeses.

relação com a natureza. Esta modalidade de análise é baseada nos estudos de Brandão (1981) que distinguiu a relação horizontal - entre homem e natureza - da relação vertical - entre categorias de produtores e agentes da sociedade e as aplicou em suas interpretações.

No caso de agregados, muitas vezes as lavouras de subsistência eram plantadas nas entrelinhas da cultura principal ou em terras que seriam destinadas à formação de pasto⁴⁸. A relação com o patrão⁴⁹, caracterizada pela obediência voluntária ou não, normalmente tolhia iniciativas que satisfizessem suas reais necessidades. Sobre isso lamenta M.A.A., quando faz relato sobre sua vida como agregada:

“... a única coisa que eu quero no mundo é ter um lugar meu, que nós vive muito sofrido. Os trabalhos em terras dos outros não pode plantar pé de algodão, não pode plantar pé de banana, que não é nosso. Os patrão não aceita e aí nossos filhos não pode apreciar umas coisa dessa” (M.A.A.).

Quanto à comercialização dos excedentes, quando havia, pode-se dizer que era modesta. Alguns entregavam parte da produção para o fazendeiro, como pagamento da renda. Aqueles que tinham pequena parcela de terra de herança, com fertilidade razoável, conseguiam produzir para vender no comércio próximo. As principais culturas comercializadas eram arroz, feijão e milho. Culturas comerciais que eram plantadas nas fazendas, como café, cana etc., não

⁴⁸ Quanto à entrega da terra formada em pasto, sabe-se que foi prática comum em fazendas da região sudeste e centro-oeste. O estudo realizado por Ramos (1993: p.54) na região do Triângulo Mineiro analisa o assunto: “os moradores da fazenda remuneravam o uso da terra para moradia e produção de subsistência com a formação de pastos”.

⁴⁹ O termo patrão é empregado pelos assentados. Neste contexto, é sinônimo de fazendeiro e não tem ligação com o significado dos “patrões capitalistas”.

faziam parte do leque de opções dessas famílias. Da mesma forma, gado bovino não era comum em suas terras.

“Criação que eu mexia era porco. Hoje mexo com gado, mexo com cavalo, com um tanto de criação. Nunca tinha pegado num peito duma vaca” (A.R.).

Os produtos cultivados nas antigas roças das 25 famílias assentadas eram principalmente aqueles destinados à subsistência (arroz, feijão, mandioca e milho), como mostra a Figura 2. As criações (Figura 3) eram galinha e porco, principalmente. Havia também algum animal de serviço e cavalo de monta.

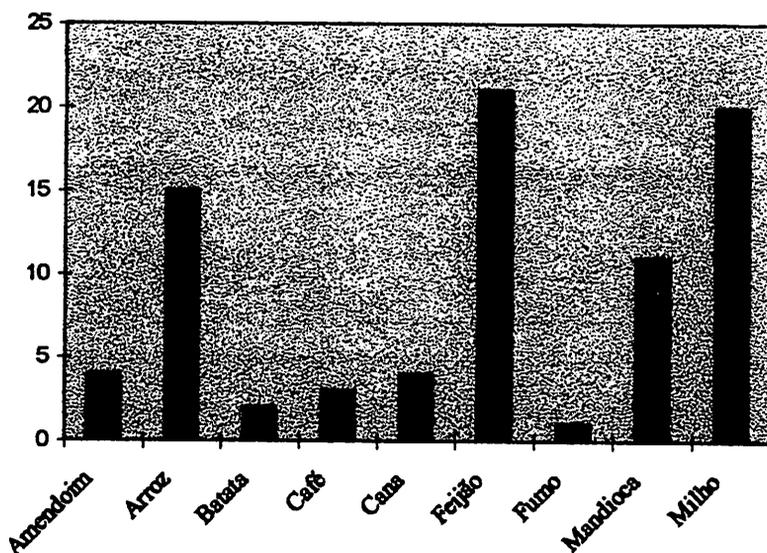


FIGURA 2: Frequência das principais culturas plantadas pelas 25 famílias assentadas antes de receberem a terra. Minas Gerais, 1999.

Fonte: Dados da pesquisa, junho de 1999.

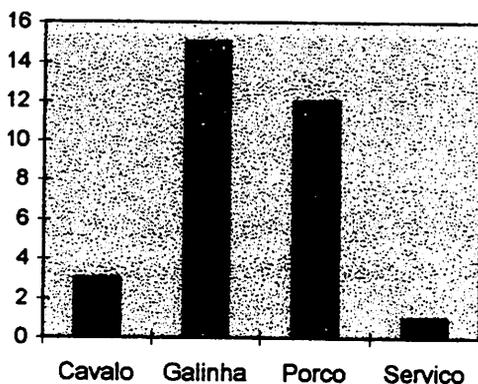


FIGURA 3: Frequência dos animais de criação e trabalho das 25 famílias assentadas antes de receberem a terra. Minas Gerais, 1999.

Fonte: Dados da pesquisa, junho 1999.

O sonho de terra para si e para os filhos, no futuro, movia a luta por uma nova terra onde pudessem trabalhar, colher seus frutos e não ter que sair do meio rural.

“Eu sentia lá onde eu morava muita preocupação. Aquela quantidade de criança, e sem terra pra trabalhar. Minha vontade era de ter terra pra trabalhar e eles não sair de perto de mim”
(E.A.).

E foi esse sonho, sonhado por muitos, unido à necessidade e vontade de lutar, que gerou o movimento de organização da ocupação, o qual daria origem ao Assentamento Fazenda Aruega.

3.2 Da organização à ocupação

“Fala com elas que vamos em frente, que a luta é boa. Não precisa ter medo de polícia, porque isso aí nós passa tudo por cima, a base de Deus, né?”

(C.A., assentado de Aruega, transmitindo o recado de assentados de outro estado para os sem terra do nordeste de Minas).

3.2.1 Sementes do movimento pela terra

A presença da Igreja, em discussões relacionadas às injustiças a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais da região, ocorria desde meados da década de 1970. Inicialmente, as estruturas que sustentavam o movimento de conscientização e luta eram a própria Diocese e a ACR - Animação dos Cristãos do Meio Rural (Cardoso, 1996). Em seguida foi criada para todo o estado a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com intuito de assumir o serviço de apoio às lutas dos camponeses e trabalhadores rurais.

A história de Zilah de Mattos e Serafim Cardoso, dois dos primeiros agentes pastorais da CPT no Vale do Mucuri, descreve o início da ação da Igreja como pastoral rural. O trabalho abrangia cidades como Teófilo Otoni, Poté, Pavão, Frei Inocência, Águas Formosas e Novo Cruzeiro, entre outras. As ações possuíam o lado místico e, paralelamente, conscientizador.

“Então começava a rezar. A partir daí, começava a perguntar como é que era ali a comunidade, como é que o povo vivia, como o povo plantava, o que é que comia. Não sabia nem fazer direito, mas começamos...” (Cardoso, 1996).

“Na época foi o MST, a ocupação de Aruega, mas a anterior não. Não tinha o movimento. Então a formação deles, inicial, nasceu da igreja, né? Os líderes que estão formados hoje, tiveram uma formação de espírito de comunidade, e a partir disso, né? Foi a primeira ocupação no vale do Mucuri, pelo Movimento Sem Terra.” (Mattos, entrevista pessoal em 1999).

Ao lado da Igreja, nos anos 1970 e começo de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais também começava a ser atuante na região. Assim, parte da conscientização e dos debates em torno da questão agrária a que tiveram acesso as famílias assentadas, foram estimulados pela Igreja e sindicato. As sementes plantadas por eles encontraram terra fértil e brotaram no coração dos excluídos da terra e cidadania. Daí apareceram as primeiras reuniões para tratar da ocupação de terras, como forma de exigir reforma agrária.

Como disse Zilah de Mattos em entrevista, o MST começou a atuar em Minas Gerais após os trabalhos de discussão sobre os problemas da terra iniciados pelo sindicato e CPT. Seu trabalho iniciou com a organização de base em cerca de 32 municípios da região, conscientizando sobre a importância das ocupações (AESCA, 1999). Suas ações eram baseadas, sobretudo, na problemática envolvendo a questão fundiária, quais sejam: a) concentração de terras; b) modernização agrícola; c) êxodo rural; d) crédito dirigido; e) violência no campo.

Esses foram os principais apoiadores e mediadores dos trabalhadores rurais que vieram acampar na Fazenda Aruega. Inicialmente atuaram em

conjunto⁵⁰ e, dessa união, conseguiram animar e organizar a primeira ocupação do MST no Estado.

O momento de organização da ocupação da terra ficou bem vivo na memória daquelas famílias, hoje heroínas da luta. O sindicato e a Igreja pareciam se confundir na cabeça daquelas pessoas que, carentes de justiça e de terra para trabalhar, resolveram seguir o chamado das lideranças da ocupação: *“Fizeram reunião com nós... Era tudo junto. Sindicato, Igreja...”* (D.G.).

Em alguns municípios, as famílias assentadas foram articuladas com a Igreja, inicialmente. Noutros, o contato inicial se deu via sindicato, com posterior presença de lideranças do MST que, conforme relato dos assentados, vieram do sul para organizar ocupações e ajudar na implementação do Movimento em Minas Gerais. Os assentados, atores do processo, nos descrevem melhor sobre participação em movimento sindical e na Igreja, reuniões preparatórias e organização da ocupação:

“Então a gente sempre esperava, mas nunca saiu do papel, nem da televisão e nem do rádio. Só lá (a reforma agrária). Então surgiu o sindicato. A gente associamo no sindicato..., a Igreja também comunicava os plano de reforma agrária, que tinha que acontecer. Então, no sindicato eu conheço as informação, depois aí veio a informação do MST” (A.R.).

⁵⁰ Sobre a articulação do MST com STR e Igreja na época de organização da ocupação em Aruega, pode-se levar em conta o que afirma Grzybowski (1987). Segundo este autor, apesar de estar em vários municípios articulados com os sindicatos, a ação o Movimento reside em sua própria estrutura e no apoio da Igreja. Segundo Francina Gomes de Souza (em entrevista pessoal), o MST nasceu “filiado” à CPT, no Nordeste de Minas e a atuação dos três elementos – CPT, Sindicato e MST – era conjunta: *“Mesmo o sindicato, que não era MST, defendia as questões da terra. Mesmo o MST, que não era sindicato, defendia as questões do sindicato: ‘-Você tem que ser sindicalizado’.*

“As primeiras reunião aconteceram e eu fui, lá no Itaipé. Lá a gente trabalhava como dirigente de comunidade também, né? Comunidade católica. E aí, num dia que nós tava participando no Itaipé, reunião dos dirigente, aí apareceu a Francina, lá de Poté, que já era integrante do movimento” (N.G.).

“Foi aonde a companheira chegou e colocou o problema, né? Podia resolver. Não, ela não colocou o problema, o problema existia, que era a falta de terra. Aí ela chegou e propôs a saída, e através dessa saída a gente acatou a proposta e reuniu a comunidade na paróquia, aonde era mais ou menos cento e cinquenta pessoa e foi discutido quem queria vim” (A.G.).

Em alguns municípios as reuniões preparatórias para ocupação aconteceram poucos meses antes de 12 de fevereiro de 1988, mas, alguns dos assentados mais engajados na época contam que vinham discutindo há mais tempo. Um deles, delegado do sindicato, faz seu relato de engajamento na luta, onde deixa claro o apoio de lideranças do movimento à organização deles:

“Em 87 me tiraram aqui do município, me apoiaram pra sair, pra mim pegar experiência em alguns assentamento e acampamento em outro Estado” (C.A.).

Contam ainda que participavam das reuniões homens e mulheres, mas que, no dia de ocupar vieram primeiro homens e depois as mulheres, ou vice-versa. Em outras palavras, houve pais de família que preferiram poupar esposa e filhos do contato inicial com o acampamento. Por outro lado, teve mulheres que

decidiram vir sem concordância do marido⁵¹. Mais cedo ou mais tarde, todos estavam na Fazenda Aruega, o “lugar desconhecido”, pois, por questão de segurança, os líderes da ocupação não divulgaram, nem mesmo para os futuros ocupantes, o local para onde iriam.

Nas últimas reuniões, como todos gostam de contar, eles receberam instruções sobre o que deveriam levar consigo:

“... uma latinha de óleo, uma medida de farinha, uma medida de feijão, uma medida de açúcar, um pouquinho de café, e foi marcando tudo, as coisinha. Uma esterinha pra mode poder deitar e uma sementinha pra poder semear logo que chegar...” (M.R).

As palavras de M.R. revelam a situação de incerteza e precariedade a que estariam sujeitos nos próximos dias. Nos primeiros dias de acampamento talvez só pudessem contar com comida e mantimentos levados com eles. Depois, viriam mantimentos arrecadados nas comunidades e cidades próximas. Por outro lado, sua lembrança traz indicativo de que o trabalho na terra logo seria iniciado. O chão era fértil e as suas mãos hábeis para a labuta.

3.2.2 Chegada à “terra prometida”

A noite de 12 de fevereiro de 1988 entrou para a história das famílias do Assentamento Aruega. Caminhões passaram recolhendo-os em pontos combinados e se dirigiram para o lugar a ser ocupado. Foi um dia chuvoso, difícil de transpor a lama da estrada e marcado pelo cansaço de quem teve que

⁵¹ Segundo Grzybowski (1987), as mulheres se fazem presentes em todas as lutas e incentivam os maridos a participar.

terminar o percurso a pé. Mesmo quem deixou para vir depois, quando o marido ou a mulher já tinha se instalado, relata a chegada sofrida, mas sonhada:

“Nós veio de lá a pé, caminhando. Um balaio na cabeça, uma sacola debaixo do braço, um saco de feira nas costas, e foi assim que nós veio aqui. ... E muito cansaço, que eu nunca tinha feito uma viagem dessa... - ‘Ó Deus, que viagem que não acaba. Quando que nós chega?’ Ele disse: - ‘Ó muiê tá perto de nós chegar’. Perto é esse, que nós chegou aqui nove horas da noite e eu já tava morta. Aí nós chegou; aquela multidão de gente, eu até tive medo do povo... Acabou de organizar essa chegada, eu dormi numa casinha que tinha parede moiada, cama de girauzinho feito de pau, punha essa esteira em cima disso. A costela no outro dia amanheceu amassada (risos). O caso não é de ri, o caso é de chorar, mas agora nós tem é que ri, que agora nós já tá mais tranquilo”
(M.A.A).

Com a chegada, souberam onde seria a futura morada e local de trabalho de alguns deles no futuro. Dos 32 municípios que participaram da organização da ocupação, cerca de 300 famílias⁵² vieram ocupar a fazenda improdutiva (AESCA, 1999). Era a Fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro, que na época era “só mata”.

⁵² Os assentados narram a participação de 400 famílias, vindas de 41 municípios. Tal número é uma base superestimada, usada por eles para dar ênfase à importância e força da organização.

3.2.3 A fazenda: fartura inexplorada

A Fazenda Aruega foi ocupada no carnaval de 1988, em 12 de fevereiro, por cerca de 300 famílias vindas de Novo Cruzeiro e municípios vizinhos. Está localizada no município de Novo Cruzeiro, na região nordeste de Minas Gerais⁵³. A estrada que a separa do município, com seus 25 quilômetros de extensão, tem um importante significado para os ocupantes, pois, através dela, caminhou-se até a “terra prometida”. Da mesma forma, quando policiais quiseram evitar a entrada de pessoas na área, derrubaram pontes e barraram a passagem de ajuda aos acampados.

A propriedade pertencia a Erpino Alves, que recebeu as terras de herança do pai, Olinto Alves Teixeira. Na época de ocupação, o casal proprietário residia no município de Viçosa, Minas Gerais. Assim, visitavam-na esporadicamente e, na época da ocupação, não mantinham as terras produzindo. Dois agregados utilizavam parte das terras, plantando para si próprios. Segundo o MIRAD – Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (1988a), o domínio da propriedade se estendia por 950 hectares, embora na documentação do INCRA, em nome do proprietário, constassem apenas 290,4 hectares.

Em setembro daquele ano, pelo Decreto 96.757, o governo federal desapropriou a fazenda. Laudo de vistoria realizada pela Delegacia Regional do MIRAD constatava que o imóvel não desempenhava sua função social, sendo classificado como latifúndio por exploração (MIRAD, [198-]).

Estando localizadas numa região onde nascem afluentes dos rios Mucuri e Jequitinhonha, as terras da Fazenda Aruega têm, em toda sua extensão, uma topografia bastante acidentada. O terreno possui elevações que chegam a mil

⁵³ Há fontes, jornais principalmente, que dizem que o Assentamento se localiza no Vale do Jequitinhonha. Portanto, existe um certa imprecisão quanto à sua localização, pois está na exata divisa dos dois vales.

metros e depressões profundas, altitude média de 722 metros e relevo variando de ondulado a forte ondulado ou montanhoso (Firmino, 1990; MIRAD, 1988a). A precipitação média anual da região é de 1.390 mm e as temperaturas variam entre 10 e 35^o C.

Quanto à riqueza de recursos naturais e fertilidade do solo, podia-se ver na época da ocupação, mata praticamente intocada e, conseqüentemente, solos ricos em fertilidade. No entanto, por possuir grande parte do solo no relevo montanhoso, havia, no geral, uma considerável fatia de solo com baixa fertilidade natural, que recebe a denominação distrófico.

O tipo de vegetação predominante era “floresta subperenifólia”⁵⁴, com formas de transição para “floresta subcaducifólia” (MIRAD, 1988a). Grande parte da vegetação era constituída por espécies que se aproximavam daquelas de mata atlântica⁵⁵.

Além das diversas nascentes, a fazenda possuía três córregos principais: Aruega, Sapezinho e Grota do Engenho, todos com pequena vazão (MIRAD, 1988a). Assim, terra, madeira e água eram abundantes para aqueles poucos agregados que habitavam a fazenda.

A disponibilidade de terras virgens ou mesmo em descanso por longo tempo proporciona uma maior produção nas lavouras. Além disso, uma das vantagens do plantio em novas áreas é a economia de mão-de-obra devido à fertilidade natural do solo, pois aumenta o *produto por homem-hora* (Wolf, 1976; Boserup, 1987). Esta parecia ser a condição desejada por grande parte das famílias de trabalhadores rurais da região, principalmente daquelas destituídas de terras.

⁵⁴ Subperenifólias são considerados aqueles vegetais cujas folhas “velhas” não caem antes que as folhas “novas” estejam formadas e subcaducifólias aqueles cujas folhas “velhas” caem antes da presença das “novas” (Ferreira, 1995).

⁵⁵ Segundo informações do IBAMA, 80% da mata da fazenda era constituída por madeiras de lei, como peroba rosa, ipê e sucupira (Firmino, 1990).

A Fazenda Aruega era, assim, uma espécie de nova fronteira agrícola, terra disponível para os sem terra. E a partir daquela ocupação suas terras ganhariam novo destino. Seriam, por um lado, palco de resistência da luta pela terra e, também, local de trabalho e produção dos acampados.

3.3 Experiências de acampamento e primeiros anos de assentamento

3.3.1 Barracos de lona: a experiência da resistência unida

Nos primeiros meses após a ocupação, as 300 famílias permaneceram acampadas na Fazenda Aruega. O sonho da terra parecia mais próximo, mas uma unidade ainda tinha que ser construída para que a luta fosse vitoriosa. Assim começava mais uma etapa na conquista do assentamento, fase decisiva e sofrida, escola para aqueles camponeses que passavam a constituir uma nova identidade: a etapa de acampamento⁵⁶.

O acampamento foi um momento que ficou muito vivo na lembrança das famílias assentadas. Do ponto de vista físico, acampamento era o local onde foram construídos os vários barracos de lona, constituindo uma espécie de “agrovila”. No entanto, a organização dos acampados é que dava vida e sentido ao acampamento. Assim, além de simples aglomerado de excluídos da terra, o acampamento era o local da organização da resistência e da luta pela reforma agrária.

Os acampados na Fazenda Aruega, de objetos passavam a sujeitos do processo de reforma agrária. Dava-se continuidade ao processo de construção do sujeito coletivo engajado no movimento. Segundo Grzybowski (1987), a

⁵⁶ Um dos primeiros relatos sobre as fases que antecedem um assentamento foi feito na época das primeiras ocupações do MST no sul do país. Segundo Abramovay (1985), acampamento era, na maior parte dos casos, a consequência da expulsão de uma ocupação. Era uma forma de demonstrar publicamente a vontade coletiva de ter terra.

construção da identidade do sem terra como sujeito coletivo, se dá a partir de uma consciência de carência e exclusão social, decorrente da falta de terra.

A construção dos barracos foi uma das primeiras atividades para a qual se organizaram os acampados em Aruega. E na primeira noite, aconteceu a primeira assembléia, conforme lembra Dona M.L.:

“Quando foi de tarde, assim de noite, foi a assembléia. Bateu lá, cantou, cantou... e bateu todo mundo e o povo chamava nós tudo”(M.L.).

A animação também se fazia presente, dando força e coragem para continuarem lutando.

O barraco de lona ficou sendo a moradia das famílias que permaneceram por mais tempo no acampamento e assentamento.

“Daí quando eu cheguei aqui, eu mais meu povo, cheguei e fiquei num barraquim mesmo na entrada, né? De lona. Ficamos quase oito anos no barraco. Sala dum barraco ia pro outro, mas tava tudo contente” (L.R.).

Em termos de moradia, a condição de acampado não parecia melhor que a condição anterior para muitas daquelas famílias. Mas quando um sonho começou a se tornar realidade, não havia dificuldade que não se transpusesse. Quando indagado sobre o início do acampamento, H.G. revelou:

“É, foi difícil, né? Não foi muito fácil, não... mas foi uma luta muito boa, muito divertida, muita gente. Pra gente não tinha tempo duro. Naquela hora, o que vinha a gente tava topando tudo”.

A força para continuarem firmes na luta pela reforma agrária, além da fé⁵⁷, era advinda de órgãos e entidade que os apoiavam. Ao MST cabia o papel da organização, por ser o Assentamento Aruega o marco inicial das conquistas do Movimento em Minas Gerais. Mas Igreja, por meio da CPT, e FETAEMG também apoiaram firmemente os acampados.

“Fui pedir pra Deus, todo dia pedia a Deus essas graça. Com pouco, minha filha, saiu a reforma agrária do governo e eu pego e aposentei. Aí falei: - ‘Ê diacho!’ Bati o joelho no chão, fui agradecer a meu pai, Jesus Cristo, e minha mãe, Maria Santíssima, né?. Pela esmola que pôs em minha mão...” (M.R.).

“Nós entremo com a organização do sindicato, MST, a Igreja. Nós teve muita assistência da Igreja. Nosso Bispo, aqui de Araçuaí, foi o primeiro a entrar na negociação, mas o proprietário daqui não quis” (A.R.).

As doações de alimentos, roupas e agasalhos nos primeiros meses de acampamento foram imprescindíveis para a sobrevivência dos acampados. A presença de crianças⁵⁸ tornava as ajudas mais preciosas. Ao MST, dentre outras funções, coube a tarefa de angariar junto à população do município alimentação

⁵⁷ A religiosidade e o apego a Deus pareciam referenciais do processo de passagem daquelas famílias pelo movimento de luta por terra e conquista da cidadania. Grzybowski (1987: p.58) afirma que “em boa parte dos movimentos, a identidade social resulta de uma combinação de diretos com religião dando aos sujeitos uma identidade político-religiosa”.

⁵⁸ Cerca de 46% da população acampada era constituída por crianças entre 1 dia e 10 anos de idade; 31% de 11 a 20 anos e o restante por pessoas com mais de 20 anos, de ambos os sexos (MIRAD, 1988a).

para as quase 1.500 pessoas acampadas. Nesta época já dispunham de verduras produzidas em suas hortas coletivas (CPT, 1988).

Com instruções do movimento e entidades de apoio, as famílias se organizaram em equipes de trabalho e grupos coletivos.

“Aí a gente montou uma equipe de apoio (segurança), que a gente revezava durante a noite. Equipe de barraco, pra fazer os barraco; tinha equipe de saúde, né?” (N.G.).

Além dessas três, descritas por N.G., havia a equipe de alimentação. Formou-se também o primeiro grupo de trabalho coletivo, reunido numa comissão central. É o que conta N.G.:

“Uma comissão bem grande. Era muita gente, tinha várias comissão. Aí a gente já do terceiro dia em diante, a gente já dividiu o pessoal que podia trabalhar na roça, que não tava mexendo com barraco e não tava nas outras comissão, né? A gente dividiu em dez grupos de trabalho com dez, doze pessoas pra iniciar o trabalho na roça. É... Aí foi que começou mexer com horta. Inclusive tinha a Irmã Maria, lá de Potê”.

A união de acampados e o apoio recebido pareciam fazer gerar os primeiros frutos da luta. Para que se efetivasse a desapropriação da Fazenda, foi de grande importância a atuação da Comissão de Acampados, da qual participavam, além de acampados, representantes da Igreja, da FETAEMG e do MST. Esta comissão intermediava o diálogo entre trabalhadores rurais sem terra e instâncias governamentais.

Ao mesmo tempo em que sofriam ordens de despejo e ameaças de fazendeiros da região, os acampados colocavam a mão na enxada e faziam a terra produzir para eles, através de grupos de trabalho coletivo.

3.3.2 Grupos de trabalho coletivo

Num primeiro momento a organização das famílias acampadas mostrou resultados modestos. Em 54 dias de acampamento, aquelas famílias, trabalhando coletivamente, haviam plantado 15 sacos de feijão, hortas, três hectares de mandioca e três mil covas de cana (CPT, 1988). Em outubro de 1988, os acampados, organizados em grupos de produção, realizavam trabalhos artesanais, tinham improvisado uma escola e construído parte da estrada de acesso ao acampamento (MIRAD, 1988b)⁵⁹.

No caso da Fazenda Aruega, o trabalho em grupos coletivos foi uma experiência que deu frutos nos primeiros anos. No momento de ocupação, parecia ser necessidade. Depois, foi deixando de funcionar conforme era planejado, mas serviu como lição⁶⁰. Foi experiência válida, que mostrou a importância de aspectos sutis, os quais acabaram determinando o caminho da produção individual ou em grupo familiar.

⁵⁹ O trabalho coletivo nos assentamentos e ocupações organizados pelo Movimento dos Sem Terra parece ser uma das condições para o êxito de um acampamento. Um estudo de Cardoso (1994) mostra que o MST incentiva a forma coletiva de produção porque esta possibilita o enfrentamento de problemas de produção e comercialização nos assentamentos. Segundo Ribeiro (1994), as explorações coletivas são comuns nos assentamentos e ocupações, pois são formas de dividir melhor os benefícios retirados da terra.

⁶⁰ O estudo de Ramos (1993) constata experiência educativa nas práticas coletivas de acampados e pessoal de apoio: *“Em seus nove meses de luta o acampamento acumulou práticas de resistência e organização, construindo uma unidade interna inédita para todos os seus participantes. Mesmo para as entidades de apoio atuantes, tratava-se de uma experiência nova e educativa”* (1993: p.111).

“Tem coisa que pode ser junta, mas assim na maneira de como discutir. Mas o trabalho não pode ser junto, não. O trabalho tem que ser cada família num trabalho em família. Só dá certo trabalho junto é de família, que nem eu, meu genro, meus filhos” (J.R.).

As causas do insucesso dos grupos coletivos, com o passar dos anos, são diversas. Alguns assentados explicitam como causas a pouca renda obtida, exploração de uns sobre os outros, diferenças de interesses, falta de união e assim por diante.

“Por um lado eu achei muito bom, né? Foi bom pra danar. Pela organização foi boa demais. O trabalho comunitário foi bom, pelo que ensinou a gente fazer várias coisas no comunitário. Só que a renda não dá” (J.C.).

“... o trabalho individual, às vezes eu tenho vontade de plantar alguma coisa, se é milho, feijão; se tiver no coletivo, talvez já é outra idéia, né? Então o que eu acho preocupado é só isso” (O.R.).

“Oia menina, eu trabalhei um dia, e depois falei:- ‘ Eu não posso trabalhar sozinha, não tem quem me ajuda’. E aí, no coletivo, as mulher tava indo até bem, mas os homem esperava uns pelos outros. ... Eles fazia as coisa, uns explorava os outros e por isso foi pelejando e hoje tá tudo separado. Porque não soube unir” (M.L.).

A última fala nos mostra a presença feminina no trabalho coletivo. Diferente das mulheres que não têm acesso à terra e são muitas vezes restritas às

tarefas domésticas, a mulher acampada também conquista seu espaço de trabalho coletivo na roça.

Outro aspecto preponderante na opção pela exploração individual diz respeito ao uso da terra e à aquisição de máquinas e implementos agrícolas em conjunto. A topografia acidentada do terreno não permite um grande aproveitamento da área da Fazenda para as famílias que permaneceram no assentamento. Assim, o sistema de roça de toco, que exige mudança de área de plantio nos sucessivos ciclos agrícolas, exige o deslocamento das roças das famílias. Pelas falas dos assentados, parece ser mais prático decidir individualmente onde e o quê plantar.

Com relação ao uso de máquinas agrícolas, a topografia do lugar também impôs limitações. Como aquisição e compartilhamento de máquinas agrícolas geram necessidades de reuniões para definição de normas de uso, entre outras coisas, o coletivo poderia, desta forma, ser fortalecido⁶¹. É o que sustenta um dos assentados de Aruega.

Assim, a experiência de trabalho coletivo foi difícil e tensa. Mas foi lição e serviu para fortalecer outras formas de trabalho no assentamento.

3.3.3 O início da relação acampado - ambiente

Logo após o assentamento das famílias, em 1989, foi notícia nos jornais o processo movido contra as famílias assentadas por desmatamento de floresta nativa. O jornal "Estado de Minas", de 3 de julho de 1990, registrou a existência de vegetação típica de Mata Atlântica em 80% da área da fazenda. Tal fato teve

⁶¹ Segundo Ribeiro (1994: p.37), "*há uma sacralização dos objetos, e o grupo só ganha confiança em si quando possui coisas bem concretas. Uma máquina, um trator etc. Ele exige estas referências bem objetivas porque são realizações materiais que influenciam os associados, a comunidade circundante e até os próprios companheiros que desanimaram da caminhada*".

repercussão por questões políticas, pois, no fundo, estava em jogo a desapropriação da fazenda. No entanto, a preocupação com a questão ambiental nos assentamentos era prevista no I PNRA.

A utilização das matas e a caça nos primeiros anos do assentamento podem ser explicadas pelo fato de ser um primeiro contato daquelas pessoas com um ambiente tão rico em recursos naturais. Até então, eram privados não só de terra, mas de tudo que ela representava: solo fértil, água, plantas, minerais etc. Segundo Wolf (1976), quando o camponês se encontra diante de uma terra inexplorada:

“Em primeiro lugar,... utiliza as fontes orgânicas de energia, tais como a madeira; mas com um projeto simples ele poderá também bombear água para irrigar seus campos e aproveitar o vento para mover um moinho...” (Wolf, 1976: p.36).

Algo parecido aconteceu na Fazenda Aruega, pois, segundo H. G., madeiras de lei como peroba, ipê e sucupira serviram, algumas vezes, para a construção de móveis para algumas das famílias assentadas.

No momento de acampar, práticas de retirada de madeira e derrubada da mata para preparo das áreas de plantio parece ser prática comum. Na Fazenda Aruega, a seca no ano de 1988 agravou a situação dos acampados, pois os benefícios obtidos da terra foram insuficientes para sustento de tantas famílias. Então, umas das saídas foi realizar desmatamento⁶².

⁶² O estudo de Cardoso (1994) relata uma preocupação premente, envolvendo ações dos assentados: o desmatamento “desordenado”. Em assentamentos onde acesso ao crédito agrícola necessário e disponibilidade de áreas agricultáveis são escassos, os assentados desmatam para obter renda através de venda de madeira ou carvão. Nesses casos, a relação é fragilizada, mas única forma de sobrevivência. Fernández (1997) constatou que a questão ambiental nos assentamentos não foi tratada como previa o PNRA, se caracterizando num problema a ser enfrentado e superado pelas próprias famílias assentadas.

“Eu sei que o ano de 88 mesmo a gente não fez muito porque era mato mesmo. A gente foi só desmatar mesmo, né?” (N. G.).

Assim, como os demais camponeses, o assentado tem sua experiência de relação com o ambiente. Esta tem se mostrado relevante, visto a preocupação com a legislação ambiental e, conseqüentemente, o surgimento de estudos sobre o assunto. Santos (1994) considera a relação homem-natureza uma questão sociológica marcada pela interação recíproca do meio social com o meio natural. Assim, na medida que os assentamentos adquirem um posicionamento contrário à ordem social vigente, a própria relação homem-natureza assume outras dimensões.

Outra face da relação acampados - ambiente refletiu na saída das famílias excedentes. Das quase quatrocentas famílias assentadas, apenas 25 “caberiam” na Fazenda Aruega. Outra ocupação foi realizada e outros assentamentos conquistados; estes ficaram conhecidos como “filhos de Aruega”. Sobre o destino daquelas famílias, J.R. conta:

“... Um bocado das famílias que foi embora, voltou pras origens deles. Uns tá em São Paulo, outros tá em Pavão. Voltou gente pra todos canto. De todo canto que veio gente, voltou gente. E os que ficou, essas 155 famílias, sei contar a história delas: 100 na Fazenda Califórnia, 55 na Fazenda Santa Rosa. E, aqui na Aruega ficou 25. E o restante foi embora, pras origens deles”.

Sobre o processo de escolha, os assentados contam que se reuniram e decidiram em conjunto, havendo consenso na escolha de quem ficaria ou não. Assim foi feita a escolha das famílias a serem assentadas na Fazenda Aruega. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA - sugeriu que

ficassem no assentamento quinze famílias, dada a capacidade da terra para sustento das famílias. No entanto, os acampados reunidos exigiram o assentamento de pelo menos 25 famílias, escolhidas entre eles.

As famílias que ficaram em Aruega nos contam sobre as experiências de luta e vitória, violências sofridas e, principalmente, sobre suas conquistas, o que será tratado no próximo capítulo.

4 UMA CAMINHADA DE ONZE ANOS

4.1 Lembranças da luta, violência e vitória

As cenas de conflito no meio rural brasileiro são registradas desde finais do século XIX⁶³, tendo como marcos importantes as lutas nascidas com os questionadores da ordem social vigente no campo, como Antônio Conselheiro, por exemplo. A violência envolvendo sem terra e latifundiários passou a ter grande repercussão nos meios de comunicação do país nas últimas décadas do século XX.

As ocupações de fazendas improdutivas por trabalhadores rurais sem terra e os conflitos entre fazendeiros e trabalhadores rurais fizeram com que latifundiários se unissem, criando a UDR - União Democrática Ruralista⁶⁴. Ela atuou no nordeste de Minas, no período da ocupação da Fazenda Aruega e ficou guardada na memória das famílias acampadas.

A ação da polícia na Fazenda se deu nos primeiros dias de acampamento, para fazer o que denominavam “vistoria”. Depois, o que poderia ser garantia de segurança para os acampados, passou a se caracterizar pela

⁶³ Neste sentido, livros e artigos escritos por Martins (1981, 1986b) fornecem importantes relatos sobre o lado mais cruel da repressão aos camponeses no decorrer do século XX. A Revolta de Canudos é uma das que se destacam, devido ao grau de crueldade e violência envolvido na repressão às famílias seguidoras de Antônio Conselheiro. A partir dos anos 1970, a CPT passou a documentar esta questão, tratando de divulgar e, de certa forma, amenizar situações de violência no campo. Os conflitos sociais no campo, segundo a CPT (1983), podem ser de três tipos: a) **resistência na terra** (posseiros, parceiros e pequenos proprietários, cujas terras ocupadas são objeto de interesse de latifundiários, grileiros ou grandes grupos econômicos); b) **luta pelo retorno à terra** (posseiros que foram expulsos de suas terras, mas que desejam e lutam pelo retorno às mesmas); c) **luta dos trabalhadores sem terra** (pequenos produtores que perderam suas terras e moradores que foram expulsos das propriedades em que trabalhavam como parceiros ou assalariados).

⁶⁴ A UDR surgiu em meados da década de 1980, com objetivo de garantir a propriedade da terra e a concentração do poder nas mãos dos latifundiários (Diniz e Araújo, 1997).

violenta relação entre polícia e sem terras. A presença da UDR não decepcionou expectativas dos seus membros, espalhados por todo Brasil⁶⁵. Conta-se que fazendeiros matavam animais e faziam leilões para suprir de mantimentos as milícias comprometidas com a manutenção da propriedade na região nordeste de Minas naquela época.

A imposição da repressão pelo medo parecia um dos principais aliados desses personagens da história do Assentamento Fazenda Aruega. Nos primeiros meses de acampamento, os policiais também permaneceram acampados nas proximidades durante certo tempo. Assim, sua presença inibia ações dos acampados, não apenas do ponto de vista da violência, mas impedindo a realização de atividades quotidianas, das quais dependiam a sobrevivência das famílias acampadas.

“Nós veio pra cá e mais na frente teve uma outra marcação de despejo. Nós tava com arrozal, minha filha, tudo nos cacho. Mas, verdade, ainda não tava maduro mesmo. Aí, nós apanhou tudo e socou um bocado, que eles disse que ia pôr as criação pra comer”
(Z.B.).

“... deixou os policial acampar tudo junto com nós, minha filha, do outro lado. ... Com pouco chegou e falou assim: ‘-Vamos ver quem tem coragem de apanhar água’. As polícias tava voltando as mulher tudo, pra não pegar água. As mulher, pra não pegar água lá

⁶⁵ Segundo a CUT/MG - Central Única dos Trabalhadores [19--], o episódio de ocupação da Fazenda Aruega envolveu funcionários da Justiça, além da UDR. Tal fato é ilustrativo da convivência do Estado com a repressão às reivindicações e manifestações dos sem terra, como observado por CIDAP (1991: p.51): *“Os trabalhadores e a sociedade em geral conhecem de perto quem são os verdadeiros culpados e responsáveis por esta escalada violenta do Estado. ... Assistem horrorizados a convivência e a morosidade da justiça perante tais acontecimentos.”*

embaixo, porque tavam fazendo sujeira lá em cima na água, tava apanhando mais em cima. Perto dos barraco deles” (J.A.).

Quando os fazendeiros donos de Aruega tentaram contestar o mandato de desapropriação, tornou-se crítica a situação das famílias acampadas. Em janeiro de 1989 o juiz de Novo Cruzeiro aproveitou a ação de despejo movida contra o acampamento Córrego do Sapezinho⁶⁶ e resolveu cumprir ordem de despejo em andamento para o acampamento da Fazenda Aruega, gerando uma série de episódios violentos envolvendo policiais, acampados e alguns universitários que realizavam estágio no local.

“E quando despejou os acampados de lá, nós já tava com imissão de posse pelo INCRA organizadinho. Já tava organizado. Nós pegou e nem preocupou com policial. Mas o policial, de exibido, quis invadir. Quando eles entrou, nós empurrou eles com bico da foice até o outro lado da ponte. (...) Aí eles tomaram as máquinas dos estagiários, quebraram, queimaram os fio, cabo, bagunçou mesmo. Chegou do outro lado da ponte, tocou fogo naquela ponte, ponte de madeira. Tirou os caminhão dele e tocou fogo na ponte, queimou tudo” (A.R.).

Ao falarem do movimento e do entusiasmo da ocupação da Aruega os assentados não deixam de falar, inclusive as mulheres, das dificuldades e dos momentos mais tensos. Dona J.A., por exemplo, narra emocionada seu

⁶⁶ Segundo informações dos assentados, o acampamento em Sapezinho surgiu para receber os excedentes da Fazenda Aruega. No entanto, um laudo do INCRA constatou que a fazenda era produtiva. Aquelas famílias que haviam participado da ocupação de Aruega não tiveram, assim, o mesmo destino daquelas que permaneceram lá. Muitas delas nem chegaram a conhecer a vitória desta luta.

enfrentamento com policiais, enquanto muitos homens “*se encolhiam de medo*”. O Senhor A.R. relata tentativas da polícia para adentrar no acampamento, enquanto ele ficava na guarda, na qual se revezava com outros companheiros.

Apesar de não ter havido morte na Fazenda Aruega, a repressão com uso da força por parte de policiais não foi menos grave que outros casos violentos de expulsão de ocupantes sem terra. É verdade que os acampados eram corajosos e contavam com a vitória, mas a experiência de sentirem-se feridos em seus direitos como cidadãos, trazia seqüelas tão sérias quanto aquelas da violência física.

As lembranças dos momentos de luta dentro do acampamento estão muito vivas na memória dos assentados. Isto pode ser percebido quando os ouvimos ou levantamos qualquer “dedo de prosa” sobre suas histórias de vida. Homens e mulheres, idosos e jovens relatam, com misto de emoção e orgulho, as alegrias e tristezas vividas.

As conquistas da terra e da liberdade para trabalhar parecem ter sido os principais motivadores da alegria. Os próprios assentados, homens e mulheres, sujeitos da luta, nos descrevem melhor:

“... ficou uma coisa muito marcante porque a gente lembra das opressões, que eles nos oprimia, e também fica a gente vendo muita vitória pela conquista da terra” (C.A.).

“Me sinto vitorioso porque alcancei um plano de felicidade. A gente não precisa trabalhar pra ninguém...” (G.N.).

Todo movimento de luta traz consigo um enfrentamento a alguma ordem (social, política ou econômica) vigente. Nesses movimentos, justiça e injustiça são faces da mesma moeda; a disposição para lutar nasce da “animação” pelo

enfrentamento em nome da justiça, e da tristeza, imbuída na injustiça a que se combate. O caso do acampamento na Fazenda Aruega é exemplo disso. O movimento de luta pela terra se contrapunha aos interesses dos grandes proprietários da região, personificado na UDR. Sentimentos de tristeza, vivos na lembrança destes lutadores, foram motores da luta.

“Pra mim ficou muita tristeza, porque na época a gente queria uma coisa, né? E a UDR queria outra. ... Nós lutava pelo pão de cada dia e ele (o ex-proprietário da Fazenda) lutava por uma coisa que não era dele. Por isso que foi triste pra gente. Foi alegre na conquista da terra, mas na luta contra a violência foi duro, foi pesado pra nós” (J.C.).

De tudo que foi vivido ficaram aprendizados e ensinamentos importantes, conquistas para as famílias assentadas. Aprenderam na prática como se organiza uma ocupação; passaram pela experiência de sobrevivência no acampamento, através do trabalho em grupo; as mulheres assumiram com firmeza e coragem seu lugar na luta. É isso que se pode perceber nas falas seguintes:

“Mas foi assim uma coisa que, aqui sendo uma primeira ocupação, ninguém sabia como que era, como que se dava as coisas e, foi depois que a gente foi aprendendo um pouquinho como é a luta pela terra, né?” (N.G.).

“Foi muito vitorioso. Foi assim partes igual, porque agora que dá mais trabalho quase que só de homem. Porque agora tudo que a gente vai lutar aí pra conseguir, as mulher não tá mais assim

igual era. Mas se ia fazer uma viagem a Belo Horizonte, ia parte igual. A gente ia quase que mais mulher do que homem. Criança enchia o carro pra poder reivindicar. Foi muito importante essas coisa que nós conseguimos através de todos” (E.F.).

Conta um dos assentados que o povo das comunidades vizinhas e da cidade tinha medo daquela situação, pois foi a primeira ocupação da região. Onze anos depois, os assentados são respeitados e aceitos por aqueles que, num primeiro momento, ficaram chocados com a atitude desses camponeses da região. O prestígio e credibilidade de que gozam os assentados, homens e mulheres, talvez seja o mais importante reconhecimento da luta e vitória.

4.2 Assentamento Fazenda Aruega

4.2.1 Córregos, morros, moradias... : a paisagem

Para chegar à Fazenda Aruega, quem vem por Novo Cruzeiro⁶⁷, deve percorrer 25 km de estrada de terra que separam o assentamento da cidade. Parte dela liga Novo Cruzeiro a outras comunidades⁶⁸ e, alguns quilômetros depois, passa a percorrer terras do assentamento.

A estrada principal do assentamento, continuando aquela que vem da cidade, divide ao meio o conjunto de casas, estendendo-se por entre os morros.

⁶⁷ Este é o único acesso até a Fazenda. Para chegar até Novo Cruzeiro, saindo de Belo Horizonte, pode optar pela BR-116, passando por Teófilo Otoni, ou chegar pelo Vale do Jequitinhonha.

⁶⁸ Segundo Dona E.R., que organiza junto com outras mulheres as celebrações religiosas do assentamento, comunidade é designação usada na região para uma área sob domínio de um mesmo “núcleo” religioso. Tal caracterização é condizente com o conceito de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB), que exerceu importante papel de organização de excluídos e oprimidos nas décadas de 1960 e 1970. De acordo com este conceito, comunidade é uma congregação de “pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região” (Betto, 1981: p.117).

Esta estrada, mais ao fundo da área do assentamento, vai dar nas grotas⁶⁹. Até chegar às mesmas, muitas vezes em quarenta minutos de caminhada, passa-se por casas, escola, galpão, posto telefônico, posto de saúde e casa de farinha. Seguindo por estradas laterais, chega-se às duas pequenas fábricas de cachaça e a algumas das roças individuais. Existem estradas ou picadas de acesso às roças de todos os assentados.

Quando receberam a imissão de posse, os assentados decidiram que as casas seriam construídas em sistema de agrovila, muito usado nos projetos de colonização, que é uma forma de disposição das residências próximas umas das outras. Na Fazenda Aruega a casa de cada assentado está localizada num terreno parcelado de um hectare, podendo existir nele outras casas, dos filhos que casaram. Uma das vantagens da agrovila é a proximidade entre as casas, facilitando a mobilização das famílias para participação em trabalhos coletivos, reuniões e assembléias, além de fortalecer laços de trocas⁷⁰.

A organização das famílias assentadas na conquista de infra-estrutura para o assentamento, crédito e assistência técnica é importante motivo para mantê-las mais próximas. Nesse sentido, o trabalho de base por que passaram, organizando-os em uma nova categoria de sujeitos, foi imprescindível para que camponeses de origens diferentes, embora muitos deles fossem parentes, se definissem por constituírem um agrovila.

Nos locais de topografia mais aplainada, nas proximidades das casas e nas encostas dos morros, encontram-se lavouras, mangas de pasto, pomares e

⁶⁹ As roças dos assentados ficam localizadas nas grotas. Por ficarem próximas às nascentes de água, entre encostas das montanhas, as grotas são as áreas mais férteis do terreno. Cada grota é local de roça de mais de uma família (de grupos de famílias). Tal divisão das áreas de trabalho ocorreu na época de acampamento.

⁷⁰ É prática comum em diversas comunidades rurais do Brasil a existência de laços de compadrio, vizinhança e mesmo de parentesco, envolvendo a troca de bens e serviços. Cândido (1975) mostra a realização de mutirão entre camponeses do estado de São Paulo, como importante prática para socialização das atividades entre eles.

hortas. Estas últimas normalmente ficam nos quintais das casas, dispostas para o lado mais próximo ao córrego, que corre ao lado da estrada principal. Nestes quintais, muitos deles sem cercas, os pequenos animais, majoritariamente porcos e galinhas, disputam espaço com fruteiras e verduras.

4.2.2 Um retrato das famílias - II

Em junho do ano de 1999, por ocasião do início da pesquisa de campo na Fazenda Aruega, se fosse traçado o perfil social da comunidade, verificar-se-ia a presença de 163 habitantes (Tabela 1), divididos em 25 famílias de assentados. Deste total, 52% são do sexo masculino e 48% do sexo feminino.

TABELA 1 Total de habitantes do Assentamento Fazenda Aruega, por sexo, 1999.

Categoria	Número de pessoas	Porcentagem
Homens	84	52
Mulheres	79	48
Total	163	100

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

Incluindo casamentos de filhos dos assentados, naquela época existiam 35 “núcleos familiares”⁷¹. Pelo menos dois dos núcleos constituídos por filhos dos assentados moram com suas mães viúvas. A maioria dos assentados são parentes, constituindo-se numa parentela ou família extensa que realiza trabalhos conjuntos. Os laços de parentesco se estreitaram ainda mais com casamentos internos.

⁷¹ Wolf (1976) classifica as famílias camponesas em dois tipos principais: **família nuclear**, constituída por pais e filhos; e **família extensa**, compreendendo demais parentes. Esta classificação será utilizada como referência às famílias da Fazenda Aruega.

Jovens e crianças dão vida e alegria ao assentamento pois, além de simbolizarem o futuro, são maioria da população total. Como mostra a Tabela 2, as faixas etárias predominantes, para os dois sexos, são aquelas de *15 a 25 anos* e de *0 a 10 anos*, respectivamente. Nas faixas etárias acima de 35 anos, que somadas representam 26% do pessoal total, encontram-se os pais de família que participaram mais de perto da organização da ocupação.

TABELA 2 Distribuição dos habitantes por faixa etária. Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	Porcentagem
0 a 10 anos	21	19	40	24
10 a 15 anos	7	9	16	10
15 a 25 anos	27	23	50	31
25 a 35 anos	8	7	15	9
35 a 50 anos	11	12	23	14
50 anos ou mais	10	9	19	12
Totais	84	79	163	100

FONTE: Dados da pesquisa de campo. Aruega, junho de 1999.

As pessoas pertencentes à faixa etária de *15 a 25 anos* são aquelas que, à época da ocupação, eram crianças, adolescentes ou jovens de até 16 anos, filhos dos acampados. Eram, no total, 32 meninos e 29 meninas (Tabela 3, coluna 4).

TABELA 3 Distribuição dos filhos dos assentados, maiores de 15 anos, por estado civil. Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Gênero	Estado civil		Total
	Casado	Solteiro	
Homem	6 (19%)	26 (81%)	32 (52%)
Mulher	11 (38%)	18 (62%)	29 (48%)
Total	17 (28%)	44 (72%)	61 (100%)

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

Conforme mostra a Tabela 3, 72% daqueles meninos e meninas estão

solteiros atualmente, morando no Assentamento ou em alguma metrópole brasileira. Entre as mulheres, o casamento acontece mais cedo. Os dados mostram que, enquanto apenas 19% dos homens acima de 15 e abaixo de 30 anos estão casados, entre as mulheres o percentual é de 38%. Tal fato pode estar ocorrendo devido a uma maior migração de rapazes.

Com relação aos estudos, a Tabela 4 mostra que aquelas famílias, além de seu saber popular⁷², têm um bom conhecimento escolar. As crianças em idade escolar estão cursando entre o pré-escolar e a quarta série do ensino fundamental. Dentre os adultos⁷³, apenas 9% das pessoas não estudaram e 38% estudaram até quatro anos (Tabela 4, coluna 2). Aqueles de mais idade, que não tiveram nenhum ano de escolaridade, fazem questão de declarar a dificuldade de acesso à mesma. Uma assentada, por exemplo, conta que o pai não permitia que estudasse.

TABELA 4 Distribuição dos habitantes do Assentamento Fazenda Aruega, de acordo com tempo de escola e grau de escolaridade, 1999.

Adultos		Crianças	
Anos de escola	Número e (percentagem) de pessoas	Grau de escolaridade	Número e (percentagem) de pessoas
Nenhum	9 (9)	Pré-escolar	15 (31)
1	14 (14)	1ª série	8 (17)
2	9 (9)	2ª série	5 (10)
3	21 (20)	3ª série	3 (6)
4	39 (38)	4ª série	6 (13)
Mais de 4	10 (10)	Sem idade escolar	11 (23)
Total	102(100)	Total	48 (100)

FONTE: Dados da pesquisa de campo. Aruega, junho de 1999.

⁷² O estudo de Brandão (1986: p.9), mostra que “entre camponeses, existem situações e estruturas apropriadas de criação, de legitimação interna e de circulação e reprodução de diferentes tipos de conhecimento, valores de classe, símbolos, significados”. Aguiar (1992), estudando um grupo de agricultores do sul de Minas Gerais, observou que o saber técnico destes agricultores se fundamenta numa série de critérios que atendam às necessidades produtivas e sociais dos grupos familiares.

⁷³ A população adulta foi considerada acima de 14 anos.

Este é um perfil aproximado das famílias do assentamento. Um retrato onde figuram idosos e crianças, todos convivendo num ambiente conquistado. Neste, construção do futuro dos filhos e labuta diária na terra fazem vida e cidadania brotarem em seus corações.

4.3 O trabalho na terra

4.3.1 Trabalhador, enxada e calendário agrícola

Para as famílias assentadas, o exercício do trabalho agrícola foi conquista árdua, através da luta pela terra. Agora é parte do cotidiano familiar e, em muitos aspectos, a dinâmica do trabalho na roça e da vida dos assentados, se aproximam muito da dinâmica das demais comunidades rurais, não assentadas, do Vale do Jequitinhonha⁷⁴.

Das hortas plantadas durante o período de acampamento, encontram-se “heranças”. Menos se encontra do trabalho coletivo, pois cada família explora individualmente a terra, embora não trabalhe em lote agrícola próprio. A divisão da área em lotes agrícolas individuais implicaria em dificuldades para exploração, tendo em vista o sistema de plantio adotado pelos assentados.

Os membros da família nuclear envolvidos no trabalho da roça são esposo, esposa e filhos acima de 10 anos. Em termos numéricos, o Quadro 3C (anexo) mostra que aproximadamente três em cada cinco pessoas em idade para realizar atividades agrícolas estão trabalhando com lavouras ou criação de animais. Aquelas famílias com maior número de pessoas que podem ser envolvidas na atividade agrícola - neste caso não se considera apenas filhos, mas também os parentes - não contratam mão-de-obra. No entanto, existem no

⁷⁴ A esse respeito ver Galizoni, 2000.

assentamento pessoas que não conseguem realizar em família todas as tarefas necessárias ao cultivo e contratam mão-de-obra temporária, do próprio assentamento.

O homem, principalmente o pai de família, trabalha praticamente de domingo a domingo, exceto aquele que, não tendo criação para cuidar, guarda domingos e feriados sem trabalhar. Além do cultivo de café e “lavoura branca”⁷⁵, os homens cuidam dos pomares de banana, mamão, abacaxi etc.

A mulher normalmente emprega maior parte de seu tempo nas tarefas domésticas. Estas envolvem atividades próprias ao lar, plantio e cultivo de horta e criação de pequenos animais. A mulher dá à sua labuta um valor inferior ao trabalho masculino na roça⁷⁶. É o que se percebe na fala de E.G., mulher lutadora e trabalhadora:

“Tirando esse trabalho meu na escola, de 12 às 6 horas, meu serviço é em casa mesmo. Eu mexo com minhas criaçõzinha, minha hortinha também. Tem pouca coisa, mas tem minhas criação. Adoro mexer com criação” (E.G).

O trabalho da mulher na roça acontece principalmente nos momentos de plantio e colheita, quando tem mais trabalho. Assim como ela, os filhos acima de dez anos, que ainda freqüentam a escola, ajudam na roça nas épocas de pico de serviço.

⁷⁵ São consideradas lavouras brancas as culturas de feijão, milho e mandioca, principalmente; e demais, excetuando-se o café.

⁷⁶ Segundo Faria e Nobre (1997), por trás do trabalho doméstico que a mulher camponesa realiza, se escondem o trabalho na roça, o artesanato, o cultivo da horta e a criação de animais, trabalhos que têm contribuição importante na renda familiar.

Nesse sentido, observa-se no assentamento a importância da prática da agricultura em família⁷⁷. Todos os seus membros são participantes ativos das atividades agrícolas, pois até filhos migrantes mandam dinheiro para ser aplicado em criações e lavouras.

Como auxílio ao cultivo da terra, as famílias utilizam instrumentos “básicos” de trabalho e produção (Tabela 5). *“Essa terra nossa aqui, que não oferece condições para mecanização, quase tudo tem que ser é braçal. Tem que ser na enxada mesmo, na foice, no machado, né?”* (N.G.).

TABELA 5 Principais instrumentos de trabalho e produção usados em família nuclear, família extensa e em grupo coletivo. Aruega, 1999.

Tipo de utilização	Especificação
Família nuclear	Chibanca, enxada, foice, machado, máquina trituradora; Martelo, serrote, plaina, esquadro, metro.
Família extensa	Alavanca, aspersor, boca-de-lobo. Carro de mão, cavadeira, chibanca, enxada, enxadão, foice, forno de barro, machado, motor, pá, plantadeira manual.
Coletivamente	Casa de farinha, alambique ^(*)

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

(*) Pertencente a um grupo de cinco pessoas.

⁷⁷ Woortmann e Woortmann (1997), estudando sítiantes de Sergipe, perceberam que estes não fazem dissociação entre trabalho, terra e família. Chayanov (1974) estudou a unidade familiar camponesa e mostrou o peso da família na dinâmica do trabalho da terra.

Com os instrumentos usados os assentados têm produção suficiente para sustento da família e venda de excedente⁷⁸. Assim, técnicas e ferramentas de trabalho estão relacionados com o sistema de produção utilizado – as roças de toco.

Na Fazenda Aruega o ano agrícola normalmente tem início no mês de outubro (Quadro 4C anexo), com as primeiras chuvas. Esse período agrícola recebe a denominação de *plantio das águas*. As principais culturas plantadas são: amendoim, café, cana, feijão, milho e verduras. A atividade de plantio consome grande parte da mão-de-obra familiar no mês de outubro, podendo se estender até o mês de novembro, quando também são dispensados cuidados às limpas ou capinas⁷⁹ dos roçados. Em dezembro pode-se afirmar que há pouca atividade a ser feita na roça, praticamente só precisam ser realizadas limpas. Chegando janeiro, feijão *das águas*, milho verde e verduras precisam ser colhidos. Neste momento, a família se mobiliza para a colheita, podendo reunir-se com parentes próximos e formar mutirões.

Fevereiro é o mês de preparo de áreas para o *plantio da seca*, onde feijão é novamente cultivado. Além disso, limpas continuam a fazer parte das

⁷⁸ Neste sentido, vale a pena suscitar o debate clássico sobre racionalidade e viabilidade da pequena produção. Kautsky (1969), estudando o campesinato alemão do final do século XIX, observou que o pequeno agricultor sobrevivia graças à virtude de compensar a deficiência técnica com uma imensa quantidade de trabalho de baixa produtividade. Esta estaria ligada à falta de condições materiais de participar da crescente divisão do trabalho e empregar máquinas e insumos em larga escala. Para Chayanov (1974) e Schultz (1965), a pequena produção é eficiente, pois possui uma lógica própria, inerente à unidade de produção familiar camponesa. O primeiro mostrou que a família camponesa trabalha para prover seu sustento, pensando secundariamente em venda de excedentes. Além disso, a mão-de-obra familiar é perfeitamente alocada ao trabalho agrícola ou não-agrícola. Schultz (1965) constatou que a pobreza da comunidade de pequenos agricultores não é fruto de uma utilização pouco ou nada eficaz dos recursos disponíveis para produção. Pelo contrário, eles são extremamente racionais na utilização dos recursos. Afirma, inclusive, que nenhum economista pode encontrar combinação mais eficiente naquelas condições.

atividades agrícolas, sendo realizadas principalmente nas lavouras de café. O *plantio da seca* é feito em março, quando também existem atividades de colheita de amendoim e milho que foram plantados no mês de outubro. Daí até junho se estende o período de colheita, também de café e cana, exigindo concentração da mão-de-obra familiar nestas atividades.

Em julho cessam as atividades agrícolas. O trabalho dos assentados pode ser voltado para outras atividades, que necessariamente não são desligadas daquelas. Comercialização de alguns produtos e negócios⁸⁰ passam a ocupar o tempo dos homens, principalmente. O mandiocal é plantado em agosto e em setembro tem início o preparo das áreas a serem plantadas no próximo ano agrícola.

Assim, o trabalho em terras próprias, sonho que se fez realidade através da conquista da terra, é realizado individualmente pelas famílias assentadas⁸¹. Os assentados, mesmo aqueles que se consideram mais fracos⁸², colhem da terra os frutos da conquista da condição de agricultores livres.

“Onde eu morava sempre tinha mais condições que aqui, isso é verdade. Eu trabalhava pra mim mesmo, o patrão não me cobrava renda, (...) só que tinha aquela contradição: nós não tinha aquela brecha também de plantar de tudo que nós quisesse. Tinha canteiro, o

⁷⁹ Limpar ou capinar o roçado é um trato cultural comum aos pequenos agricultores, e consiste em retirar das entrelinhas das culturas recém plantadas plantas que possam competir com a cultura principal.

⁸⁰ Neste contexto, *comercialização* é empregada no sentido de vender produtos agrícolas produzidos no assentamento e *negócio*, como atividade de compra ou venda de produtos não necessariamente agrícolas.

⁸¹ O termo família, neste caso excede o núcleo familiar, pois normalmente, pais, filhos casados, genros e noras trabalham em conjunto.

⁸² Os adjetivos antagônicos ‘forte’ e ‘fraco’ são empregados entre camponeses como designação de camponês com melhores ou piores condições econômicas. Esta interpretação, a qual se enquadra ao contexto do assentamento em estudo, foi descrito por Garcia Júnior (1989), como referência ao campesinato da Zona da Mata nordestina.

*patrão falava: 'Não, planta milho, feijão e arroz, lavoura branca'.
Então tinha esse problema" (C.A.).*

4.3.2 Sistema de cultivo x ambiente: “a fazenda é grande, mas é mata”

No manejo da terra, utilizando seus sistemas de cultivo, os assentados têm contato direto com a natureza que os cerca e serve. A relação dos assentados com o ambiente é fator, em grande parte, determinante da manutenção de uma agricultura sem consumo de insumos industriais.

Importantes estudos sobre o campesinato brasileiro, dentre os quais podem ser citados Holanda (1957), Cândido (1975) e Brandão (1981), apontam para uma relação camponês–natureza marcada por momentos de abundância e, em seguida, declínio de recursos naturais para subsistência. Tal relação é permeada por fatores como crescimento populacional e práticas extrativistas⁸³, as quais são realidades não muito distantes do Assentamento.

A preocupação com a regulação dos recursos naturais - água, madeira e a própria terra - fez com que os assentados definissem coletivamente regras de uso e preservação dos mesmos⁸⁴. Nos últimos três anos da década de 1990, os assentados enfrentaram a falta de água nos meses de seca e vêm buscando uma melhor conservação da vegetação próxima às nascentes. Além de determinações sobre os recursos naturais, caça aos animais também foi proibida no Assentamento. Sobre essas regras, os comentários são mais ou menos unânimes, como este:

⁸³ Brandão (1981) faz uma escala gradativa que mostra como se deu a relação ser humano-natureza: 1^a) a natureza era hostil; 2^a) é controlada pelo homem; 3^a) é destruída por sua ação.

⁸⁴ Galizoni e Ribeiro (1999) mostram que as sociedades rurais definem acordos de uso e apropriação da terra.

“Lá nessa área onde eu trabalho, tenho cuidado pro fogo não queimar. Nunca deixei queimar. Também falei com os companheiros de lá. Nem eu roço no rumo da água, nem deixo ninguém roçar, porque a benfeitoria que eu tenho lá, é minha mesmo. Se eu for destruir essa coisa lá, quer dizer que eu vou destruir a mim mesmo”
(J.R.).

Na fala de J.R., a referência ao uso do fogo durante o preparo de áreas de plantio não ocorre por acaso. Ela vem reforçar o peso da “negociação” travada entre assentados e ambiente, visto que grande parte das terras da Fazenda estão localizadas em áreas declivosas, impróprias para lavouras⁸⁵. Áreas preparadas para plantio nas encostas dos morros e próximas a algumas residências denunciam a escassez de novas áreas agricultáveis para as famílias. Estas labutam com improvisos, dentro das limitações próprias ao sistema produtivo adotado por eles.

O sistema de lavoura adotado no Assentamento é o que denominam *roça de toco*. Nele, as áreas de plantio, roças ou roçados, são preparadas obedecendo mais ou menos às seguintes etapas: 1) derrubada da mata no primeiro ano; 2) queimada; 3) formação de coivaras⁸⁶. Pode-se dizer que a quarta fase deste sistema de roça é o pousio⁸⁷.

O sistema de *roça de toco* é utilizado e, em função da restrição de terras ou uso de áreas para preservação, não existem terras suficientes para que se pratique um pousio médio ou longo. Os plantios de culturas brancas, que são

⁸⁵ Segundo MIRAD (1988a), 60% da área é tecnicamente inviável para lavoura; os assentados têm atuado junto ao INCRA na tentativa de negociar com os antigos proprietários da Fazenda os 25% de área que lhes coube no processo de desapropriação.

⁸⁶ São remanescentes que devem ser empilhados e queimados para incorporação ao solo, como adubo de cinza (Ferreira, 1995).

feitos nas grotas, atualmente utilizam, na maioria dos casos, áreas que produziram há anos. Assim, o sistema de pousio, que fez parte da dinâmica de produção daquelas famílias, parece ser gradativamente abandonado, em função de uma maior pressão sobre a terra, dado o aumento do número de pessoas na comunidade⁸⁸.

Preocupados com a falta de terras para cultivo, garantia de gêneros para a subsistência das famílias e de excedentes comercializáveis, os assentados fizeram reivindicação e esperam resultados de processos de compra de áreas vizinhas ao assentamento. Uma das áreas pertence aos antigos proprietários da Fazenda, são os 25% de terras que lhes ficaram após desapropriação. Outra possibilidade é a compra de parte da Fazenda Sapezinho.

“Toda vida foi uma grande necessidade conseguir esses 25%, que a gente crê que nunca vai dar certo desse ex-proprietário cultivar. Então nós, há muitos anos, vem reivindicando pra o INCRA negociar essa área e os ex-proprietários nunca quis negociar” (H.G.).

“Até nós tem uma luta, uma conquista numa fazenda aqui vizinha, Fazenda Sapezinho, que a mulher tem interesse de vender. A gente não precisa desmatar muito aqui. Usa a outra que já é desmatada. Nós tem esta luta, dentro do INCRA...” (L.B.).

⁸⁷ Pousio significa a interrupção do cultivo em uma área, por um ou mais anos, para que a fertilidade natural de um solo, anteriormente cultivado, possa se regenerar (Veiga, 1991).

⁸⁸ Ao fazer uma detalhada descrição sobre os sistema de pousio, Boserup (1987) abordou a problemática do crescimento populacional. Segundo a autora, os pousios longo e arbustivo, praticados principalmente em locais com floresta nativa ou em grandes glebas de terras, se baseiam na procura de áreas férteis para serem realizados os plantios ano a ano. Desse modo, espera-se que demandem menores esforços de trabalho. O sistema é contínuo até o momento em que as terras se tornam insuficientes para a população local. Os pousios são encurtados ou a terra abandonada.

As afirmações acima deixam claras as intenções dos assentados em terem acesso a novas terras. O pacto estabelecido com o ambiente os impele mais uma vez à luta. Agora, a reprodução dos filhos, que vieram ainda crianças ou adolescentes para o assentamento, exige dos assentados novas ações e arranjos familiares. A maioria opta por estratégias comuns aos demais camponeses da região: migração, casamento entre vizinhos e atividades não-agrícolas.

4.4 Estratégias de reprodução social

4.4.1 Migração

Todas as famílias assentadas possuem pelo menos um membro da família morando fora do assentamento, sendo que alguns filhos nem chegaram a participar do movimento de ocupação.

Em junho de 1999, quando foi realizado levantamento dos componentes das famílias assentadas, 25 filhos de assentados estavam ausentes (Tabela 6), sendo 9 homens e 16 mulheres. Mais da metade dos jovens que migraram se encontravam na faixa etária de 15 a 25 anos.

TABELA 6 Migrantes do Assentamento Fazenda Aruega, por faixa etária e sexo, 1999.

Faixa etária / Sexo	Masculino	Feminino	Total
15-25 anos	6	12	18
25-35 anos	3	4	7
Total	9	16	25

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

A migração iniciada na faixa dos 15 anos de idade pode ser atribuída ao fato de a escola do assentamento só possuir classes até a 4ª série do ensino fundamental. Assim, ao adquirirem uma certa idade, quem estava 'parado' parte em busca de maior instrução. Quando indagado sobre a causa da migração das duas filhas, C.A. explica:

“Olha, foi mais justamente pra estudar, porque, todas duas, se tivesse aqui, aqui mesmo na Aruega, elas tariam paradas” (C. A.).

A Tabela 7 mostra o grau de instrução dos filhos migrantes.

TABELA 7 Distribuição dos migrantes, filhos de assentados do Assentamento Fazenda Aruega, de acordo com anos de escolaridade, 1999.

Homens		Mulheres	
Anos de escolaridade	Número de pessoas	Anos de escolaridade	Número de pessoas
1	1	1	1
2	-	2	-
3	1	3	2
4	3	4	8
Mais de 4	4	Mais de 4	5
Total	9	Total	16

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

Como se observa na Tabela 7, muitos dos jovens migrantes não estudaram além da quarta série do ensino fundamental. Além da falta de escola, esses filhos-migrantes partem porque aspiram uma renda melhor, não possível de ser obtida no assentamento. Nesse caso, o fenômeno da migração no

assentamento se assemelha às migrações que ocorrem na região e dentro do campesinato⁸⁹.

“Qualquer lugar pequeno que não tem renda, os jovens vão buscar essa renda fora. Mas não é só aqui em assentamento. Geralmente nas comunidades, roças, cidade pequena, eles sempre vão procurar cidade grande pra poder ter uma renda melhor” (S.R.).

Vale salientar que nesta fala S.R. faz referência à problemática da migração numa dimensão regional, demonstrando conscientização dos assentados em relação ao assunto.

Dentre esses migrantes, existem aqueles que partem para obterem renda e aplicá-la em alguma atividade agrícola no assentamento ou ajudarem nas despesas familiares. Via de regra, estes retornam ao assentamento periodicamente. Outros partem em busca de renda e condições para se reproduzirem longe da família. Tais modalidades de migração, ambas presentes na família de A.R., são as mais comuns no assentamento⁹⁰.

“Eu tenho dois fora. Tem dois filho em São Paulo. Agora, um, fica uns tempo e vem trabalhar comigo uns tempo. Vai lá e torna se envolver e vem sempre. Agora um é firmado lá mesmo. É mestre-de-obra e tudo.” (A.R.).

⁸⁹ Entre agricultores nordestinos, a migração, em um de seus prismas, é tida como estratégia de melhoria do patrimônio da família (Woortmann, 1990a; Garcia Júnior, 1989).

⁹⁰ Segundo Woortmann (1990a), os agricultores de Sergipe realizam três tipos de migração: migração dos filhos (pré-matrimonial), do chefe de família (circular) e emigração definitiva.

Os principais destinos dos jovens do Assentamento são grandes capitais como São Paulo e Belo Horizonte, além de Teófilo Otoni e Novo Cruzeiro, que são, respectivamente, média e pequena cidades da região. Os homens se ocupam, principalmente, na indústria e na construção civil, enquanto as mulheres se dirigem, maioritariamente, para os serviços domésticos.

No Assentamento a migração ocorre por alguns motivos facilmente diagnosticados por quem chega de fora e pelos assentados: desejo de obtenção de melhores rendas e falta de escola. Esta segunda explicação, se analisada em conjunto com outras variáveis, pode estar intimamente relacionada com limitações do ambiente⁹¹, no caso, a escassez de terras agricultáveis que permitam absorção da mão-de-obra dos filhos.

As famílias dão notícias e falam sobre as aspirações dos filhos ausentes, mostrando que cada pai, mãe e até mesmo irmãos está conectado a essa 'trama' que é a migração. Nos primeiros contatos com as mães de migrantes, percebeu-se o desejo premente do retorno dos filhos para as terras do Assentamento. Para a maioria desses pais, a conquista da terra foi sonho que se tornou realidade, em grande parte, por causa dos filhos, para que eles tivessem um futuro melhor.

“Eu espero que eles tenha um futuro melhor e que fica na terra. Porque a gente não conquista as coisas só pra gente. É pensando mais nos filhos, né? (E.R).

⁹¹No Nordeste brasileiro o período da seca é um dos fortes determinantes das migrações de agricultores da região para o sul-sudeste do país (Woortmann, 1990a; Alves, 1999). No nordeste mineiro, segundo Galizoni (1999a), a migração se associa a fenômenos estruturais e simbólicos, como escassez de terra, exaustão do ambiente etc.

4.4.2 Ocupações não-agrícolas

Apesar da dedicação prioritária à agricultura, no Assentamento estão presentes algumas atividades não-agrícolas, que assumem relativa importância na composição da renda das famílias⁹². Apesar do acesso à terra ter sido importante como fator de inclusão dos sem terra ao processo produtivo agrícola, uma das bandeiras de luta do movimento pela terra, ela também pressupôs a adoção de atividades suplementares às agrícolas⁹³. A Tabela 8 mostra as especificações, frequências e importância de tais atividades para renda da família.

⁹² A realização de atividades suplementares às agrícolas é prática desenvolvida historicamente pelos camponeses, conforme atestam estudos clássicos sobre campesinato como os de Chayanov (1974) e Wolf (1976). Na segunda metade do século XX os países europeus foram levados a desenvolverem políticas que levavam em conta essa 'função terciária' da agricultura, pois esta achava-se em crise (Carneiro, 1999). No Brasil, a valorização e o aprofundamento dos estudos sobre as atividades não-agrícolas se deram a partir dos anos 1990, quando avaliavam-se as políticas para o meio rural. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), voltado para um público anteriormente à margem dos benefícios das políticas do governo, exigia que seu público-alvo tivesse não menos de 80% de suas rendas advindas da agricultura. Ora, se é próprio dos pequenos agricultores, principalmente aqueles de regiões menos favoráveis à agricultura, contarem com a renda advinda das atividades não-agrícolas para suplementar o orçamento familiar, não seria isto uma contradição? Dessa forma, a discussão sobre a pluriatividade ganha destaque no meio acadêmico brasileiro e cada vez mais surgem estudos comprovando o peso destas atividades no meio rural. A esse respeito, ver Graziano da Silva (1997).

⁹³ Tal fato, como citado anteriormente não se restringe a determinadas regiões ou situações. Alves (1999) estudou uma comunidade agrícola do sertão cearense, onde a concentração fundiária assume proporções preocupantes e impede que muitos agricultores tenham acesso à terras para exercerem seus trabalhos agrícolas. Mas, "*em condições favoráveis de acesso à terra e de produção, a unidade doméstica camponesa costuma utilizar toda a sua força de trabalho na própria unidade. Mas existem situações em que a terra ou os meios de produção disponíveis não são suficientes para produzir o necessário para suprir as necessidades da unidade camponesa... Nesses casos, o excedente de mão-de-obra se volta para outras atividades...*" (Alves, 1999: p.55).

TABELA 8 Especificação, freqüência e importância, para renda das famílias, das atividades não-agrícolas desenvolvidas no Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Atividade	Freqüência observada	Importância na renda familiar
Agente de saúde	2	Pouca
Artesão	1	Pouca
Carpinteiro	1	Pouca
Comerciante	4	Muita
Diarista	3	Muita
Empregada doméstica	1	Pouca
Indústria caseira	4	Média
Motorista	1	Média
Pedreiro	3	Média
Professor	2	Pouca
Serviçal da Escola	3	Muita
Telefonista	2	Pouca
Vendedor de lenha	1	Muita
Outros	3	-
TOTAL	31^(*)	-

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

(*) O número total de entrevistados corresponde às 25 famílias constantes do universo de pesquisa, incluindo neste total pais e filhos em idade de trabalhar.

Analisando os dados acima, pode-se observar que as atividades não-agrícolas de maior destaque são: comerciante, empregada na indústria caseira, pedreiro, diarista e serviçal da escola. Tais atividades, além de ocuparem mais pessoas, contribuem muito ou medianamente para a renda das famílias.

A fabricação de cachaça no assentamento pode ter estimulado a criação de pequenos pontos de venda onde, além deste produto, são comercializados gêneros alimentícios como arroz, açúcar, balas, doces e salgados. Existem no Assentamento quatro pequenos núcleos de venda, que funcionam nas residências

dos ‘comerciantes’⁹⁴. Esta atividade tem peso considerável na renda familiar, por ser um negócio de caráter permanente e, por serem os únicos a servirem ao Assentamento, os comerciantes têm uma freguesia relativamente constante.

As pessoas ocupadas na “indústria caseira” são mulheres, que fabricam biscoitos, pães e bolos. A matéria-prima básica para esses produtos é o polvilho obtido da mandioca plantada no Assentamento. Por esse motivo, os produtos caseiros têm considerável peso na renda de autoconsumo familiar⁹⁵.

Com relação às pessoas que trabalham como pedreiro, artesão e carpinteiro, constatou-se que dedicam maior parte de seu tempo de trabalho à agricultura. Além disso, a esporadicidade da contratação destes serviços pode explicar sua pouca ou média, no caso de pedreiros, importância para o orçamento familiar.

Quanto aos serviços de diaristas, pode-se observar que, mesmo em época de colheita de café no assentamento, algumas pessoas se deslocam para trabalhos em outros lugares. Tal fato parece apontar para uma relativa importância desta atividade para renda da família.

O principal trabalho não-agrícola feminino no assentamento é de servente da escola, tendo uma frequência de três pessoas. Por ser geradora de remuneração fixa, é considerada a atividade que mais contribui para a renda de uma das famílias, pelo menos. Uma das serventes da escola fala sobre o peso de seu salário para as despesas familiares:

⁹⁴ A palavra **comerciante** está entre aspas porque dois dos pontos de venda observados não foram relatados pelos assentados, sendo um deles pouco frequente como comércio.

⁹⁵ Entende-se por renda autoconsumo a renda que seria obtida se a parte da produção que é consumida na própria unidade produtiva fosse vendida. Pode-se dizer que esta categoria de renda surgiu, dentre outros motivos, para justificar a eficiência econômica das unidades que destinam pequena parte de sua produção ao mercado.

“Falei: ‘não tá dando pra mode eu comprar, fazer a feira. Mode os meninos que tá estudando, precisando de roupa, caderno, lápis. Tudo, até dois anos por aí, eu que tinha que comprar” (E.A.).

A lógica envolvida na realização de tais atividades no Assentamento, em parte, é semelhante à visão de Graziano da Silva (1997). Para ele, o fenômeno da pluriatividade⁹⁶ acontece por duas razões principais: 1) as atividades agrícolas não demandam todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais; 2) as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas ocupadas em tempo integral. Além disso, percebeu-se que atividades como venda de alguns gêneros alimentícios (balas, doces e picolés), bebidas e lenha, ao menos num curto prazo, produzem bons retornos monetários.

4.5 Sobre conquistas econômicas e sociais

Os assentamentos rurais assumem uma importante missão, qual seja de darem resposta econômica e social ao investimento da sociedade na reforma agrária. Na prática, uma parcela dos assentamentos brasileiros não dá os retornos esperados. Por outro lado, a importância de avaliações que utilizam indicadores econômicos e sociais são muito questionadas por duas correntes que debatem a

⁹⁶ Pluriatividade diz respeito à diversificação nas atividades e rendas de pessoas e famílias do meio rural, compreendendo “empregos múltiplos” e fontes de renda diversificadas (Kageyama, 1998). Assim, pessoas ou famílias rurais que se dedicam a outras ocupações, não agropecuárias, como forma de melhorar sua renda ou ocupar parte de tempo ocioso, estarão enquadradas no conceito de pluriativos.

questão⁹⁷.

O Assentamento Fazenda Aruega tem, em onze anos de história, resultados sócio-econômicos importantes, se vistos sob a ótica da melhoria das condições de vida das famílias⁹⁸. As melhorias na produção, renda e autoconsumo das famílias são facilmente perceptíveis nas narrativas dos assentados, servindo de importante base qualitativa para análise dos resultados da reforma agrária.

4.5.1 Produção agrícola e renda: *“a gente não precisa ir à feira pra comprar as coisas”*

A produção agrícola e animal, em pequena escala, no Assentamento é importante indicador de ascensão no padrão de vida das famílias assentadas. A diversificação de culturas e criações, se comparadas à situação “antes do assentamento”, mostrada no capítulo anterior, é motivo de orgulho para quem

⁹⁷ Um dos marcos desse debate foi o relatório do projeto “Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária”, também conhecido por Relatório da FAO, órgão executor do projeto. Num primeiro momento, o projeto constitui-se em um levantamento da situação sócio-econômica dos beneficiários da reforma agrária e teve como amostra assentamentos de todas as regiões do país, implantados entre os anos 1985 e 1989. A metodologia de análise da renda, levando em conta a renda do autoconsumo das famílias assentadas, foi um dos principais causadores do debate sobre a validade dos resultados constantes do projeto. No ano de 1990, o BNDES desenvolveu trabalho semelhante, utilizando metodologia que também levava em consideração a variável renda. Nesse caso, não considerando o autoconsumo em seu cálculo, o que é perfeitamente condizente com a visão imperante na análise dos resultados obtidos. Por trás de uma questão metodológica, aflorava o debate entre duas correntes de pensamento sobre os objetivos e resultados da reforma agrária.

⁹⁸ Segundo Garcia Júnior (1994), o acesso à terra traz resultados positivos para os assentados, pois, dentre outras vantagens, é uma forma de integrar famílias desprovidas de recursos ao “sistema de mercado formador de preços”. Do ponto de vista de conquistas sociais, Paulilo (1994) afirma que “as famílias assentadas estão, no mínimo, conseguindo suprir uma das necessidades que as levaram a integrar movimentos reivindicatórios - a sobrevivência física, em níveis mais elevados que os marginalizados urbanos...” (Paulilo, 1994: p.192).

anteriormente plantou e colheu da terra “frutos sofridos”. Como assentadas, essas famílias passaram a plantar de acordo com o seu planejamento. Assim, puderam incluir em seus plantios culturas como café, que anteriormente não fazia parte das lavouras que podiam produzir.

Fruteiras, verduras (abóbora e melancia), hortaliças, lavouras brancas (cana, feijão, milho, um pouco de arroz, amendoim e mandioca) e café representam as principais culturas plantadas, conforme mostra a Tabela 9. Os destinos dessas lavouras são, principalmente, o autoconsumo, com exceção da cana, que é destinada à fabricação de cachaça e do café.

TABELA 9 Estimativa de área ou número de plantas e produção anual das culturas e fruteiras mais cultivadas do Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Especificação	Área / Número de plantas	Produção anual^(*)
Abacate	11 plantas	-
Abacaxi	850 plantas	750 unidades
Abóbora	0,5 hectares	3,5 toneladas
Amendoim	2,35 hectares	30 sacas (sem casca)
Arroz	0,5 hectares	80 quilogramas
Banana	811 plantas	1.995 cachos
Café	25 hectares	75 sacas (sem casca)
Cana	15,75 hectares	16.975 litros de cachaça
Feijão	28,28 hectares	5.090,4 quilogramas
Fumo	500 plantas	120 metros (rolo)
Laranja	487 plantas + 1 ha coletivo	-
Limão – lima	42 plantas	-
Mamão	64 plantas	1,5 toneladas
Milho	29,26 hectares	27.709 quilogramas
Urucum	162 plantas	3 sacas (corante)

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

^(*)Alguns dados da produção anual foram estimados a partir da produtividade calculada pelo agrônomo responsável pela assistência técnica do Assentamento. Isto ocorreu para culturas que apresentaram grandes diferenças entre dados coletados nos questionários e dados da fonte citada.

Quando perguntados se estão satisfeitos com a vida de assentados, eles ressaltam o fato de não precisarem comprar na feira⁹⁹ a maioria dos alimentos e temperos para consumo. Segundo E.R., só é preciso adquirir na cidade o sal.

A comercialização do café produzido no assentamento ocorre há pelo menos sete anos. O plantio foi realizado por ocasião da liberação de uma das parcelas do PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária). Nessa ocasião foram plantadas 50.000 mudas da cultura em 20 hectares (AESCA, 1999).

Para beneficiamento da cana, foram construídos dois alambiques, sendo um pertencente a um assentado e outro a uma associação de cinco pessoas¹⁰⁰. Estes, unem-se principalmente no momento de produzirem a cachaça, que é comercializada no município de Novo Cruzeiro.

Dos pomares próximos às casas saem para o comércio fumo e urucum. O fumo é trabalhado pelo homem e o urucum beneficiado, majoritariamente, pelas mulheres, transformando-se em corante de uso culinário.

A contribuição da comercialização na renda da família ocorre principalmente pelas culturas do café e cana. Urucum e fumo têm menor importância. No entanto, existe no Assentamento produção de frutas e hortaliças em quantidade suficiente para autoconsumo e comercialização. Segundo os assentados, tais produções não se dirigem para o mercado porque não têm saída nem preços compensatórios, dada a grande quantidade ofertada destes produtos

⁹⁹ Feira, neste caso, designa o mercado de frutas e alimentos.

¹⁰⁰ Por ocasião da segunda etapa do trabalho de campo, os bens dessa associação achavam-se sob controle de dois associados, que adquiriram a parte dos demais.

no mercado local¹⁰¹.

Os sistemas de produção agrícola adotados servem como meio de garantia da subsistência das famílias assentadas, no entanto também representam a tentativa de integração ao mercado.

No que diz respeito à produção pecuária, após receberem crédito do PROCERA, os assentados investiram na atividade, não obtendo o sucesso esperado. Tal insucesso pode ter como explicações a inadequação do ambiente (terra insuficiente, pastagem) para a criação de bovino e, segundo AESCA (1999), à falta de assistência técnica mais 'intensiva/participativa'. Alguns assentados tiveram que vender insumos e animais adquiridos¹⁰².

No entanto, a oportunidade de 'mexerem' com criações, principalmente com rebanho bovino, ainda que prioritariamente para autoconsumo, fez com que os assentados se diferenciasssem de suas condições anteriores. Nestas, as criações que tinham condições ou licença para cuidar eram suínos, poucos animais de serviço e galinhas. A Tabela 10 relaciona os tipos de criação existentes no assentamento, número de cabeças e destino da produção.

¹⁰¹ Encontramos em Garcia Júnior (1994: p.91) a explicação, em linguagem econômica, para este fato: *“A razão óbvia é que a renda do produto comercial teria que permitir uma quantidade maior ou igual dos produtos de consumo que poderiam ser obtidos diretamente com os mesmos recursos e esforço”*. Esta informação demonstra a existência de uma racionalidade destes agricultores no tratamento à inserção ou não no mercado de produtos agrícolas. A noção de que o camponês é irracional, ocupando o pólo oposto do empresário agrícola, perde a validade com exemplos como este. Apesar de não dirigir uma empresa agrícola, propriamente dita, o camponês age em sua unidade de produção segundo princípios de alocação eficiente dos recursos de que dispõe (Schultz, 1965).

¹⁰² Os projetos de criação de animais que não obtiveram êxito trouxeram problemas sérios para alguns assentados, como a inadimplência (AESCA, 1999).

TABELA 10 Estimativa da produção animal anual do Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Especificação	Número de cabeças	Destino da produção
Animal de serviço	24	Transporte
Bovino	88	Autoconsumo e venda
Galinha	714	Autoconsumo e venda
Suíno	45	Autoconsumo
Total	871	-

FONTE: Dados da pesquisa, junho de 1999.

A produção, tanto agrícola quanto pecuária, é destinada principalmente para consumo interno, gerando uma elevada contribuição da renda autoconsumo relativa à renda total das famílias. A renda total das famílias, grosso modo, compõe-se também das rendas agrícola, de outros trabalhos (diaristas e atividades não-agrícolas), outros produtos (lenha e artesanato) e renda animal¹⁰³.

Assim, ao afirmarem que “*a gente não precisa ir à feira pra comprar as coisas*” os assentados afirmam que, após terem conseguido terra e créditos do governo, suas famílias melhoraram o padrão de vida. Significa dizer que, diferente de muitas famílias sem terra para plantar, elas produzem para o autoconsumo e ainda comercializam uma parcela, mesmo que modesta, da produção. Os resultados econômicos da Fazenda Aruega podem deixar dúvidas a quem faz análise fragmentada da situação, mas a exemplo de trabalhos que têm

¹⁰³ Estas categorias foram baseadas no Relatório da FAO, o qual agrupa a renda em cinco itens: 1) renda agrícola líquida; 2) renda animal líquida; 3) renda de autoconsumo; 4) renda de outros trabalhos; 5) renda de outras receitas (Guanziroli, 1994).

uma concepção crítica de desenvolvimento¹⁰⁴, os resultados são indicativos da importância da reforma agrária.

4.5.2 Associativismo: da aquisição de recursos à mediação com o Estado

Após alguns anos de trabalho em grupos coletivos, os assentados da Fazenda Aruega decidiram formar uma associação. A Associação de Cooperação Agrícola da Fazenda Aruega foi fundada em 1992¹⁰⁵, com objetivo principal de captar recursos. Sobre sua fundação, trajetória e importância, os assentados fazem os seguintes comentários:

“É. Quando nós iniciou ela e organizou os documentos dela, nós recebeu um projeto que veio da Visão Mundial. Nós conseguimos energia pra aqui, essa energia o princípio dela lá da estrada até aqui na escola, através disso, né? E aí pra frente depois através do crédito PROCERA, tudo, os movimentos da gente, foi discussão via Associação. Todo dinheiro pra gente vinha via Associação” (J.R.).

“Inclusive quando montaram a Associação, já montou em cima de um projeto. Que pra pegar o PROCERA tinha que ter uma

¹⁰⁴ Estudando assentamentos do Rio Grande do Sul, Zamberlan e Florão (1991) concluíram que “o nível de produção e produtividade, a qualidade de vida dos assentados, têm reafirmado a condição intrínseca do homem como produtor e consumidor de sua produção, além do expressivo excedente, que colocado no mercado reforça o próprio fim social da terra” (Zamberlan e Florão, 1991: p.39). Bavaresco (1998) realizou pesquisa no assentamento Anoni (fase IV), caso pioneiro de ocupação no Brasil, e constatou que, levando-se em conta apenas a situação anterior ao assentamento, é evidente a melhoria nas condições de vida das pessoas, tanto ao nível econômico quanto social.

associação registrada. No primeiro ano a participação foi muito mais, 100%, né? Depois, o segundo mandato já caiu um pouco. O terceiro foi péssimo, foi mal mesmo e agora com muita discussão conseguimos chegar aí nos 75% dos assentados em dias com a Associação” (H.G.).

“Então hoje a gente vê que a Associação é uma das ferramentas forte do Assentamento. Aliás, de qualquer comunidade, né? Se tem uma associação é mais fácil de adquirir ou mesmo de fazer um financiamento. Então ela tem ajudado bastante” (N.G.).

Pelo exposto nas falas anteriores, a associação da Fazenda Aruega, apesar da denominação ‘Associação de Cooperação’, trilhou principalmente os caminhos da captação de recursos¹⁰⁶, em detrimento do trabalho cooperado propriamente dito¹⁰⁷. Além disso, a participação dos sócios nas reuniões e no cumprimento do pagamento da mensalidade teve momentos de pico e momentos de declínio, o que certamente está menos relacionado com a falta de

¹⁰⁵ A Diretoria da Associação é composta por um presidente e doze membros escolhidos por eleição direta no Assentamento. Cada gestão dura 24 meses e os membros não são remunerados (AESCA, 1999).

¹⁰⁶ Com relação ao PROCERA, a primeira parcela destinou-se para investimentos em gado, pastagem, animais de serviço, ferramentas, sementes, insumos químicos e construção das casas. Com a segunda parcela os assentados adquiriram caminhão, fizeram plantio de café, cana e mandioca (AESCA, 1999). Antes do PROCERA, os assentados receberam do Estado nos primeiros anos do assentamento os créditos para fomento, alimentação e habitação.

¹⁰⁷ Seguindo instruções do MST, muitos assentamentos organizam a produção de forma coletiva, nas Cooperativas de Produção Agrícola (CPA). Quando existe uma associação funcionando, os assentados sócios também podem optar por exercerem as atividades de produção agrícola em grupos de cooperação, formando uma Associação de Cooperação Agrícola (ACA). Segundo o MST (1991), a cooperativa contribui para a organização dos trabalhadores e deve ter como objetivo estratégico a implantação de agroindústrias.

esclarecimento dos associados em determinados assuntos, do que ao ‘ideal de autonomia camponesa’¹⁰⁸.

A identificação da Associação como entidade que lida com as finanças, o ‘dinheiro’, é perceptível quando os assentados falam sobre seu desempenho. A maioria se reporta à importância da mesma como representante da comunidade e receptora de recursos. No entanto, muitos se reportam à questão da mensalidade paga, o que parece gerar entre os assentados questionamentos que podem estar comprometendo o bom desempenho da mesma.

“Ô menina, essa Associação era assim: quem pegava dinheiro sempre falava que o dinheiro era pr’uma viagem que fosse fazer... que não precisava tá pedindo de casa em casa. Aqui tem dinheiro, né? Que eles viajavam. Quer dizer, era fins de todo mundo. Viajava a fins de todo mundo com esse dinheiro. Ai o que eu tô vendo é isso aí. Dizem que era pra mode puder viajar. Agora eu não sei como que é isto, né?” (M.R.).

Por meio da Associação, o INCRA, representante legal do Estado, se relaciona com o Assentamento. Se, por um lado, a Associação passa a exercer plenamente sua função de representante dos assentados da Fazenda Aruega, o Estado e outras organizações estabelecem um vínculo mais fácil de comunicação com o público beneficiário da reforma agrária¹⁰⁹. Vale a pena ressaltar que o

¹⁰⁸ Camponeses acostumados a decidirem e planejarem no universo familiar suas práticas sociais e econômicas, tendem a assumir uma postura de resistência às decisões em grupo. Segundo Ribeiro (1994: p.43), *“a gestão do recurso coletivo é fundamentalmente diferente da gerência do patrimônio familiar. E os lavradores padecem com o problema de não poderem transferir as normas privadas para o que é de domínio público”*.

¹⁰⁹ Segundo Kleba (1994: p.133) *“O Estado tende a apoiar a formação destas associações, pois elas facilitam a administração dos assentamentos, atuando como suas instâncias de representação”*.

diálogo dos assentados com o INCRA teve momentos tensos e outros mais amenos, os quais, na visão dos assentados, se mostraram bastantes contraditórios:

“(...) Naquele tempo, anos atrás, quando a gente ia ocupar o INCRA, tinha polícia, tinha barreira, né? Ninguém podia ocupar o INCRA. Aí, era melhor do que hoje. A gente entrava no INCRA na marra, era melhor que hoje. Hoje o INCRA tá de portas abertas, não tá tendo como tinha sentido ocupar o INCRA mais. Chega lá, pode chegar mil pessoas ou mais, as portas tá aberta. Abre a porta, recebe a gente, manda entrar: ‘a casa é suas’. Aí, reúne lá com o superintendente, o pessoal lá fala pra gente: ‘não, vocês estão aí, fica o tanto que quiser’. Mas na hora da negociação: ‘INCRA não tem nada’. O superintendente acaba convencendo a gente” (H.G.).

Assim, a contradição existente entre concretização dos projetos das famílias assentadas e representação dos assentados junto ao INCRA faria da Associação uma entidade sem credibilidade, não fossem as conquistas de infra-estrutura para o assentamento. Muitas destas conquistas ocorreram graças à luta organizada dos assentados e à contribuição de algumas Organizações Não Governamentais (ONG's).

4.5.3 Patrimônio familiar e infra-estrutura coletiva

A conquista da terra, para os assentados da Fazenda Aruega, também significou construção de um patrimônio. A importância da terra como bem patrimonial, neste caso, pode ser interpretada de duas formas: primeiro, porque é um meio de produção imprescindível para esses lavradores. Segundo, porque o

acesso à terra num assentamento de reforma agrária normalmente implica em conquistas de patrimônios coletivos.

Terra significa local de trabalho do camponês e, no caso específico dos assentados, possibilidade de adquirir infra-estrutura. Mas, se observarmos o campesinato sob a ótica das normas morais que o cercam, de acordo com a visão de Woortmann (1990a: p.12), a terra passa a ser vista como expressão dessa moralidade: *“Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor”*.

A conquista de um pedaço de terra ganha sentido, enquanto valor moral, no contexto do patrimônio familiar. Planejar o futuro não acontece solitário, se dá em família, mesmo quando é expresso pelo pai¹¹⁰, como na seguinte afirmação:

“É por isso que eu sempre digo: se a gente tem a terra parcelada, aquele filho que tá mais a gente, é melhor pra gente trabalhar ali pensando alguma coisa. Porque a gente sempre visa pra ficar pro filho, né?” (C.A.).

Além da terra, a principal conquista em termos de patrimônio familiar foi a casa, construída com ajuda de créditos do PROCERA. Diferente das condições de moradia anteriores ao assentamento, e após passarem alguns anos morando em barracos de lona, os assentados têm casas construídas em alvenaria, a maioria com mais de cinco compartimentos. Além do relativo conforto adquirido, os assentados construíram suas casas. Aqui e acolá encontram-se

¹¹⁰ Segundo Woortmann (1990b: p.62), *“sendo a terra ‘aquilo que passa do pai para o filho’ (sentido original de patrimônio), e não pertencendo nem ao pai nem ao filho, mas ao todo expresso pela família, é o patrimônio que materializa a honra da família, mais notadamente da Casa, que constitui ponto de honra para o pai”*.

moradias maiores e com melhor mobília, o que, até certo ponto, não implica em desvantagem para quem passou por situações mais difíceis anteriormente. No entanto, indicativos de diferença de renda como estes são questionados por alguns assentados¹¹¹.

Diferente daquele patrimônio construído e administrado pela família, a infra-estrutura do Assentamento pertence a todas elas. Cada uma tem parte em sua conquista, manutenção e uso. Escola, postos de saúde e telefônico, casa de farinha, energia elétrica, galpão de armazenagem da produção e barragem para captação de água. É este o patrimônio coletivo do Assentamento, o qual dá uma dinâmica própria ao cotidiano da comunidade. Escola, posto telefônico e, em menor escala, posto de saúde geram empregos para os assentados e pessoas de fora, além de atenderem às pessoas do assentamento e de comunidades vizinhas. Dessa forma, a infra-estrutura do Assentamento serviu para criar laços de compadrio e amizade com pessoas das comunidades próximas. Quem antes era visto como ocupante de terras alheias, passou a ser visto de outra forma.

“ A gente tem compadre, tem muito vizinho... Quando é dia de missa aqui fica cheio, mas a comunidade não é só nossa. É um assentamento, mas a gente fala que é um assentamento porque foi uma ocupação de terra, mas as comunidades vizinhas vem tudo pra cá. Eu trabalhei com oito comunidades, a daqui e mais sete vizinha. Então tem pessoal que vem de longe buscar remédio aqui” (E. F.).

¹¹¹ As diferenças de renda existentes entre os assentados devem ser analisadas levando-se em conta não só suas trajetórias no assentamento, mas suas condições antes de assentadas.

Com patrimônio familiar consolidado e em construção, e com as conquistas de infra-estruturas coletivas, os assentados continuam a caminhada em busca da cidadania. Isto quer dizer que, apesar das melhorias nas condições de vida, a luta pela conquista de outros direitos ainda se faz dia a dia.

“Acho que dia a dia vai ter diferença, porque a luta pela terra e pela reforma agrária não é só acesso à terra. Então tem que dar condição pra ele (filho) ser um cidadão igual aos outros mais”
(C.A.).

4.5.4 O direito à educação e saúde

Na Fazenda Aruega todas as crianças em idade escolar freqüentam a escola do Assentamento. O índice de analfabetismo das crianças e adolescentes é zero. A educação dos filhos, segundo o senhor C.A., é o mais importante patrimônio a ser herdado. Isto fez com que assentados, órgãos e movimentos de apoio lutassem pela construção do prédio escolar. Dona E. A., que antes da ocupação teve o privilégio de morar próximo a uma escola e acampou na Fazenda com vários filhos pequenos, conta sobre a dificuldade inicial dos filhos estudarem no acampamento.

“Teve o problema da escola. Meus filhos tava estudando, tirei meus meninos da escola. Eles era quatro criança que estudava. Já tava no primeiro ano, aí eu tirei meus menino da escola, trouxe pra cá. Lá eles falaram comigo que chegasse aqui, já ia ter aula pros menino, né?... Aí eu vim. E chegou aqui eu assuntei assim: ‘Passou um ano, passou dois e nada de aula’. Eu comecei a endurecer. Falei:

'E agora? Queria tanto que meus menino estudava. Agora meus menino sem estudo, o que vou arrumar?'" (E.A.).

Se a escola foi mais uma conquista daquelas famílias, com apoio dos grupos de solidariedade ao acampamento (Igreja Católica, Sindicato, MST), a construção de uma educação diferenciada foi tarefa mais fácil.

"Aqui no Aruega a escola começou em 91. A gente tinha uma diretora que era do assentamento, era militante do MST, e tinha mais dois professores que também eram militantes. Então, nessa época foi mais fácil trabalhar" (S.F.).

As atuais professoras, contratadas pelo município, receberam treinamento do Setor de Educação do MST, o qual visava a aplicação de uma metodologia de ensino condizente com a realidade dos assentamentos¹¹².

"Então, esse é um dos princípios do setor de educação: resgatar a história do seu assentamento pra que não morra aquela história. E que as crianças que nascem, vai crescendo e já conhecendo a dificuldade que os pais teve naquela época pra poder tá nessa altura que tá hoje" (S.F.).

Com o sistema de educação adotado e com o próprio acesso à escola, os pais acreditam que o futuro das crianças do Assentamento seja o engajamento na

¹¹² Segundo Caldart e Schwaab (1991) a educação diferenciada adotada pelos assentamentos, com destaque para aqueles ligados ao MST, representa um novo, uma autêntica revolução educacional.

luta pela reforma agrária e a conquista da cidadania. Acreditam que o futuro será diferente.

“A gente espera que sejam pessoas de luta. Já tem alguns que saíram, os que chegaram grandinho, cresceu com a dificuldade que se encontra na comunidade, aí acaba saindo. A gente espera que os outros pequeno que estão crescendo, sejam pessoas de luta, que vão contribuir” (E.R.).

“Eu penso, assim, no futuro dos meus filhos, que se eles conseguirem um estudo pelo Movimento, tendo escola do Movimento pela luta nossa, eu me interesso que eles trabalhe, assim, pela agricultura mesmo. Não por outra coisa. Trabalha sempre pela luta. Mas a gente não pode mudar a cabeça das pessoas. Mais a gente vai incentivando, né?” (V.B.).

A Comissão de Saúde, criada na fase de acampamento, é um dos grupos que deram continuidade a seus trabalhos no Assentamento Aruega. Os assentados contam que os trabalhos com remédios caseiros surgiram por influência de Irmã Maria, quando ela morou com eles nos barracos. Atualmente há uma comissão formada por mulheres do próprio assentamento, que recebeu treinamento e participa de cursos promovidos pelo MST e pela Igreja.

Enquanto a prefeitura não se decide pela contratação de um médico para atender no posto de saúde do Assentamento, o que é reivindicação antiga dos assentados, essas mulheres dão assistência às pessoas da comunidade. Utilizam basicamente remédios caseiros, obtidos dos quintais de suas casas. Assim, além de exercerem um trabalho voluntário para a comunidade, elas alargaram o

universo de trabalho doméstico e falam com orgulho sobre os resultados de seus trabalhos:

“A gente faz uma consultinha. Se a gente passa um remédio aqui, vai no médico, chega lá passa o mesmo. E aí o pessoal tem fé no trabalho que a gente faz, que vem de longe atrás de remédio” (E.F.).

Dessa forma, direito à educação¹¹³ e saúde foram conquistas dos assentados, direitos construídos através da união. E, no que diz respeito às assistências médica e odontológica, o Assentamento necessita de mais atenção por parte de pessoas qualificadas, assim como inúmeras comunidades rurais no Brasil.

4.5.5 Mulher: construção social de um sujeito participante

A presença da mulher nos momentos de aplicação dos instrumentos de pesquisa, questionários e entrevistas, e nas visitas às casas mostra sua importância nos assuntos da família. Nos momentos de responder às perguntas de entrevistas e questionários, quando não substituíam o marido, sempre eram consultadas em alguma resposta a ser dada. Assim, não só a figura do pai responde pela família. A mulher também é responsável.

¹¹³ Vale a pena salientar que a educação conquistada pelos assentados foi uma educação condizente com os ideais do movimento de luta pela terra. Neste sentido, a construção de uma educação ‘extra-oficial’ no Assentamento é mais ou menos condizente com a visão de Paulo Freire ao referir-se à problemática da postura ‘democrática’ do educador frente ao educando: *“a opção política de alguém (o educador) vai revestir-se de pedagogia para responder a esse problema”* (Freire, Quiroga, Gayotto et al, 1987: p.43). Da mesma forma, para o movimento de luta pela terra, aplicar um modelo de educação condizente com sua concepção de mudança social é contribuir para a solução de um problema político, a reforma agrária.

As mulheres do assentamento assumem importância não apenas como mães, mas como lutadoras pela terra, militantes do Movimento e trabalhadoras rurais. Seus espaços de trabalho e participação nos assuntos ligados ao Assentamento foram construídos graças ao engajamento na luta e coragem nos momentos difíceis.

“É, tem hora que sinto assim, moça: que eu lutei tanto, lutei tanto pros meus menino e eu não consegui nada pra eles. Mas hoje eu aliviei mais os sofrimentos porque tô aqui. Tem mais de doze anos que tô aqui, eu não tenho mais o sofrimento que tinha de primeiro”
(J.A.).

Além de assumirem papéis que historicamente cabem às mulheres casadas do meio rural (cuidar da casa, dos filhos, do quintal), as mulheres do Assentamento têm participação ativa na Comissão de Saúde e no Grupos de Oração. São espaços de trabalho conquistados no Assentamento e que as colocam num nível diferente de conscientização e contribuição à comunidade.

Muitas se sentem satisfeitas com os canais de participação a que tiveram acesso. *“Pra mim melhorou, porque Clube de Mães, nós nem sonhava o que era, nós participou aqui. E ond’ê que nós morava nem sabia o que era isso”* (D.G.). Outras continuam atuando nos serviços domésticos, o que também foi espaço conquistado, pois muitas não tinham seu próprio quintal para plantar e cuidar. Maior que essa, só a satisfação de ter contribuído na conquista da terra, principalmente para as mulheres que vieram antes dos maridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a observar se houve melhoria nas condições de vida das famílias assentadas na Fazenda Aruega, após o acesso à terra. Supõe-se que tal melhoria seja indicativa de inclusão social dessas famílias, através da reforma agrária. Para tanto, estudou-se a trajetória de vida dessas famílias. Do conteúdo obtido nas narrativas dos assentados, algumas conclusões foram tiradas, novos questionamentos e experiências foram encontrados.

As famílias assentadas na Fazenda Aruega faziam parte do campesinato brasileiro excluído do direito à cidadania, historicamente subjugado ao poder de uma elite agrária e colocado em segundo plano nos projetos dos governos brasileiros. Esses camponeses passaram por um processo de organização que culminou com a conquista da terra, trabalharam coletivamente e, onze anos depois, têm uma dinâmica de vida que supera a dinâmica de outras famílias camponesas da região que não foram beneficiárias do programa de reforma agrária.

O Assentamento Fazenda Aruega mostrou-se um bom exemplo da importância social da reforma agrária em nosso país. As conquistas coletivas nas áreas de educação, saúde, crédito, associativismo, organização, comunicação e participação da mulher, além de gratificação subjetiva na luta pela terra, são importantes indicativos de inclusão social para aquelas famílias.

Do ponto de vista econômico, pôde-se observar uma importante melhoria na renda consumo das famílias. Após assentadas, essas pessoas passaram a produzir mais para si próprias, sem precisarem entregar parte da produção para patrões ou parceiros. Muito do que é consumido no assentamento é produto das lavouras, hortas e pomares cultivados em suas terras. A pecuária leiteira assume menor importância em termos de renda, mas sua prática no

assentamento é indicativa de acesso a uma atividade econômica antes inexplorada por eles, exclusiva dos patrões ou outros fazendeiros da região.

Para as famílias que não possuíram terras, a reforma agrária lhes concedeu uma nova condição, moralmente importante dentro do campesinato local. Ao estabelecerem com a terra uma relação “liberta”, não mais sob mando de patrões ou parceiros, esses camponeses puderam tirar da terra o sustento da família.

A relação estabelecida entre assentados e Estado é também indicativa de inclusão social, pois muitas famílias camponesas isoladas, como eram eles antes da conquista da terra, continuam não tendo acesso aos programas de crédito oficiais. Além disso, os contatos que se estabeleceram entre assentamento e comunidades vizinhas, inclusive com a sede do município, mostram a sua inserção na economia e sociedade regional.

A presença da CPT, MST e STR foi importante e decisiva no momento de ocupação e acampamento. Com a consolidação do Projeto de Assentamento, estes passaram a acompanhar de longe sua trajetória. Os assentados entendem que a atuação dos mesmos é necessária em outros locais onde a luta pela terra esteja latente.

No período de acampamento, a organização dos acampados em grupos de trabalho coletivo foi imprescindível para a permanência das famílias na área ocupada. Com o passar dos anos, laços de parentesco existentes no assentamento e descontentamento com os “frutos” das atividades grupais levaram à organização dos trabalhos de forma individual, caracterizando-se pelo que se conhece por agricultura familiar.

Nos primeiros anos de assentamento, as famílias tiveram à sua disposição um ambiente rico em recursos naturais. Com o passar dos anos, o ambiente passou a representar uma limitação à expansão das atividades agrícolas no assentamento e, indiretamente, à reprodução social das famílias. Como forma

de compensar a queda na renda das famílias, em função do reduzido espaço agricultável, alguns assentados se dedicam à ocupações não-agrícolas.

Alguns tipos de organização passaram a figurar no dia-a-dia das famílias, demonstrando, em grande parte, influência dos agentes que apoiaram a formação de grupos dentro do assentamento. A presença da Associação, de mulheres ocupadas em outras atividades e em grupos de oração, são alguns exemplos.

Observou-se, através do relato dos assentados, que a Associação de Cooperação Agrícola do Assentamento Fazenda Aruega – ASCOPAFA – tem tido uma trajetória com altos e baixos. Tem conseguido se manter “viva”, graças ao papel representativo que assume perante o Estado e outras organizações. As conquistas de créditos e infra-estrutura para o assentamento são tidas como importantes pelos assentados e demonstram que sua funcionalidade nesses últimos anos do século XX está mais voltada para a captação de bens materiais e recursos financeiros.

O envolvimento das mulheres no processo de luta pela terra e suas atuações no assentamento, como agentes pastorais, agentes de saúde, associadas e trabalhadoras rurais demonstram a conquista de um novo espaço de trabalho e de organização.

Ao se buscar identificar se houve inclusão social através da reforma agrária, pelo estudo da trajetória de vida das famílias assentadas, aspectos como migração, herança, religiosidade, também mostraram-se relevantes.

O fenômeno da migração no assentamento tem causas relativamente semelhantes àquelas observadas por autores brasileiros: falta de oportunidade de obter renda no campo e falta de escola para os jovens, principalmente. Os padrões de herança, apesar de pouco citados, parecem apontar para a continuidade de padrões regionais e pelo desejo de inserir os filhos na luta por terra.

A religiosidade das famílias é bastante presente em suas dinâmicas de vida. O próprio processo de organização da luta pela terra, tendo a Igreja como um de seus princípios motivadores, já foi de certa forma seletivo e pode ter contribuído para o fortalecimento de uma Comunidade Eclesial de Base no assentamento.

Exemplos de reforma agrária, como o ocorrido no Assentamento Fazenda Aruega, levam a constatar que o campesinato do final do século XX tem na luta organizada pela terra uma importante arma contra a marginalização na sociedade e subjugação aos patrões e donos de fazenda.

Poder chegar a um assentamento, onde eu e assentados nos desconhecíamos e voltar para casa levando novas experiências, amizades e sonhos coletivos, é muito gratificante. Da mesma forma, sentir-me aceita pela comunidade como pesquisadora me faz acreditar que, de alguma forma, posso contribuir com o repasse da experiência de luta daquelas famílias.

Com a construção desta dissertação também pude confirmar que a Universidade tem seu espaço nos assentamentos de reforma agrária, assim como os assentamentos têm seu lugar na Universidade. Que estes espaços possam, cada vez mais, serem preenchidos.

Antes que a “conclusão” termine, vale a pena destacar uma impressão que por muito tempo acompanhou-me durante a elaboração dos resultados da pesquisa. Enquanto narrava a história de luta das famílias, elementos culturais (acho que assim posso classificá-los) que se tornaram perceptíveis graças a diálogos com orientadores e leituras, mostravam-se merecedores de melhores explorações. Assim, pude constatar que a análise puramente social e econômica da trajetória de famílias camponesas, apesar de importante, pode ser enriquecida se observada à luz da antropologia cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Nova forma de luta pela terra: acampar. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.15, n.2, p.55-59, maio-jul. 1985.
- AGUIAR, A. R. C. **Saber camponês e mudança técnica: um estudo de caso** junto a pequenos produtores do Bairro de Cardoso, Poço Fundo, MG. Lavras-MG: ESAL, 1992. 148p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural).
- ALVES, M. O. **Agora o Nordeste vai**. Experiência de desenvolvimento local: o caso do município de Tejuçuoca, Ceará. Lavras-MG: UFLA, 1999. 135p. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural).
- ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA - AESCA. **Diagnóstico participativo: plano de desenvolvimento**. Novo Cruzeiro, MG: AESCA, 1999. 17p. Mimeo.
- BAVARESCO, P. **Assentamento Anonni Fase IV (RS): uma análise de seu desempenho sócio – econômico**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. 166p. (Dissertação - Mestrado em Desenvolvimento Agrícola).
- BETTO, F. **O que é comunidade eclesial de base**. São paulo: Brasiliense, 1981. 115p.
- BOSERUP, E. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Hucitec, 1987. 141p.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. 181p.
- BRANDÃO, C. R. **O ardil da ordem**. Campinas: Papyrus, 1986. Cap. 1: Saber de classe e educação popular, p. 9-40.
- CALDART, R.; SCHWAAB, B. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: GÖRGEN, S.; STÉDILE, J. P. (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991. p.85-114.

- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1975. 284p.
- CARDOSO, E. E. Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária. In: **Reforma Agrária**, São Paulo, v.24, n.3, p.140-153, set./dez. 1994.
- CARDOSO, S. S. Aventuras. In: RIBEIRO, E. M. (org.). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Belo Horizonte: CEDEFES, 1996. 235p.
- CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. [Campinas: S.n.] 1999. 37p. Mimeo.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA SILVA - CEDEFES. 5º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. **Agenda Popular**, Belo Horizonte, v.6, n.66, maio 1999.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. **Tortura em Novo cruzeiro.** Belo Horizonte: CUT-MG, [19--]. 1p.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 339p.
- CIDAP. Os assentamentos no Estado do Espírito Santo. In: GÖRGEN, S. A. STÉDILE, J. P. **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991. p.42-61.
- COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto.** Campinas: UNICAMP, 1998. 321p. Cap. 2: O sindicalismo oficial no campo: origem e expansão. p. 35-76.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Os conflitos de terra em Minas Gerais.** Belo Horizonte/MG, 1983. 3p. Mimeo.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Manifesto da Comissão de Acampados.** Belo Horizonte/MG, 1988. 1p. Mimeo. (Documentos da CPT).

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Assentamentos em Minas Gerais**. MG, 1993a. Mimeo.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **A questão agrária em Minas Gerais**. MG, 1993b. 11p. Mimeo.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo – Brasil** 1998. Goiânia, GO, 1999. 72p.
- DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: UNICAMP, 1985. 240p.
- DINIZ, E. J.; ARAÚJO, P. C. de. Os movimentos sociais no campo brasileiro: 1964-1995. **Cadernos do CEAS**, Salvador. p.143-160. 1997. (Número Especial).
- FARIA, N.; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997. 51p.
- FERNANDÉZ, A. J. C. **Violência, luta pela terra e assentamentos: a construção social dos assentados em Mato Grosso**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. 206p. (Dissertação – Mestrado em Sociologia Rural).
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. 1838p.
- FIRMINO, H. **Desapropriada, fazenda Aruega é desmatada**. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 03 jul. 1990. p.12.
- FREIRE, P; QUIROGA, A. P. de; GAYOTTO, L. C.; OLIVEIRA, M. D.; BARRETO, V.L.; BARRETO, J. C. ; GIFFONI, V.L. **O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon – Rivière**. Petrópolis: Vozes, 1987. 80p.
- GALIZONI, F. M. **Migrações, família e terra no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Lavras, MG, 1999a. 13p. Mimeo.
- GALIZONI, F. M. Trabalho, herança e migração no Alto Jequitinhonha. In: CONGRESSO E MOSTRA DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 1999b, Viçosa, MG:UFV. **Anais...** Viçosa, 1999b.

- GALIZONI, F. M.; RIBEIRO, E. M. Recursos naturais, trabalho e migração no alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: XXIII ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO e PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 23., 1999, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 1999.
- GALIZONI, F. M. **A terra construída: terra e trabalho no alto Jequitinhonha.** São Paulo: USP/FFLCH, 2000. 112p. (Dissertação – Mestrado em Antropologia).
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero, 1989. 285p.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. Geração de renda, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre um estudo da FAO. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate.** Petrópolis: Vozes, 1994. p.87-98.
- GOVERNO FEDERAL. **Banco da Terra.** Brasília: Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar, 1999. 48p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária.** 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 114p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE, 1996. 217p. Cap. 4: Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80, p. 107-153.
- GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo rural brasileiro. **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG.** Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, maio/1997.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: Vozes, 1987. 90p.

- GUANZIROLI, C. E. Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.13-68.
- HOBBSAWM, E. Os camponeses e a política. **Ensaio de opinião**, Rio de Janeiro, v.8, p. 42-56, 1978.
- HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1957.
- JUNQUEIRA, E. Vale dos coronéis. **Veja**, São Paulo, p.64-65, maio 1996.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36.,1998, Poços de Caldas-MG. **Anais...**, Brasília: SOBER, 1998. p.555-556.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemert, 1969. 325p.
- KLEBA, J. B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Reforma Agrária**, São Paulo, v.24, n.3, p.132-139. set./dez. 1994.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. 402p. (Série Os Economias).
- LOPES, M. de R. Política agrária, uma década de deterioração. **Agroanalysis**, p.18-20, abril, 1996.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185p.
- MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986a. p.65-103.
- MARTINS, J. de S. **A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1986b.
- MARTINS, J. de S. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: HUCITEC, 1993. Cap.: Os novos sujeitos das lutas sociais, dos direitos e da política no Brasil rural. p.107-153.

- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1995. 80p.
- MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MIRAD. **Laudo de vistoria.** Belo Horizonte: Delegacia Regional do MIRAD, 1988a. 23p.
- MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MIRAD. **Relatório de viagem.** Belo Horizonte: Delegacia Regional do MIRAD, 1988b. 3p.
- MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO-MIRAD. **Exposição de motivos.** Belo Horizonte: Delegacia Regional do MIRAD, [198-]. 2p.
- MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1980. 84p.
- MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança.** São Paulo: Hucitec, 1978. 112p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, S. & STÉDILE, J. P. (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1991. p.132 – 184.
- MÜLLER, G. **Brasil agrário: heranças e tendências.** São Paulo em **Perspectiva**. v.7, n.3, p.11-20, jul./set. 1993.
- NAVARRO, Z. **O projeto piloto “Cédula da Terra” – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 1998. 30p. Mimeo.
- PALMEIRA, M. **A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato.** In: PAIVA, V. (org.). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p.43-51.

- PAULILO, M. I. S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs.). **Reforma agrária: Produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate.** Petrópolis: Vozes, 1994. p.192-201.
- POLETO, I. As contradições sociais e a pastoral da terra. In: PAIVA, V. (org.). **Igreja e questão agrária.** São Paulo: Loyola, 1985. p.129-148b.
- PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 188p.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Reforma agrária: compromisso de todos.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997. 104p.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Estudos de sociologia e história.** São Paulo: Anhembi Ed., 1957. 301p.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. (org.) **História geral da civilização brasileira.** 4 ed. São Paulo: Difel, 1985. p.155-189.
- RAMOS, R. V. **A luta pela terra como um processo educativo: o caso da Fazenda Barreiro-Iturama - MG.** Belo Horizonte: UFMG, 1993. 279p. (Dissertação - Mestrado em Educação).
- RIBEIRO, E. M. **Fé, produção e política.** São Paulo: Loyola. 1994. 67p.
- RIBEIRO, E. M. (org.). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Belo Horizonte: CEDEFES, 1996. 235p.
- RIBEIRO, A. E. M. **Estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.** Campinas: UNICAMP, 1997a. 303p. (Tese - Doutorado em História).
- RIBEIRO, A. E. M. (org.) **História rural e questão agrária.** Lavras: UFLA/FAEPE, 1997b. 102p.

- SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965. 207p.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. In: CEBRAP, **Estudos CEBRAP 19**, Campinas, SP, Editora Brasileira de Ciências, 1980. p.41-80.
- SANTOS, J. V. T. dos. Assentamentos e colonização: duas relações com o meio ambiente. In: ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; LEITE, S. (orgs.) **Reforma agrária: Produção, emprego e renda - o relatório da FAO em debate**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.171-178.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 157p.
- VARELLA, M. D. **Introdução ao direito à reforma agrária**. O direito face aos novos conflitos sociais. São Paulo: LED, 1998. 486p.
- VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/HUCITEC, 1991. 219p.
- WOLF, E. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 146p.
- WOORTMANN, K. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral: anuário Antropológico/87**. Brasília: UnB, 1990a. p.11-73.
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas: v.7, n. 1, p.35-53. jan./jun, 1990b.
- WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. **O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997. 192p.
- ZAMBERLAN, J.; FLORÃO, S. R. dos S. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta – RS. In: GÖRGEN, S.; STÉDILE, J. P. (orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991. p.11-41.

ANEXOS

ANEXO	Página
ANEXO A: Localização geográfica do município de Novo Cruzeiro-MG	120
ANEXO B: Questionário e roteiros de entrevistas	121
ANEXO C:	
QUADRO 1C: Relação dos (as) assentados (as) respondentes dos questionários	131
	132
QUADRO 2C: Relação dos (as) assentados (as) entrevistados	133
	134
QUADRO 3C: Número de componentes da família, acima de 10 anos, e pessoas ocupadas na agricultura	134
QUADRO 4C: Calendário agrícola do assentamento	
ANEXO D	
TABELA 1D: Metas de reforma agrária alcançadas pelos governos brasileiros no período 1964-1996	135

3) Ocupações não agrícolas (considerar apenas a última coluna caso tais ocupações já tenham sido citadas como principais ou secundárias)

QUEM TRABALHA?	O QUE FAZ?	EM QUE PERÍODO?	AJUDA NAS DESPESAS DA FAMÍLIA?

4) De quais organizações comunitárias a família participa? Como participa?

5) O lote e uso da terra (especificar a área aproximada, em hectares)

Área do lote(s) da família _____

Quais áreas de terra a família utiliza:

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA APROX.	DESTINO DA ÁREA (Lavouras, pastagem, matas ou reservas naturais, outros)
Individualmente		
Como família		
Como coletivo		

6) De quais instrumentos de trabalho e produção (máquinas, veículos, instrumentos de trabalho, animais de tração, etc) a família dispõe:

a) Individualmente

b) Da família

c) Coletivo

E produtos da indústria caseira?

10) Extraem algum produto da terra ou das plantas? Qual (is) e qual a contribuição dele (s) para a renda e para o consumo da família?

11) Quais os produtos ou serviços mais importantes para a geração de renda: individual:

da família:

para o coletivo:

B) Perguntas sobre o início do assentamento

B.1) A família

De onde vieram?

Tinham terra própria? Se não, de quem? _____

Qual era a área do terreno? _____

Moravam em casa própria (se residente na cidade ou morador)?

Quais as condições de moradia? Como era a casa?

Quando foi assentada? _____

PESSOAS DA FAMÍLIA QUE VIERAM	ESTADO CIVIL	ESTUDAVA?	ONDE?	ANOS DE ESCOLA

B.2) As ocupações

QUEM TRABALHAVA?	ONDE TRABALHAVA?	O QUE FAZIA?	TRABALHAVA O ANO TODO?	RECEBIA SALÁRIO?

B.3) A família ou algum(ns) de seus membros participava (m) de organizações comunitárias? Qual (is)?

B.4) Uso da terra (se possível especificar a área aproximada ou mensurar qualitativamente)

Pastagem _____
Lavoura permanente _____
Lavoura temporária _____
Matas ou áreas de reserva _____
Outros _____

B.5) Local de produção de culturas e criações e regime de produção

Produziam em terra própria, apenas? _____
Em terras arrendadas? De quem? _____
Em parceria? Com quantas pessoas? _____

B.6) Instrumentos de trabalho e produção de que a família dispunha

B.7) Plantações (lavouras, pastagens, hortas e pomares) e criações

PLANTACÕES		CRIAÇÕES		
PRODUTO	DESTINOS DA PRODUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	Nº CABEÇAS	DESTINOS DA PRODUÇÃO

2. ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO 1 – DIRIGIDO ÀS FAMÍLIAS

- 1) Falar sobre a relação com a terra, antes da família ser assentada.
- 2) O pai de família teve anteriormente algum emprego urbano?
- 3) Participação na organização da luta pela terra. Participação da mulher.
- 4) Significado da luta, da vitória, da violência.
- 5) Experiência tirada do período de acampamento.
- 6) Por que resolveram ficar em Aruega?
- 7) O acesso à terra possibilitou melhores condições técnicas para realizarem atividades agrícolas e pecuárias? Trouxe melhoria de renda?
- 8) A trajetória da Associação.
- 9) O que entendem por trabalho coletivo? O que é individual e o que é coletivo no assentamento?
- 10) O futuro da família. Os filhos trabalham no assentamento ou fora.
- 11) Por que os filhos saem? Construção de patrimônio próprio e/ou para a família? A família concorda que saiam? Como seria melhor?
- 12) Trajetória esperada para crianças e jovens que estão crescendo no assentamento.

ROTEIRO 2 – DIRIGIDO ÀS MULHERES

- 1) Como foram suas experiências de luta pela terra?
- 2) O que a vitória significou?
- 3) Qual (is) seu (us) papel (éis) na família?
- 4) Como avalia sua trajetória de vida?
- 5) Depois de assentada passou a ter uma profissão? Conquistou um novo espaço?

ROTEIRO 3 – DIRIGIDO ÀS LIDERANÇAS

- 1) Para onde se dirigiram os “excedentes de Aruega”?
- 2) Como aconteceu a escolha da área do assentamento?
- 3) Como era e como está a relação do assentamento com CPT, MST?
- 4) Qual a relação com o INCRA? Como avalia a trajetória da atuação dele dentro do assentamento?
- 5) Existe no assentamento preocupação com a degradação ambiental e o futuro das gerações do assentamento?
- 6) “Em que pé” está o processo de incorporação da área dos ex-proprietários ao assentamento?

ROTEIRO 4 – DIRIGIDO A ASSENTADOS (AS) QUE PARTICIPAM ATIVAMENTE DO MST OU STR

- 1) Falar sobre a experiência no MST ou STR.
- 2) Como tem atuado no assentamento, como mediador.
- 3) Avaliar o assentamento levando em consideração sua organização, participação de homens e mulheres nas decisões, enfim sua experiência quanto participante do MST ou STR.

ANEXOS C

QUADRO 1C: Relação dos (as) assentados (as) respondentes dos questionários.
Aruega, Novo Cruzeiro - MG, 1999.

NOME	IDADE (anos)
Abraão Gonçalves Pereira	33
Agenor Teles de Souza	48
Aneliza Pereira Gomes	41
Anísio Batista Ramalho	53
Antônio Ramos da Costa	56
Augusto Ramos	71
Celson Alves dos Santos	53
Eliene Ferreira dos Santos	24
Geraldo Nunes	59
Hildebrando Andrade dos Anjos	52
Hildebrando Gomes Ferreira	39
Irene Ferreira dos Santos	58
José Celestino Batista de Oliveira	39
José Rodrigues Rego	57
Leônidas Pereira Coimbra	70
Levi Barbosa Lima	50
Lindaurea Lopes dos Santos	52
Maria Dalva Gomes Ramalho	43
Maria das Graças Celestino da Silva	47
Maria dos Anjos Alves	68
Maria Rodrigues dos Santos	68
Natalino Gomes Ferreira	45
Onildo Rodrigues Sousa	29
Valdeci Rodrigues Barbosa	33
Zita Batista Martins	47

QUADRO 2C: Relação dos (as) assentados (as) entrevistados (as). Aruega, Novo Cruzeiro - MG, 1999.

NOME	IDADE (anos)
Abraão Gonçalves Pereira	33
Aneliza Pereira Gomes	41
Antônio Ramos da Costa	56
Augusto Ramos	71
Celson Alves dos Santos	53
Eliana Ramos Ferreira	26
Elza Ferreira da Costa	51
Eva de Fátima Gomes Pereira	47
Geraldo Nunes	59
Hildebrando Andrade dos Anjos	52
Hildebrando Gomes Ferreira	39
José Celestino Batista de Oliveira	39
José Rodrigues Rego	57
Juci Barbosa de Bessa	42
Leônidas Pereira Coimbra	70
Levi Barbosa Lima	50
Luzia Vaz Ramalho	75
Maria Catarina de Jesus	65
Maria Dalva Gomes Ramalho	43
Maria dos Anjos Alves	68
Maria Rodrigues dos Santos	68
Natalino Gomes Ferreira	45
Onildo Rodrigues Sousa	29
Sueli Ramos Ferreira	21
Zita Batista Martins	47

QUADRO 3C: Número de componentes da família, acima de 10 anos de idade, e pessoas ocupadas na agricultura no Assentamento Fazenda Aruega, 1999.

Família	Componentes acima de 10 anos	Pessoas ocupadas na agricultura
1.	6	4
2.	10	8
3.	3	0
4.	5	5
5.	3	3
6.	2	2
7.	7	3
8.	6	2
9.	5	2
10.	11	5
11.	4	3
12.	1	1
13.	6	2
14.	10	4
15.	3	2
16.	2	2
17.	3	2
18.	7	3
19.	7	3
20.	2	2
21.	4	2
22.	3	3
23.	6	3
24.	12	6
25.	10	5
MÉDIAS	5,52	3,21

FONTE: Dados da pesquisa, Aruega, junho de 1999.

QUADRO 4C: Calendário agrícola do assentamento Fazenda Aruega, 1999.

ATIVIDADES MESES	Preparo da área	Plantio							Limpa	Colheita							
		A	CF	C N	F	MA	MI	V		A	CF	C N	F	MA	MI	V	
Outubro																	
Novembro																	
Dezembro																	
Janeiro																	
Fevereiro																	
Março																	
Abril																	
Maio																	
Junho																	
Julho																	
Agosto																	
Setembro																	

FONTE: Dados da pesquisa de campo. Aruega, junho de 1999.

LEGENDA: A: amendoim; CF: café; CN: cana; F: feijão; MA: mandioca; MI: milho; V: verduras (abóbora, melancia etc).

ANEXO D

TABELA 1D: Metas de reforma agrária alcançadas pelos governos brasileiros no período de 1964-1996. Brasil, 1998.

Período		Obtenção de Terras (ha)		Famílias assentadas	
Governo	Anos	Desapropriação	Aquisição ¹	Área imitada na posse	Total
Militares	1964/84	13.500.000 ²	-	***	115.000
Samuel	1985/89	4.707.155	*	-	115.070
Collor	1990/92	19.789	**	-	494
Itamar	1993/94	1.461.997	15.394	336.450	36.481
Cardoso ³	1995/96	2.526.590	126.035	1.338.648	67.341

FONTE: Adaptado de Varella, 1998 / Homepage do INCRA.

1. De acordo com o Decreto 433/92.
 2. Considerando projetos de colonização e reforma agrária.
 3. Considerado até 26/07/96.
- * O Decreto ainda não havia sido editado
- ** Não ocorreram aquisições base neste Decreto
- *** Faltaram dados

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA